



PUC RIO

TANIA COELHO DOS SANTOS

A DIFUSÃO DA PSICANÁLISE NA FAMÍLIA:
UM ESTUDO DE SEUS EFEITOS SOBRE A MULHER

Departamento de Psicologia

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1982.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO

Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea
CEP 22453-900 Rio de Janeiro RJ Brasil
<http://www.puc-rio.br>

BC - PUC

DOAÇÃO

TANIA COELHO DOS SANTOS

UC 19581-9

A DIFUSÃO DA PSICANÁLISE NA FAMÍLIA:
UM ESTUDO DE SEUS EFEITOS SOBRE A MULHER

Dissertação apresentada ao
Departamento de Psicologia
da PUC/RJ como parte dos
requisitos para obtenção
do título de Mestre em Psi-
cologia.

Orientador: Circe Navarro
Vital Brazil

Departamento de Psicologia

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1982



150
S237 d
TESE VC
VC 19581-9

Para o Chico, cola
borador incansável

AGRADECIMENTOS

À Professora Circe Navarro Vital Brazil, pela confiança depositada em meu trabalho e que muito me serviu de estímulo.

Ao Professor Roberto Cabral de Mello Machado que despertou e conduziu minha curiosidade pelo trabalho de Foucault.

À ~~minha amiga~~ Jane Araújo Russo por suas valiosas críticas e sugestões.

À minha amiga Ora Meisel pelo paciente acompanhamento desse trabalho.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I - <u>As relações entre Poder-Saber e Poder-Prazer no pensamento de M. Foucault</u> : fundamentos para uma crítica da visão política de W.Reich do problema da liberação sexual.	1
CAPÍTULO II- <u>Família e Psicanálise</u>	78
CAPÍTULO III- <u>Psicanálise e Feminismo</u> - um estudo dos efeitos da penetração do discurso psicanalítico através de preocupações feministas sobre o papel da mulher.	118
BIBLIOGRAFIA -	142

Resumo

O texto que se segue constitui-se como uma crítica à o posição entre poder-saber , poder-prazer e a um conjunto de hipóteses que a ela se articulam : a. o paralelismo entre revolução sexual e revolução social e política anti-capitalista; b. a noção de que a liberalização dos vínculos familiares promove a destruição da família e do Estado que ela reproduziria; 3. a idéia de que a família está em crise e que por isso tende a recorrer cada vez mais às psicoterapias.

Contra-propomos que : a. o poder conforme se exerce em nossas sociedades produz saber e prazer; b. a liberação sexual é um mecanismo de conservação do corpo e da sexualidade burguesas e meio de reprodução de sua hegemonia; c. a liberalização dos vínculos familiares promove antes a conservação da família - para fomentar a individualização e a autonomia de seus membros - que sua coletivização; d. autonomia regulada, entretanto, pelos novos poderes (medicina-higiênica, pedagogia, psicologia, psicanálise e psiquiatria) que fazem da "crise da família" um mecanismo permanenete de sua promoção e da demanda imprescindível de seus serviços.

Resumée

Le texte que se suit constitue une critique à la notion d'opposition pouvoir et pouvoir-plaisir, ainsi qu'à l'ensemble d'hypothèses inspirées à ces oppositions: a. parallélisme entre libération sexuelle et révolution politique et sociale anti-capitaliste. b. la notion selon laquelle la libéralisation des liens familiaux conduit à leur destruction, qui est également la destruction d'Etat qu'elle devrait reproduire. c. à l'idée selon laquelle la Famille est en crise et que, en conséquence, elle tend à recourir chaque fois plus aux diverses psychothérapies.

On formule donc la suivante proposition contraire: a. le pouvoir, de la façon dont il s'exerce en nos sociétés produit savoir et plaisir. b. la libération sexuelle est un mécanisme de conservation du corps et de la sexualité bourgeoises et à la fois moyen de reproduction de son hégémonie. c. la libéralisation des liens familiaux conduit avant tout à la conservation de la famille avec l'objectif de favoriser l'individualisation et l'autonomie des individus, et non sa collectivisation. d. autonomie qui est tout fois réglée par les nouveaux pouvoirs (médecine-hygiène, pédagogie, psychologie et psychanalyse, psychiatrie) qui font de la "crise" de la famille un mécanisme de production de cette autonomie et de la demande inévitable de ses services.

INTRODUÇÃO

A crença de que o sexo foi historicamente reprimido, atrelam-se discussões à propósito de estratégias destinadas a empreender sua liberação. Se à psicanálise coube o duplo papel de definir o sexo como o reprimido e a si própria como instrumento para resgatar sua verdade (entendida como a liberdade perseguida) hoje são muitos os caminhos possíveis para quem deseja liberar-se da repressão sexual. De um lado, os que criticam a liberação da sexualidade pela via da psicoterapia. Suspeitam da via individual, enclausurada nos consultórios e, contra esses dois aspectos (ou paralelamente a esses recursos) empreendem transformações no espaço social. Critica-se o casamento como instituição, o "papel passado", a monogamia, a heterossexualidade exclusiva; propõe-se como alternativas o "casamento aberto", a relação transitória e sem compromisso (amizade colorida)¹, a bissexualidade e a homossexualidade. De outro lado, quando todas essas mudanças são ainda insuficientes para sossegar o desejo de liberação, resta ainda a solução de voltar as costas à civilização, à sociedade, à vida urbana e refugiar-se nas "sociedades alternativas"²

1. Cf. Tá todo mundo se separando, Revista Rádice, Ano 3, nº

12 e também Sexo, Revista Rádice, Ano 2, nº 8

2. Cf. Psicologia de Oposição, Revista Rádice, Ano 3, nº 11

Nos últimos anos da década de 70, assistimos a uma revalorização do pensamento e da terapia de Wilhelm Reich. Voltaram à discussão também, técnicas gestaltistas, psicodramáticas e outras tantas estratégias terapêuticas que parecem ter em comum a preocupação com o "indivíduo total", daí a preocupação de "transar o corpo"³ e não apenas a cabeça (conforme faria a psicanálise,⁴ de acordo com os arautos das novas tendências terapêuticas). Quase ao mesmo tempo, o Rio de Janeiro tornou-se um grande "estádio olímpico". Todas as áreas de lazer foram invadidas por desportistas que praticam o "jogging", andam de bicicleta, fazem ginástica e principalmente correm às margens da Lagoa ou da praia de Copacabana e Ipanema. As roupas adequadas para prática de esporte perderam essa especificidade. São usadas para trabalhar, ir ao cinema, à casa de amigos, à alguma festa, à qualquer lugar. As academias de Ballet, ginástica e Jazz multiplicam-se a cada quarteirão da Zona Sul. O que é que tudo isso significa? Na linguagem dos próprios atores: "que está todo mundo transando o corpo numa nice!" É possível pensar que ao lado das psicoterapias que almejam liberar a sexualidade do corpo todo um conjunto de práticas destinadas a intensificar a saúde do corpo, sua juventude e sua

3. que também se expressa na adesão às comidas "naturais", nas preocupações com a ecologia e no recurso às práticas curativas não médicas.

4. Se levarmos em conta a posição recumbente do analisando, os tabus: não olhar, não tocar o analista, a regra fundamental que constrange toda ação no interior do setting à associação livre.

juventude e sua beleza tomaram conta da vida cotidiana dos habitantes dessa cidade.

A crítica à psicanálise não se limita a questões técnicas. Não raro, propostas nesse nível são precedidas e justificadas por uma crítica política. É o que se passa com o pensamento de Reich. No primeiro capítulo desse trabalho vamos procurar explicitar por que caminhos Michel Foucault justifica a afirmação de que a liberação da sexualidade, pela psicanálise e posteriormente pelas novas técnicas corporais não se opõe ao poder e é um de seus efeitos. No segundo capítulo, abordamos a história social da família para ressaltar aquilo que caracteriza a família contemporânea, objeto que também é de críticas e acusações de autoritarismo. Com isso, procuramos trazer à discussão a hipótese de Jacques Donzelot: a crítica ao poder autoritário no interior da família abre espaço para as novas formas de controle, serve à difusão de preceitos médico-higiênicos e normas psicológicas. No terceiro capítulo apresentamos nossa hipótese de que a crítica da "opressão" da mulher foi o instrumento nas revistas femininas para uma poderosa difusão do conhecimento psicológico e para produção de uma demanda de atendimento psicológico terapêutico.

-
5. como a bioenergética, a orgonoterapia e outras variantes como a biodança e a psicodança. (Cf.: Revista Rádice, Ano 2, nº 8 e Ano 3, nº 11)

"A questão que gostaria de colocar não é porque somos reprimidos mas, porque dizemos com tanta paixão, tanto rancor contra nosso passado mais próximo, contra nosso presente e contra nos mesmos que somos reprimidos ?

M. Foucault
História da Sexualidade.

I- As relações entre Poder-Saber e Poder -Prazer no pensamento de M. Foucault : fundamentos para uma crítica da visão política de Reich do problema da liberação sexual.

O solo do pensamento de W. Reich é a psicanálise in discutivelmente, tanto mais porque ele a considera uma ciência e enquanto tal naturalmente revolucionária. Acreditamos, que no entender de Reich seria possível operar uma distinção ao ní vel do próprio conhecimento psicanalítico entre o que constituiria seu núcleo científico e o que pertenceria à esfera da ideologia. Ao que parece, essa distinção seria legitimada pelo pressuposto de que a ciência é o lugar da verdade e portanto opõe-se necessariamente ao poder, lugar do desconhecimento. O que é questionado à psicanálise desde o ponto de vista reichiano, seria a timidez de Freud, perante suas descobertas, seu vi torianismo ⁶, a falta de ousadia que o impediu de reclamar da

6. Conforme pudemos depreender de trechos como este: "pero mi impresión fue que aquí ele Freud de la era victoriana contra dijo al Freud que descubriera la sexualidad infantil. Em esto estaba personalmente comprometido(...)" (Reich, 1970:66)

sociedade transformações profundas na ordem familiar, na moral sexual, nos direitos da mulher, na educação das crianças. Atitude encarada por Reich como expressão do compromisso de Freud com a moral burguesa e com a ideologia desta classe social. A ideologia desse modo, imiscui-se ilícitamente na ordem da ciência retardando seu progresso, limitando sua prática, neutralizando seu poder de transformação social. Situação que revela a intrusão do poder na esfera da ciência, como perturbação que confunde, deforma, limita a limpidez da verdade.⁷

Ussel (1980) faz uma história da família e da sexualidade o que bem poderia ser chamada de freudo-marxista, em virtude de seus instrumentos de análise. A propósito do vitorianis freudiano ele faz o seguinte comentário: "Mesmo Freud, no fundo, ainda é o ideólogo da moral sexual burguesa. Da a sexualidade uma importância excessiva, a sua concepção da mulher, das pretensões perversões sexuais, da auto-satisfação e do casamento e perfeitamente burguesa. Se examinarmos de perto suas obras e, além disso, tirarmos de sua vida privada dados mais fiéis que os obtidos em biografias romaneadas como a de Jones, verificamos que ele representa a sexualidade procriadora." (Ussel, 1980 : 70-71)

7. Em carta a Otto Fenichel (1934) Reich dizia: "El trascendental debate entre psicoanalistas materialistas dialéticos y burgueses mostrara, em primer lugar, quando el Freud científico entró en conflicto con el Freud filósofo burgues; cuando la investigación psicoanalítica modificó la concepción burguesa de la cultura y cuando la concepción burguesa de la cultura obstaculizó y enturbió la investigación científica, desenfocando-la. 'Freud contra Freud' este es el punto central de nuestra crítica." (Reich, 1970 : 66)

Elemento estranho à verdade , o poder , na esfera do conheci-
to se exerce fazendo mal uso do saber.

8

O prefácio dos editores à obra "Reich habla de Freud", re-
flete a mesma linha de raciocínio assinalada acima. Obser-
ve-se o trecho que se segue :

"Ahora se ha mostrado con toda evidencia que la incapacidad de los psicoanalistas para comprender e utilizar la teoria de la libido en la vida práctica, y el temor que suscitó en un orden social inflexible, la llevó a su estacamiento . Las ultimas teorizaciones de Freud se encaminaban a tranquilizar a un mundo que no estaba preparado para aceptar ninguna responsabilidad por suas implicaciones. Las insuficiencias personales de sus seguidores y el autoritarismo del propio Freud, que se mostró reacio o incapaz de llevar a las ultimas consecuencias sus notables intuiciones de los primeros tiempos, se erigieron en barrera contra qualquier progresso futuro en el campo de una terapia eficaz (...)" (Higgins e Raphael, 1970 : 13)

8. Como teria acontecido com os psicanalistas acovardados di-
ante do potencial revolucionário da psicanálise.

"Por el contrario, decidieron permanecer callados, indife-
rentes, incrédulos, desdenosos, y como resultado (...) Su
meta fue la 'adaptación cultural' sin parar-se a conside-
rara que nuestra cultura , tan obstinadamente defendida ,
deriva de la rigidez biopsíquica del organismo humano, y
del autoritarismo que alimenta." (Higgins e Raphael, 1970:
10)

Reich localiza na teoria psicanalítica da libido o núcleo revolucionário e científico da psicanálise. A bioenergética sua técnica psicoterapêutica, seria a aplicação direta deste princípio. Princípio cujas consequências revolucionárias acontecem em dois planos, que, como foi apresentado anteriormente, são necessariamente articulados : o da verdade científica e o da transformação social :

"Con la teoria de la libido, la psicología se insertó por la primera vez en la historia de la ciencia dentro de la ciencia natural." (Reich, 1970: 126)

"Y bien, cuáles son esas consecuencias sociales ? Cuáles son las consecuencias sociales de la teoría de la libido ? (...) Desearia resumir-las en unas cuantas palabras : si tenemos una corriente, una corriente natural, debemos dejarla correr. Si le ponemos diques por algún sitio, llegará a rebasarlos. Eso es todo. Por tanto, cuando se levantan diques al natural fluir de la bioenergía, también los rebasa conduciendo a irracionalismos, perversiones, neurosis, etc. Hay que hacer retornar la corriente a su cause normal, y dejaría fluir de nuevo naturalmente. Esto requiere una buena dosis de cambios educativos, en la manera de criar niños, y en la vida de familia. Esas son las consecuencias sociales. Pero algo hizo que Freud no pudiera seguir-me hasta aquí. No fue la técnica de análisis caracterológico que lo molestaba, sino la revolución sexual." (Reich, 1970 : 55)

da energia sexual dos indivíduos em proveito de um sobre-trabalho gerador de lucro de uns e da miséria de outros. Para atender às exigências da estrutura econômica capitalista, os indivíduos têm sua sexualidade comprimida pela moralidade burguesa dentro dos estreitos limites da relação conjugal, e esta por sua vez seria restrita à procriação. A crítica ao casamento indissolúvel e compulsivo em virtude de seu caráter de compromisso entre interesses econômicos e sexuais, constitui-se na ponte entre o pensamento freudiano e marxista .

A instituição do casamento monogâmico tem tripla função: econômica, política e social. Propicia a estruturação da família autoritária, um tipo de família que tem sua origem na propriedade dos meios de produção e que mantêm-se apoiada na autoridade do Estado. Perpetua-se assegurada pela estrutura humana anti-sexual (afinal engendrada por ela mesma). Assenta-se sobre motivações econômicas , ideologias dominantes, e na atmosfera moral de medo à vida. Politicamente o casamento monogâmico indissolúvel constitui o centro de formação ideológica da sociedade autoritária, graças à educação repressiva. Socialmente o casamento assegura a dependência da mulher e dos filhos , reconduzindo a autoridade patriarcal.

"Muitos jovens, nota Reich, vão aceitar a repressão de sua vida sexual como uma coisa evidente e natural. Aqueles que assim se resignam são precisamente os que domesticados desde a infância, se integrarão na ordem capitalista. Pelo contrário, aqueles que recusam esta repressão dos instintos serão os primeiros a revoltar

se contra sua família, a burguesia, a igreja, o exército, ou seja, as diferentes oficinas da ordem burguesa. Através da autoridade patriarcal, aprende-se a respeitar o futuro patrão, a atitude de dependência da criança em relação a seu pai prefigura a do operário. O Estado reclamará a mesma submissão respeitosa que o pai em relação a seus filhos. A repressão sistemática da vida sexual permitira preparar para a submissão, aniquilar sobretudo todo sentido crítico, todo desejo de independência, e sobretudo preparara para a grande renúncia que impõe a sociedade capitalista. O adulto aprenderá através da criança que ele foi, que a realidade se opõe a seus desejos, que se lhe deve submeter, conformar-se-lhe e não sonhar em transformá-la." (Abreu, 1975a : 15)

A família, é então uma fábrica ideológica, integra a juventude à ordem capitalista através da moral repressiva que sufoca as forças revolucionárias da sexualidade. O fundamento e o poder da ação ideológica familiar advém do Estado e das classes dominantes. Pode-se dizer que para Reich, o poder em nossas sociedades é um poder de Estado, apropriado entretanto pela classe dominante, a burguesia, e que através da repressão e da ideologia (as formas de exercício deste poder) realizam a subtração da energia sexual dos indivíduos em proveito do trabalho, do lucro e da produção. Condição responsável pela miséria sexual dos indivíduos e consequentemente pelas doenças nervosas, expressão da miséria política e econômica.

A questão que nos interessará nas páginas que se seguem diz respeito à qualificação desse poder de que fala Reich. Com o objetivo de desdobrar as proposições de Foucault à propósito do poder, será preciso verificar como Freud e Marx lidam com esse

As contradições entre Freud e Reich são muito numerosas. Enquanto Freud considera a repressão a condição de possibilidade da cultura e da civilização, Reich estava absolutamente convencido de que a vida instintiva deixada no seu fluir natural convergiria para a genitalidade. A sexualidade genital seria por si só o elemento auto-regulador capaz de assegurar a convivência pacífica e o respeito entre os homens. Freud, ao contrário, era bem menos confiante na natureza humana, perante a qual, na verdade, a sociedade era uma verdadeira salvação.

"O elemento de verdade por trás disso tudo, elemento que as pessoas estão tão dispostas a repudiar, e que os homens não são criaturas gentis que desejam ser amadas e que no máximo poderiam defender-se quando atacadas; pelo contrário, são criaturas entre cujos dotes instintivos deve-se levar em conta uma poderosa dose de agressividade. Em resultado disso, o seu próximo é, para eles não apenas um ajudante em potencial ou um objeto sexual, mas também alguém que ostenta a satisfazer sobre ele a sua agressividade, a explorar sem compensação sua capacidade de trabalho, utilizá-lo sem seu consentimento, apoderar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, tortura-lo, matá-lo. Homo, HOmni lupus." (Freud, 1930 : 133)

Estabelecendo conexões entre a psicanálise e o marxismo, Reich dispõe-se a mostrar que Freud estava enganado quanto à relação entre sexualidade, cultura e civilização. Não seria toda a civilização que teria origem na repressão da sexualidade, e sim uma certa, a burguesa, capitalista, fundada sobre a propriedade privada e a exploração do trabalho, na expropriação

problema. Acreditamos poder dizer que segundo Foucault, tanto um quanto o outro autor representam o poder como lei. Conseq^uentemente, o poder não tem positividade, seus efeitos são descritos como negativos: interdita, mascara, exclui, censura, esconde, reprime. O problema central para essas teorias seria o da legiti^midade e do abuso, segundo uma concepção jurídica.⁹

Não é somente a força constitucional dos instintos dos indivíduos que é responsável pelo fracasso e conseq^uentemente pela transgressão da lei. O excesso desnecessário de proibições, a intolerância com as diferenças sexuais, a moral sexual civilizada exageradamente restritiva também dá lugar às doenças nervosas.

"A situação poderia ser tolerável se as neuroses subtraíssem às atividades civilizadas só um certo grupo de indivíduos muito débeis, permitindo aos demais participar dessas atividades ao pequeno preço de alguns incômodos subjetivos. Mas como a realidade é bem diversa, devo insistir em meu ponto de vista de que as neuroses quaisquer que sejam sua extensão e vítima, sempre conseguem frustrar os objetivos da civilização. Dessa forma, se a sociedade paga pela obediência a suas normas severas com um incremento de doenças nervosas, essa sociedade não pode vangloriar-se de ter obtido lucros à custa de sacrifícios, e nem ao menos pode falar de lucros." (Freud, 1908d:207)

É como locus de denúncia do arbítrio ou da omissão da lei que Freud interpõe nesse conflito, o saber da psicanálise.

-
9. Conforme definida pelo próprio Foucault: "no caso da teoria jurídica clássica, o poder é considerado como um direito de que se seria possuidor como de um bem e que se poderia por conseguinte alienar total ou parcialmente, por um ato jurídico ou um ato fundador do direito, que seria da ordem da cessão ou do contrato. O poder é o poder concreto que cada indivíduo detém e que cederia total ou parcialmente para constituir um poder político, uma soberania política. Neste conjunto teórico a que me refiro, a constituição do poder político se faz segundo o modelo de uma operação jurídica que seria da ordem da troca contratual." (Foucault, 1979: 174)

Menos para reclamar da sociedade mudanças na ordem social,

"Certamente não é atribuição do médico propor reformas, mas me pareceu que eu poderia defender a necessidade de tais reformas, se ampliasse a exposição de Von Ehrenfels sobre os efeitos nocivos de nossa moral sexual civilizada, indicando o importante papel que essa moral desempenha no incremento da doença nervosa moderna." (Freud, 1908: 208)

Ou para destruir o caráter civilizado mediante a liberação dos impulsos instintivos da repressão. O trabalho da psicanálise consiste essencialmente em trazer ao conhecimento do sujeito sua verdade, dado que o desejo inconsciente escapa a qualquer influência, enquanto que o que é consciente pode ser também conscientemente impedido de se realizar.

"O tratamento psicanalítico coloca-se assim como o melhor substituto da repressão fracassada, justamente em prol das aspirações mais altas da civilização." (Freud, 1910 : 49)

Freud entende a civilização como um estágio do desenvolvimento da sociedade humana em que os homens vivem como irmãos, impondo-se reciprocamente restrições sobre a vida erótica e as inclinações agressivas. O modelo dessa relação é contratual por oposição à estrutura autoritária que caracterizava a primitiva sociedade humana e que:

"(...) era uma horda governada despoticamente por um macho poderoso. Tentei demonstrar que os destinos dessa horda deixaram traços indestrutíveis na história da descendência humana e, especialmente, que o desenvolvimento do totemismo abrange em si os primórdios da religião, da moralidade e da organização social, está ligado ao assassinato do chefe pela violência e à transformação da horda paterna numa comunidade de irmãos." (Freud, 1921 : 155)

Acontecimento mítico, o parricídio na horda primeva, cumpre na teoria psicanalítica o papel de explicar a origem de um conjunto de contingências comuns a todos os seres humanos; que o desejo nasça incestuoso, que por isso desencadeie a ação de uma instância que interdita (o super-ego), que por sua vez acione um mecanismo psíquico destinado a expulsar da consciência o desejo proibido (repressão ou recalçamento) abrindo caminho para a integração do indivíduo à sociedade. Trata-se portanto, de uma repetição ritual na biografia dos sujeitos que, embora mantenha relações com a situação concreta (a relação com os pais reais) não é determinada pela configuração familiar, pois já se acha inscrita no patrimônio hereditário, filogenético de todo ser humano.

É da sexualidade então que a civilização retira a energia indispensável à consecução de seus fins. Com a dissolução do complexo de Édipo, os impulsos libidinais são reprimidos, dessexualizados e sublimados :

"Vemos destarte os primórdios da ordem social, religião e moralidade." (Freud, 1923b: 52)

"Mitos, obras de literatura imaginativa e obras de arte são também considerados sublimações e satisfações substitutivas de desejos reprimidos na infância."
(Freud, 1924f : 258)

ou transformam-se nos seus opostos dando lugar a formações reativas :

"Os impulsos sexuais que mostraram tanta vivacidade são superados pela repressão e, segue-se o período de latência

que dura até a puberdade e durante o qual as formações reativas da sexualidade, vergonha e repulsa são estruturadas". (Freud, 1924d : 50-51).

A renúncia à satisfação dos desejos edipianos, transforma os investimentos libidinosos amorosos e hostís nas figuras paternas em identificação e dá lugar à formação do super-ego. Este é o locus que resulta da passagem para o id, o patrimônio hereditário, do que foi introjetado de normas socialmente mantidas pela espécie humana.

"A autoridade do pai ou dos pais é introjetada no ego e aí forma o núcleo do super-ego, que assume a severidade do pai e perpetua a proibição deste contra o incesto, defendendo assim o ego do retorno da catexia libidinal." (Freud, 1924d : 221).

O fracasso da lei ante o ímpeto da vida instintiva dá lugar à neurose ou à perversão. No primeiro caso, resulta do conflito entre os investimentos libidinais e a lei um bloqueio total da vida instintiva que é responsável pela formação dos sintomas neuróticos, formas de satisfação substitutivas que por um lado garantem a não transgressão da lei, mas por outro lado impedem a supressão definitiva das inclinações proibidas mediante a sublimação. No segundo caso, as pulsões parciais buscam abertamente a realização independentemente da primazia genital substituindo a finalidade genital pela sua própria.

"Defini as neuroses como o negativo das perversões (pag. 195 acima) porque nas neuroses os impulsos pervertidos, após terem sido reprimidos, manifestam-se a partir da parte inconsciente da mente - porque as neuroses contêm as mesmas tendências, ainda que em estado de repressão, das perversões positivas." (Freud, 1908 : 196).

A reequilíbrio do conflito entre as forças instintuais e as exigências do super-ego se faz mediante uma "re-encenação" do conflito no decorrer do tratamento, que situará o psicanalista numa condição privilegiada para impedir que o resultado do processo não será nem o arbítrio (a neurose), nem a omissão (a perversão) da lei.

"Todas as vezes que tratamos psicanaliticamente um paciente neurótico, surge nele o estranho fenômeno chamado 'transferência', isto é, o doente consagra ao médico uma série de sentimentos afetuosos, mesclados muitas vezes de hostilidade, não justificados em relações reais e que, pelas suas particularidades, devem provir de antigas fantasias tornadas inconscientes. Aquela trecho da vida sentimental cuja lembrança já não pode evocar, o paciente torna a vivê-lo nas relações com o médico..." (Freud, 1910a : 47).

É graças à relação transferencial que o psicanalista pode exercer o papel de re-educador, reconduzindo os indivíduos à ordem social em condições mais favoráveis para os dois lados:

"Esse trabalho de superar as resistências constitui a função essencial do tratamento analítico; o paciente tem de realizá-lo e o médico lhe possibilita fazê-lo com a ajuda da sugestão operando em um sentido educativo. Por esse motivo tem sido apropriadamente qualificada como um tipo de pós-educação". (Freud, 1917 : 526-527).

O que é liberação para Freud? Constitui-se numa luta contra as resistências que impedem o acesso à consciência dos desejos inconscientes. A liberação seria em última análise a restituição da verdade no domínio da consciência e, de certo modo, caberia ao indivíduo fazer dela o uso que bem entendesse. São três os desfechos mais frequentes deste processo:

"A repressão é substituída pelo julgamento de condenação efetuado com recursos superiores..." Outro desfecho do

tratamento analítico é que os impulsos inconscientes, ora descobertos, passam a ter a utilização conveniente que deviam ter encontrado antes, se a evolução não tivesse sido perturbada(.) Não devemos deixar de contemplar o terceiro dos possíveis desenlaces do tratamento psicanalítico. Certa parte dos desejos libidinais reprimidos faz jús à satisfação direta e deve alcançá-la na vida. As exigências da sociedade tornam o viver difícilíssimo para a maioria das criaturas humanas, forçando-as com isso a se afastarem da realidade e dando origem às neuroses, sem que o excesso de coerção sexual traga maiores benefícios à coletividade".(Freud, 1910 : 59-60).

Os dois primeiros desfechos apontados indicam transformações na esfera do indivíduo, É possível depreender do texto o "significado político" dessas transformações: o indivíduo rende-se, submete-se à ordem social de livre e espontânea vontade, conscientemente. É justamente nesses desfechos que os partidários da revolução sexual, reconhecem o caráter conservador da psicanálise^{le} que se enraízam as propostas de liberação sexual como transformação social e que pretendem assim, dar ganho de causa ao indivíduo, contra a sociedade(conforme o terceiro desfecho do tratamento psicanalítico). É ainda em Freud que encontramos a idéia de que a energia instintual impedida de satisfazer-se de imediato e na realidade é subtraída pela civilização em proveito do trabalho o que em excesso caracterizaria um abuso de poder por parte da sociedade com relação à sexualidade dos indivíduos.

"Não devemos ensoberbecer-mo-nos tanto a ponto de perder completamente de vista nossa natureza animal, nem esquecer tampouco que a felicidade individual não deve ser negada pela civilização. A plasticidade dos componentes sexuais, manifesta na capacidade de sublimarem-se, pode ser uma grande tentação a conquistarmos maiores frutos,

para a sociedade por intermédio da sublimação contínua e cada vez mais intensa. Mas assim como não contamos transformar em trabalho senão parte do calor empregado em nossas máquinas, de igual modo não devemos desviar a totalidade da energia do instinto sexual da sua finalidade própria. Nem o conseguiríamos. E se o cerceamento da sexualidade for exagerado, trará consigo todos os danos de uma exploração abusiva." (Freud, 1910 : 50).

Abuso de poder que Reich esforçar-se-á por demonstrar ser uma característica, não do trabalho em si ou da civilização, mas de uma certa civilização fundada na propriedade privada, na competição entre os homens e na exploração do trabalho da maioria. O poder deixa de habitar a esfera dos instintos, sem perder entre tanto o caráter destrutivo. Não é a concepção de poder que se altera mas sua origem. Apoiado na teoria marxista, Reich comparará a determinação econômica do poder político.

"No outro caso - concepção marxista geral do poder nada disto é evidente: a concepção marxista trata de outra coisa, da funcionalidade econômica do poder. Funcionalidade econômica no sentido em que o poder teria essencialmente como papel manter relações de produção e reproduzir uma dominação de classe que o desenvolvimento de uma modalidade própria da apropriação das forças produtivas tornaram possível. O poder político teria neste caso encontrado na economia sua razão de ser histórica. De modo geral, em um caso temos um poder político que encontraria no procedimento da troca, na economia da circulação de bens o seu modelo formal e, no outro, o poder político teria na economia sua razão de ser histórica, o princípio de sua forma concreta e de seu funcionamento atual". (Foucault, 1979 : 174).

Marx concebe a estrutura da sociedade como constituída de

dois níveis ou instâncias, articulados por uma determinação específica: a infraestrutura ou base econômica (unidade das forças produtivas e das relações de produção), e a superestrutura, que por sua vez comporta em si mesma dois níveis ou instâncias: o jurídico-político (o Estado e o Direito) e o ideológico (as diferentes ideologias, morais, religiosas, jurídicas, políticas etc.)

"Qualquer pessoa pode compreender facilmente que esta representação da estrutura de toda sociedade como um edifício que comporta uma base (infraestrutura) sobre a qual se erguem os dois "andares" da superestrutura, é uma metáfora, muito precisamente uma metáfora espacial: uma tópica. Como todas as metáforas, esta sugere, convida a ver alguma coisa. O quê? Pois bem, precisamos isto: que os andares superiores não poderiam "manter-se" no ar sozinhos se não assentassem de facto na sua base.

A metáfora do edifício tem portanto como objetivo representar a "determinação em última instância" pelo econômico. Esta metáfora espacial tem pois como efeito afetar a base de um índice de eficácia conhecido nos célebres termos: determinação em última instância dos que se passam nos "andares" (da superestrutura) pelo que se passa na base econômica." (Althusser, 1970 : 26-27).

O índice de eficácia da superestrutura é pensado dentro da tradição marxista de duas formas: (a) admitindo-se uma relativa autonomia com relação a infraestrutura (b) propondo uma ação de retorno da superestrutura sobre a base. O essencial a respeito deste nível, deveria, segundo Althusser, ser pensado do ponto de vista da reprodução das condições de produção. Reprodução num primeiro nível das forças produtivas: (a) meios de produção - matéria prima, instalações, instrumentos de produção, (b)

força de trabalho - Passa-se essencialmente fora da empresa. Por um lado, o salário, capital mão de obra, assegura a reprodução material da força de trabalho. Mas não basta assegurar à força de trabalho as condições materiais da sua reprodução, ela deve ser diversamente qualificada e portanto reproduzida conforme as exigências da divisão social-técnica do trabalho, nos seus diferentes postos e empregos. Num segundo nível, trata-se da reprodução das relações de produção o que, em outras palavras, consistiria na reprodução da submissão da força de trabalho à regras da ordem estabelecida. O Estado e seus aparelhos ideológicos seriam os mecanismos eficazes deste processo.

O Estado é uma máquina de repressão ou antes um aparelho que compreende um aparelho especializado: a polícia, os tribunais, as prisões e o exército. Este último intervém diretamente como força repressiva de apoio quando a polícia e os seus corpos auxiliares especializados, são "ultrapassados pelo acontecimentos" e acima desse conjunto o chefe de Estado, o governo e a Administração.⁹

Os aparelhos ideológicos de Estado não funcionam essencialmente pela violência, não são claramente repressivos. Consistem num certo número de realidades imediatas que se apresentam ao observador sob a forma de instituições distintas e especializadas - aparelho ideológico religioso, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, de informação, cultural - cuja unidade não é imediatamente visível. Estes aparelhos funcionam de maneira prevalente pela ideologia, o que unifica a sua diversidade, de vez que esta caracteriza-se por ocultar suas contradições na ideologia dominante, a da classe dominante. Esta última detém o poder de Estado

(diretamente ou por meio de alianças) e age nos aparelhos ideológicos por meio de sua ideologia. Estes, serão conseqüentemente, alvo, mas também o local da luta de classes. A classe (ou alianças de classe) no poder, não domina tão facilmente os AIES como o aparelho repressivo e isto porque não só, as antigas classes dominantes encontram neles condições de conservar posições fortes, como também, porque a resistência das classes exploradas pode encontrar meios e ocasiões de se exprimir neles quer utilizando as contradições existentes, quer o conquistando na luta posições de combate. ¹⁰

A fonte de todo poder é portanto o Estado, e é dele que emana o poder que se irradia e ramifica através dos aparelhos ideológicos. Aqueles que detêm o poder de Estado exercem a dominação pela violência e pela imposição de sua ideologia.

Ideologia em Marx é uma construção imaginária, um sonho vazio constituído de elementos da realidade concreta, apresentando-se porém como um pálido reflexo, vazio, invertido da realidade. Não tem história própria, dado que a história está fora dela, no único lugar possível, o da realidade e dos indivíduos concretos. A ideologia seria portanto representação deformada, falseada, onde os homens representam suas condições concretas de existência. Por causa da alienação material em que vive o homem, Marx (em Teses sobre Feurbach), propõe que o homem se faz uma representação alienada das suas condições de existência - em si alienadas, em virtude daquilo que constitui a essência da sociedade alienada, o trabalho alienado - representação portanto imaginária. (Cf. Harnecker, 1974).

Estas não são entretanto exatamente as posições de Althusser. Para este autor não são as condições de existência real, o mundo real que os homens representam na ideologia, mas a relação dos homens com essas condições de existência.

"É nesta relação que está contida a 'causa' que deve dar conta de toda deformação imaginária da representação ideológica do mundo real. (...) é a natureza imaginária desta relação que fundamenta toda a deformação imaginária que se pode observar em toda ideologia (se não se viver na verdade desta).

Falando uma linguagem marxista, se é verdade que a representação das condições de existência real dos indivíduos que ocupam postos de agentes de produção, da exploração, da repressão, da ideologização da prática científica, revela em última instância das relações de produção e das relações derivadas das relações de produção, podemos dizer o seguinte: toda a ideologia representa na sua deformação necessariamente imaginária, não as relações de produção existentes (e as outras relações que dela derivam), mas antes de mais a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações que delas derivam. Na ideologia, o que é representado não é o sistema das relações reais que governam a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária destes indivíduos com as relações reais em que vivem." (Althusser, 1970 : 81-82).

Ao explicitarmos algumas das idéias de Marx e Althusser, não tivemos como objetivo colocá-las em questão enquanto totalidade. Na verdade, somente alguns aspectos nos interessam. Em

particular uma concepção de poder e por consequência de política inteiramente apoiada no direito, no Estado, mas instituições. Inevitavelmente, as relações de poder são pensadas sempre de cima para baixo. Por outro lado, aquilo que determina o poder lhe é inteiramente exterior. É curioso, o poder não tem poder na lógica marxista, de vez que é determinado, pouco importa se em última instância, pelas relações econômicas. Poder que se exerce pela violência (repressão) ou pela ideologia (alienação). Mas não seria a violência a mais frustrada das formas de poder aquilo que caracteriza à falta dele, a impotência e desespero? Além da violência, só restaria ao poder exercer-se sobre a consciência, apresentar-se como ideologia?

A ideologia caracteriza-se pela deformação. Deformação com relação a quê? Que discursos, que formas de conhecimento, que modo específico de percepção do Real, da verdade, são tomados como referência quando designamos outros discursos, formas de conhecimento, como ideológicos e portanto deformados? É por referência, ao conhecimento científico que é censurada a excessiva proximidade da ideologia com o real imediato, pois dominada pelas pressões do próprio real, ela só vê aquilo que está interessada em ver. Não conhece, reconhece. Nela predomina a função prático-social e não a de conhecimento. Seu objetivo é fornecer uma visão de mundo onde elementos do verdadeiro conhecimento aparecem integrados num sistema totalizador que os falseia.

São três, por conseguinte as questões colocadas ao marxismo: em primeiro lugar, que o poder seja determinado pelo nível econômico; em segundo, que se exerça em nossas sociedades industriais complexas primordialmente pela violência e pela ideologia e, em terceiro lugar, que as relações de poder engendrem ideologias, mas não a ciência e a verdade.

As análises genealógicas de Foucault, colocaram em questão - fundamentadas no estudo da formação histórica da sociedade capitalista (especialmente, o nascimento da instituição carcerária e do dispositivo de sexualidade, de que falaremos mais adiante) - que a organização política dessas sociedades possa ser compreendida se postulamos como dados iniciais a soberania do Estado, a forma da lei, ou a unidade global de uma dominação. Estas são apenas as formas terminais, pois o poder em seu funcionamento concreto não é uma coisa, não é material, ou seja, não existe em determinado lugar ou emanando de um determinado ponto, mas constituiu-se como uma multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem. Estas proposições, não pretendem constituir uma teoria do poder, são antes um conjunto de instrumentos de análise política, extraídos através do exercício sobre relações concretas de poder. Talvez seja mais preciso dizer que são um conjunto de regras de um método de análise política. Ao contrário do que fez Rousseau (partiu de um estado originário onde todos os homens são iguais até o surgimento do poder), ou dos que especulam como Engels acerca de comunidades primitivas onde o poder não explora, não rouba (e mesmo como Reich que postula uma espécie de natureza humana igualitária que antecede à corrupção pelo poder), Foucault não toma o poder como alguma coisa que possa não existir, e por isso não faz teoria do poder. Fazê-lo seria evitar tomá-lo como alguma coisa de fato e cair na tentação de encontrar alguma situação, momento histórico, discurso que lhe fosse exterior.

Para Foucault, o poder não é algo que se adquira, arrebate, ceda, etc... O poder se exerce. Nenhuma relação está acima

ou é exterior às relações de poder. Este se exerce no interior das relações de conhecimento, econômicas e sexuais, lhes é imanente. Não está em posição de superestrutura (com um papel de proibição ou de recondução) porque possui onde se exerce um papel diretamente produtor. Por essa razão, o poder também não vem de cima, vem de baixo. O que significa que seria preciso inverter o modelo genérico de relações de poder como oposição binária, global entre dominadores e dominados que repercute de alto à baixo no corpo social, Foucault, ao contrário, pensa o poder como correlações de força que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas instituições, nas famílias e em outros grupos. Não que a existência das grandes dominações seja negada. Essas são admitidas entretanto como efeitos hegemônicos continuamente sustentados de todos esses afrontamentos. O problema das relações de dominação remete a um outro problema: quem detém o poder? Não sendo uma coisa, não pode ser apropriado. Então, as estratégias de poder não teriam objetivo, seriam caóticas, despojadas de toda intencionalidade? Esse talvez seja o aspecto mais intrigante do pensamento de Foucault, dado que é preciso admitir que sem serem subjetivas, sem resultarem da escolha ou decisão de um sujeito, sem que possamos apontar quem fez o quê, as estratégias de poder são intencionais, calculadas, se exercem através de miras e objetivos e que, funcionando como um conjunto mal ordenado de confrontos localizados e prescindindo de uma voz de comando, são capazes de assumir uma coerência.

Por este motivo, uma análise política precisa descentrar-se das relações e dos efeitos de poder no domínio dos grupos governantes, dos que controlam os aparelhos de Estado, tomam decisões econômicas, para deter-se no domínio mais microscópico, mais

infinitesimal e comesinho. É preciso não desvincular do poder os discursos que se pretendem resistência, não pensá-los como o outro do poder, e desautorizar qualquer discurso ou estratégia de nomear-se exterior a ele (seja a verdade da ciência, a rebeldia solitária do anacoreta, ou os arautos da revolução). O método de análise das relações de poder proposto por Foucault diferencia, por outro lado, o espaço de análise em central e periférico, macro e micro:

"O que ela [a analítica das relações concretas] visa é distinguir as grandes transformações do sistema estatal, as mudanças de regime político ao nível dos mecanismos gerais e dos efeitos de conjunto e a mecânica de poder que se expande por toda a sociedade, assumindo as formas mais regionais e concretas, investindo nas instituições, tomando corpo em técnicas de dominação. Poder este que intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos - o seu corpo - e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso mesmo podendo ser caracterizado como micro-poder ou sub-poder. (Machado, 1979 : XIV).

O exercício do poder no nível micro não coincide com o modo como no nível macro estruturam-se as relações entre o Estado e os cidadãos. Não são a ideologia ou a violência os mecanismos da dominação. Essencialmente porque não é sobre a consciência, mas sobre o corpo que o poder aí se exerce, e porque não é pela violência, mas através de toda uma tecnologia política a forma como ele se exerce. A tecnologia política do corpo consiste num saber sobre ele que não é a ciência de seu funcionamento, cujo

objetivo é um controle de suas forças, que não se resume à vencê-las, mas inclui transformá-las, corrigi-las, reutilizá-las, maximizá-las.

O que está em jogo é a caracterização daquilo que é específico do exercício do poder numa sociedade capitalista. O investimento político do corpo, inscreve-se numa estratégia mais geral que consiste no domínio e na maximização da vida. Articula-se através de uma moderna tecnologia de poder que ultrapassa a modalidade jurídica (apropriação, sujeição violenta ou ideológica) e que constitui-se numa exigência da utilização econômica das forças produtivas nestas sociedades. É como força de produção que o corpo torna-se objeto de um investimento pelas relações de poder, de vez que só pôde constituir-se como força de trabalho ao ser atrelado a um sistema de sujeição - onde suas necessidades são administradas, reguladas, - de modo a torná-lo força útil; ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso.

"Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem no entanto ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e no entanto continuar a ser de ordem física. (...)

(...) Essa tecnologia é difusa, claro, raramente formulada em discursos contínuos e sistemáticos; compõe-se muitas vezes de peças ou pedaços; utiliza um material e processos sem relação entre si. O mais das vezes, apesar da coerência de seus resultados, ela não passa de uma instrumentação multiforme. Além disso seria impossível localizá-la, quer num tipo definido de insti-

tuição quer num aparelho de Estado. Estes recorrem a ela; utilizam-na, valorizam-na ou impõem algumas de suas maneiras de agir. Mas ela mesma, em seus mecanismos e efeitos se situa num nível completamente diferente". (Foucault, 1977b : 28).

Para dar conta da microfísica do poder, é preciso supor que o poder não é jamais apropriado e seus efeitos de dominação são decorrência de disposições, manobras, táticas, técnicas, funcionamentos. O poder é apenas um efeito estratégico, um instante, numa rede de relações sempre tensas e em atividade:

"...que lhe seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou a conquista que se apodera de um domínio" (Foucault, 1977b : 29).

Essa idéia, de um poder do qual ninguém se apropria, mas que todos exercem, obriga a repensar outras idéias de utilização tão exaustiva e já tão pensadas e repensadas ainda uma vez como o conceito de classe social. Conceito que parece ser bastante representativo da concepção de exercício de poder que se quer evitar.

"Uma classe dominante não é uma abstração, mas também não é um dado prévio. Que uma classe se torne dominante, que ela assegure sua dominação se reproduza, estes são efeitos de um certo número de táticas eficazes, sí sistemáticas, que funcionam no interior de grandes estratégias que asseguram essa dominação. Mas entre a estratégia que fixa, reproduz, multiplica, acentua relações de força e a classe dominante, existe uma relação recíproca de produção. Pode-se, portanto dizer que a estratégia de moralização da classe operária é a da burguesia. Pode-se mesmo dizer que é a estratégia que permite à classe burguesa ser a classe burguesa e exercer sua dominação. Mas não creio que se possa dizer que foi a classe burguesa, como um sujeito real ou fictício, que inventou e impôs à força, ao nível de sua ideo-

ou de seu projeto econômico, esta estratégia à classe operária." (Foucault, 1979 : 252-253).

Seria importante, para efeito de análise política, entretanto, articular os dois níveis, micro e macro, uma vez que não se trata de negar o poder de estado ou a dominação de classe, mas de evitar articulações mecânicas. A solução encontrada parece ser o retorno às situações concretas, ao tipo singular de intervenção de um nível sobre o outro.

"O importante é que as análises indicaram claramente que os poderes periféricos e moleculares não foram confiscados e absorvidos pelo aparelho de Estado. Não são necessariamente criados pelo Estado, nem se nasceram fora dele, foram inevitavelmente reduzidos a uma forma ou manifestação do aparelho central. Os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social e neste complexo os micro-poderes existem integrados ou não ao Estado, distinção que não parece até então, ter sido muito relevante ou decisiva para suas análises.

O importante é que a relativa independência ou autonomia da periferia em relação ao centro significa que as transformações ao nível capilar, minúsculo do poder não estão necessariamente ligadas a mudanças ocorridas no âmbito do Estado." (Machado, 1979 : XIV).

Invertendo os modelos de análise convencionais que partem do Estado como órgão central de onde o poder emana, Foucault trabalha as extremidades, as formas locais de poder, sem ver nesses investimentos uma simples extensão ou decorrência do Estado e de seus aparelhos. Qual a importância dessa inversão? Que novidade pode haver em distinguir relações de poder que não tenham origem no Estado? Ao que parece, essa inversão é um importante operador na resposta à questão: Por quê aparecem os saberes? Qual

a relação deles com o poder? O objetivo das investigações das investigações na arqueologia dos saberes era antes estabelecer a constituição dos saberes, privilegiando as interrelações discursivas e sua articulação com as instituições; responder a como apareciam e se transformavam os saberes e não a porque isso se dava, problema que caracteriza as investigações da genealogia (e que corresponde a um outro momento da obra do mesmo autor).

"Podemos então dizer que a análise que em seguida é proposta tem como ponto de partida a questão do por-que. Seu objetivo não é principalmente descrever as compatibilidades e incompatibilidades entre saberes a partir da configuração de suas positivities; o que se pretende é, em última análise, explicar o aparecimento de saberes a partir de condições de possibilidades externas aos próprios saberes, ou melhor, que imanentes a eles - pois não se trata de considerá-los como elementos de um dispositivo de natureza essencialmente estratégica. É esta análise do porquê dos saberes, que pretende explicar sua existência e suas transformações situando-o como peça de relações de poder ou incluindo-o em um dispositivo político, que em uma terminologia nietzscheana Foucault chamará genealogia. Parece-me, em suma, que a mutação assinalada por livros como Vigiar e Punir de 1975 e a vontade de Saber, de 1976, primeiro volume da História da Sexualidade, foi a introdução nas análises históricas da questão do poder como um instrumento capaz de explicar a produção de saberes." (Machado, 1979 : XII).

Ao situar o saber como peça das relações de poder, Foucault introduz a necessidade de pensar o conhecimento de um ponto de vista histórico-político. Para Nietzsche, o conhecimento não tem origem (Ursprung) é resultado do jogo, do confronto, da

luta entre instintos. Não faz parte entretanto da natureza humana, é produto do risco, do acaso, é contra-natural e contra-instintivo, nem se aparenta com o mundo a conhecer, é da ordem da invenção (Erfindung).

"O caráter do mundo é o de um caos eterno; não devido à ausência de necessidade, mas devido à ausência de ordem, de encadeamento, de formas, de beleza e de sabedoria. (...)

"O mundo não procura absolutamente imitar o homem, ele ignora toda lei. Abstenhamo-nos de dizer que existem leis da natureza. É contra um mundo sem ordem, sem encadeamento, sem formas de beleza, sem sabedoria, sem harmonia, sem lei, que o conhecimento tem que lutar". (Foucault, 1978 : 13).

Historicamente, os objetos de conhecimento, as formas de conhecimento e mesmo os sujeitos sociais são produzidos a partir de práticas sociais. Questionamento, portanto, da noção de ideologia como representação imaginária necessariamente deformada que se opõe à ciência, e reelaboração da teoria do sujeito. A noção de ideologia, porque impregnada de uma concepção negativa do poder, designa justamente a intromissão deste no ato de conhecimento como elemento perturbador, algo que se interpõe entre o sujeito (que de direito deveria estar aberto) à verdade. As relações sociais, as formas políticas e as condições econômicas são situadas exteriormente ao sujeito do conhecimento, quando concebidas como ideologias. Contrariando este modo de pensar propõe que as condições políticas e econômicas de existência não seriam um véu, um obstáculo para o sujeito de conhecimento, mas aquilo através do que se formam os sujeitos de conhecimento e relações de verdade.

"Ou seja, o conhecimento é sempre uma certa relação estratégica em que o homem encontra-se situado. É essa relação estratégica que vai definir o efeito de conhecimento e por isso seria totalmente contraditório imaginar um conhecimento que não fosse obrigatoriamente parcial, oblíquo, perspectivo. O caráter perspectivo do conhecimento não deriva

da natureza humana, mas sempre do caráter polêmico e estratégico do conhecimento." (Foucault, 1978 : 19).

Desnecessário portanto distinguir os discursos ideológicos dos científicos para efeito de análise política. Todo discurso é um jogo estratégico de ação, de pergunta e resposta, de dominação e de esquiva, instrumento de luta. Nisto consiste a positividade de todo discurso, que nada tem a ver com os critérios de cientificidade.

Por outro lado, se à Psicanálise coube reelaborar a teoria do sujeito destronando a prioridade conferida à consciência desde Descartes, o método genealógico dimensiona historicamente o sujeito, deixando de tomá-lo como um dato a partir do que a verdade se produz, mas alguma coisa cuja constituição se dá na história e que é a cada instante fundado e refundado.

"Seria talvez preciso também renunciar a toda uma tradição que deixa imaginar que só pode haver saber onde as relações de poder estão suspensas e que o saber só pode desenvolver-se fora de suas injunções, suas exigências e seus interesses. Seria talvez preciso renunciar a crer o que o poder enlouquece, que em compensação a renúncia ao poder é uma das condições para que se possa tornar-se sábio. Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição cor-relata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de 'poder-saber' não devem então ser analisadas a partir de um sujeito de conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema de poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimento são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do saber-poder e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis de conhecimento". (Foucault, 1977a : 29-30).

Posto que o sujeito do conhecimento não é um dado que paira sobre a história, do qual se deveria fazer a história dos erros e das retificações, cujo desenvolvimento é determinado teleologicamente por uma busca da verdade que encontrada representaria seu estado de acabamento. Se o sujeito do conhecimento também é histórico, no sentido mais radical do termo, seu "nascimento", sua "constituição" e "morte" se dariam na história indissociavelmente atrelados às práticas sociais, às condições econômicas, aos objetos e formas de conhecimento. O projeto de Foucault entretanto relaciona-se mais diretamente com o saber das ciências humanas. Sua intenção é, num primeiro momento, mostrar como práticas de controle e vigilância fizeram nascer um tipo absolutamente novo de sujeito do conhecimento. E, num segundo momento, como se pôde formar, através dessas mesmas práticas um saber sobre este sujeito (saber sobre o homem, sobre a individualidade, do normal e do anormal, dentro e fora da regra) e que longe de se ter imposto sobre ele contribuiu para sua produção.

Será preciso percorrer nas páginas que se seguem a história da articulação de práticas de controle social disciplinares e o nascimento de um novo sujeito de conhecimento e de discursos sobre ele. Pensamos que essa discussão é condição de possibilidade para o entendimento das proposições de Foucault com relação à história da sexualidade e da relação poder-prazer.

Por articulação histórico-política entende-se a relação entre as transformações nas formas de exercício do poder e o nascimento de sujeitos, objetos e conhecimentos novos. É através da análise das práticas judiciárias que Foucault pretende estabelecer essas relações.

A antinomia entre saber e poder, mito das sociedades ocidentais, seria o resultado da apropriação pelo povo grego do direito de julgar, de opor a verdade ao poder. A tragédia de Sófocles - Édipo Rei - narraria esse acontecimento político. A elaboração de formas de conhecimento racional, o desenvolvimento de uma arte de persuadir, o conhecimento por testemunho e pela lembrança, seriam tributários da separação verdade - poder. Somente na Idade Média essas formas de conhecimento, teriam renascido chegando à fundação de um conhecimento racional. Este acontecimento, por sua vez, relaciona-se com uma transformação ao nível das práticas judiciárias dos séculos XII e XIII, da passagem de um direito fundado na prova para um direito fundado no inquérito. Essa transformação articula-se com a forma como se dá a circulação de bens, na Idade Média.

"Pode-se dizer, esquematicamente, que um dos traços fundamentais da sociedade européia ocidental é que a circulação dos bens é relativamente pouco assegurada pelo comércio. Ela é assegurada por mecanismos de herança ou de transmissão testamentária e, sobretudo, pela contestação belicosa, militar, extrajudiciária ou judiciária. Um dos meios mais importantes de assegurar a circulação dos bens na Alta Idade Média era a guerra, a rapina, a ocupação da terra, de um castelo ou de uma cidade. Estamos em uma fronteira flúida entre o direito e a guerra, na medida em que o direito é uma certa maneira de continuar a guerra. Por exemplo, alguém que dispõe da força armada ocupa uma terra, uma floresta, uma propriedade qualquer e nesse momento, faz prevalecer seus direitos. Inicia-se uma longa contestação no fim da qual aquele que não possui força armada e quer a recuperação de sua terra só obtém a partida do invasor mediante um pagamento. Este acordo se situa na fronteira entre o judiciário e o belicoso e é uma das maneiras mais frequentes de alguém enriquecer. A circulação, a troca dos bens, as falências, os enriquecimentos

foram feitos, em sua maioria na alta feudalidade, segundo esse mecanismo (Foucault, 1978 : 49).

O direito fundado na prova caracteriza-se pela inexistência de ação pública - não há representante da lei ou da sociedade - donde a ação penal não passa de uma guerra ritualizada entre os indivíduos. Vence o mais forte, ou o mais hábil e não aquele que está com a verdade pois não há de fato uma pesquisa da verdade. É compreensível que os mais poderosos tenham tentado controlar os litígios judiciais culminando na concentração de armas e do poder judiciário nas mãos dos mesmos indivíduos. Aparecem assim: uma justiça que se impõe do alto, a figura do procurador como representante do rei ou do senhor, a noção de infração, ou seja, a idéia de que o dano não é somente uma ofensa de um indivíduo a outro, mas também uma ofensa do indivíduo ao Estado, ao soberano como representante do Estado, à lei do Estado, à sociedade, à ordem. Vai-se exigir do culpado conseqüentemente, não só a reparação do dano feito a um outro indivíduo, mas também a reparação da ofensa que cometeu contra o soberano, através de um mecanismo de multas e confiscações. Modalidade do direito que se exerce pelo inquérito. O poder político é o personagem essencial, exerce seu poder fazendo perguntas aos notáveis e deixando que coletivamente digam o que consideram ser a verdade. Essa forma de exercício de poder tem uma dupla origem:

"Origem administrativa ligada ao surgimento do Estado na época carolíngia; origem religiosa, eclesiástica, mais constantemente presente durante a Idade Média. É este procedimento de inquérito que o procurador do rei - a justiça monárquica nascente - utilizou para preencher a função do flagrante delito de que falei anteriormente. O problema era de saber como generalizar o flagrante delito a crimes que não eram do domínio, do campo da atualidade; como podia o procurador do rei trazer

o culpado diante de uma instância judiciária que detinha o poder, se não sabia quem era o culpado, uma vez que não houvera flagrante delito. O inquérito vai ser o substituto do flagrante delito. Se com efeito, se consegue reunir pessoas que podem sob juramento, garantir que viram, que sabem, que estão a par; se é possível estabelecer por meio delas que algo aconteceu realmente, ter-se-á indiretamente, através do inquérito, por intermédio das pessoas que sabem o equivalente ao flagrante delito. E se poderá tratar de gestos, atos, delitos, crimes, que não estão mais no campo da atualidade, como se fossem apreendidos em flagrante delito. Tem-se aí, uma nova maneira de prorrogar a atualidade, de transferí-la de uma época para outra e de oferecê-la ao olhar, ao saber, como se ela ainda estivesse presente. Esta inserção do procedimento do inquérito reatualizando, tornando presente, sensível, imediato, verdadeiro, o que aconteceu, como se o estivéssemos presenciando, constitui uma descoberta capital." (Foucault, 1978 : 56).

A reparação é desdobrada pois deve conter também uma parte que é daquele que faz valer a lei e que constitui o elemento mais importante do resgate da infração, pois o crime atinge o soberano pessoalmente - já que a lei vale como vontade do soberano - atinge-o também fisicamente - de vez que a força da lei é a força do soberano - donde o suplício como forma de castigo.

O suplício a que era submetido o condenado era uma maneira de buscar uma vingança pessoal e pública, demonstração da força físico-política do soberano. Faz do corpo alvo da repressão penal. A punição é antes de tudo uma cena que exponha à percepção diária a assimetria das forças.

"O suplício tem então uma função jurídico-política. É um cerimonial para reconstituir a soberania lesada por um instante. Ele a restaura manifestando-a em todo o seu brilho. A execução pública, por rápida e cotidiana que seja, se insere em toda uma série dos grandes rituais do poder eclipsado e restaurado (coroação, entrada do rei numa cidade conquistada, submissão dos súditos revoltados): por cima do crime que desprezou o soberano, ela exhibe aos olhos de todos uma força invencível. Sua finalidade é menos de estabelecer um equilíbrio que de fazer funcionar, até um extremo, a dissimetria entre o súdito que ousou violar a lei e o soberano todo-poderoso que faz valer sua força. Se a reparação do dano privado ocasionado pelo delito deve ser bem proporcionada, se a sentença deve ser justa, a execução da pena é feita para dar não o espetáculo da medida, mas do desequilíbrio e do excesso; deve haver, nessa liturgia da pena, uma afirmação enfática do poder e de sua superioridade intrínseca. E esta superioridade, não é simplesmente a do direito, mas a da força.

Se a reparação do dano privado ocasionado pelo delito deve ser proporcionada, se a sentença deve ser justa, a execução da pena é feita para dar não o espetáculo da medida, mas do desequilíbrio e do excesso; de haver nessa liturgia da pena uma afirmação enfática do poder e de sua superioridade intrínseca. E esta superioridade, não é simplesmente a do direito, mas a da força física do soberano que se abate sobre o corpo de seu adversário e o domina: atacando a lei, o infrator lesa a própria pessoa do príncipe: ela - ou pelo menos aqueles a quem ele delegou sua força - se apodera do corpo do condenado para mostrá-lo marcado, vencido, quebrado. A cerimônia punitiva é "aterrorizante".

(Foucault, 1977a : 46).

A eficácia punitiva reside antes na sua intensidade visível que na certeza de ser efetivamente punido. Esta forma de se exercer o direito de punir caracteriza-se essencialmente por atuar

depois do crime cometido, castigar com uma violência muito aguda, destruindo o corpo do condenado. Recurso de uma forma de exercício do poder que é descontínua, não tem a segurança da prevenção, da correção dos sinais antecipatórios de uma intenção delituosa. A violência do espetáculo deve funcionar sensibilizando a todos para a cólera desmesurada do soberano, sua crueldade, funcionando numa economia do exemplo.

"Ora, esse cerimonial meticuloso é, de uma maneira muito explícita, não só judicial mas militar. A justiça do rei mostra-se como uma justiça armada. O gládio que pune o culpado é também o que destrói os inimigos. Todo um aparato militar cerca o suplício: sentinelas, arqueiros, policiais, soldados. Pois importa, evidentemente, impedir qualquer evasão ou ato de violência; importa também prevenir também, da parte do povo, um movimento de simpatia para salvar os condenados, ou uma onda de indignação para matá-los imediatamente: importa igualmente lembrar que em todo crime há uma espécie de sublevação contra a lei e que o criminoso é um inimigo do príncipe. Todas essas razões - quer sejam de precaução numa determinada conjuntura, ou de função no desenrolar de um ritual - fazem da execução pública mais uma manifestação da força do que uma obra de justiça; ou antes, é a justiça como força física, material e temível do soberano que é exibida. A cerimônia do suplício coloca em plena luz a relação de força que dá poder à lei". (Foucault, 1977a : 47).

"Nas cerimônias do suplício, o personagem principal é o povo, cuja presença real, imediata é requerida para sua realização. Um suplício que tivesse sido conhecido, mas cujo desenrolar houvesse sido secreto não teria sentido. Procurava-se dar o exemplo, não só suscitando a consciência de que

a menor infração corria sério risco de punição; mas provocando um efeito de terror pelo espetáculo do poder tripudiando sobre o culpado:" (Foucault, 1977a : 53).

A atrocidade do suplício aproxima o crime e a punição. A noção de atrocidade refere-se ao caráter de certos crimes; os que violam um certo número de leis naturais ou positivas, divinas ou humanas. A punição severa traz a público na atrocidade do suplício a atrocidade do crime. Não porque o poder se exercesse através de uma lei de talião. A atrocidade era o efeito nos ritos punitivos de uma certa mecânica de poder, de um poder que não se furta a se manifestar diretamente sobre os corpos. Nisto consiste sua força. A função de manter a ordem não é diferente da função de fazer a guerra de vez que trata-se de um poder que faz valer as regras e as obrigações como laços pessoais cuja ruptura constitui uma ofensa e exige vingança. O que parece essencial é o funcionamento abertamente violento dessa forma de poder e como certamente essa violência decorre da falta de uma vigilância ininterrupta sobre os indivíduos que torne desnecessário o espetáculo-exemplo.

O inquérito judiciário difundiu-se por muitos outros domínios de práticas sociais, econômicas e engendrou muitos domínios de saber. A partir do século XIII os inquéritos judiciários conduzidos pelos procuradores do rei começaram a se difundir.

"Alguns eram principalmente administrativos ou econômicos. Foi assim que graças a inquéritos sobre o estado da população, o nível das riquezas, a quantidade de recursos e de dinheiro, os agentes reais asseguraram, estabeleceram e aumentaram o poder real. Foi desta forma que todo um saber econômico, de administração econômica dos estados, se acumulou no fim da Idade Média e

nos séculos XVII e XVIII. Foi a partir daí que nasceu uma forma regular de administração dos estados, de transmissão e de continuidade do poder político e nasceram as ciências como a Economia Política, a Estatística etc....

Estas técnicas de inquérito difundiram-se igualmente em domínios não diretamente ligados aos domínios de exercício do poder: domínio do saber ou do conhecimento, no sentido tradicional da palavra.

A partir dos séculos XIV e XV aparecem tipos de inquérito que procuraram estabelecer a verdade a partir de um certo número de testemunhos cuidadosamente recolhidos em domínios como o da Geografia, da Astronomia, do conhecimento dos climas, etc. Aparece em particular uma técnica de viagem, empreendimento político de exercício de poder e empreendimento de curiosidade e de aquisição de saber, que conduziu finalmente ao descobrimento da América. Todos os grandes inquéritos que dominaram o fim da Idade Média são no fundo, a eclosão e a dispersão dessas primeiras formas, desta matriz que nasceu no século XII. Até mesmo domínios como o da Medicina, da Botânica, da Zoologia, a partir dos séculos XVI e XVII, são irradiações desse processo. Todo o grande movimento cultural que, depois do século XII, começa a preparar o Renascimento, pode ser definido em grande parte como o desenvolvimento, o florescimento do inquérito como forma geral de saber". (Foucault, 1978 : 58-59).

Essa forma de poder-saber não pode, entretanto, produzir um saber sobre o homem como as ciências humanas. Serão necessárias transformações na esfera das práticas judiciárias para que a emergência desse tipo de conhecimento se torne possível.

O final do século XVIII é marcado pela reorganização do

sistema judiciário e penal. Em nome de uma humanização da penalidade, a lei penal é reelaborada em dois aspectos fundamentais: separação da ordem da lei de uma ordem divina, natural e reformulação da idéia de reparação. Na prática, a reelaboração da lei penal operou uma desvinculação dos pares falta-pecado/infração-crime, objetando que antes da lei existir não pode haver infração ou crime quando muito falta ou pecado contra a lei natural ou divina. Donde, uma lei não deveria mais transcrever uma falta moral, religiosa, mas representar aquilo que é útil para a sociedade. Também a penalidade só deveria atingir as condutas efetivamente definidas pela lei como repreensíveis. Redefinição, conseqüentemente, do criminoso, pois se o crime é a transgressão da lei, um dano social e não um pecado contra a lei divina e contra aquele que a representa - o rei -, o criminoso é um inimigo social, alguém que danifica e perturba a ordem social.

"Encontramos isso claramente em todos os teóricos como também em Rousseau, que afirma que o criminoso é aquele que rompeu o pacto social. Há identidade entre o crime e a ruptura do pacto social. O criminoso é um inimigo interno, Esta idéia do criminoso como inimigo interno, como indivíduo que no interior da sociedade rompeu o pacto que havia teoricamente estabelecido, é uma nova e capital de definição na história do crime e da penalidade."
(Foucault, 1978 : 64).

O problema da reparação do crime cometido sofre uma modificação fundamental. Se o crime não é uma falta, um pecado, a lei não poder prescrever uma vingança e sim uma reparação do mal causado à sociedade de modo a impedir que se repita. A reparação deve alcançar simultaneamente dois efeitos: apagar o dano causado à sociedade e impedir que seja recomeçado pelo in-

divíduo criminoso ou por outro. Ao invés dos atrozes suplícios, quatro são os tipos de punição propostos pelos teóricos da reela boração do código penal francês na época revolucionária (Beccaria, Bentham, e Brissot). A punição ideal seria a deportação pois o indivíduo que rompe o pacto social coloca-se fora do espaço da legalidade. O isolamento no interior de um espaço social, público, moral, psicológico produzido por punições como o escândalo, a vergonha, a humilhação. Compensação do dano causado à sociedade pelo trabalho forçado. E finalmente uma forma de punição que deveria terminar com toda a vontade de cometer novamente o crime, a pena de talião: mata-se quem matou, confisca-se os bens de quem roubou e assim por diante.

Ocorre que estas transformações ao nível do direito articulam-se com transformações em outros níveis da sociedade. Trata-se em verdade, de uma luta política contra a soberania do rei, seu poder ilimitado, brilhante, pessoal, porém, por demais irregular e descontínuo para os propósitos da sociedade capitalista emergente. O poder monárquico organizava-se de modo a deixar lugar para uma constante ilegalidade dos súditos ao nível do direito.

"Mas essa ilegalidade era tão profundamente enraizada e tão necessária à vida de cada camada social, que tinha de certo modo sua coerência e economia próprias. Ora se revestia de uma forma absolutamente estatutária - que fazia dela não tanto uma ilegalidade quanto uma isenção regular: eram os privilégios concedidos aos indivíduos e às comunidades.

Ora tinha a forma de uma inobservância maciça e geral que fazia com que durante dezenas de anos, séculos às vezes ordenações podiam ser publicadas e renovadas constantemente sem nunca chegar à aplicação. Ora se tratava de um

desuso progressivo que dava lugar às vezes a súbitas reativações. Ora de um consentimento mudo do poder, de uma negligencia ou simplesmente da impossibilidade efetiva de impor a lei e reprimir os infratores."

(Foucault, 1977a : 76).

A organização jurídica caracterizava-se por uma multiplicidade de instâncias descontínuas ou sobrepostas, usualmente em conflito. A justiça penal era, contraditóriamente com o exercício autoritário, todo-poderoso e violento do poder real, lacunar e confusa. O novo estatuto da propriedade imobiliária e comercial da burguesia será intolerante com esta economia das ilegalidades. A burguesia proprietária de terras perseguiu todas as facilidades que o campesinato adquiriu ou conservou no regime feudal, dando-lhes uma posição de infração pura e simples. A ilegalidade dos direitos torna-se ilegalidade de bens. Por sua vez, a propriedade comercial e industrial: o desenvolvimento dos portos, o aparecimento dos grandes armazéns onde se acumulam mercadorias, a organização de oficinas de grandes dimensões (com uma massa considerável de matéria-prima, de ferramentas, de objetos fabricados, que pertencem ao empresário e são difíceis de vigiar) exigem também uma repressão rigorosa. Neste contexto a própria criminalidade se transforma. Os crimes de sangue, as agressões físicas, a delinquência difusa e ocasional são substituídos por delitos contra a propriedade, roubos calculados - não mais impulsionados pela cólera eventual - um crime enfim mais individualista (a organização da delinquência modifica-se, dissociam-se os grandes bandos de assaltantes armados, contrabandistas, desertores e vagabundos agregam-se em bandos menores) com menor demonstração de forças e menos sangrento. Refinou-se a ordem jurídica. Cresce o aparelho policial, desenvolvem-se métodos de vigilância

mais rigorosos, aperfeiçoam-se técnicas de descoberta, captura e de informação determinando controles mais rígidos, intervenções penais mais pontuais e mais frequentes.

A luta pela delimitação do poder de punir articula-se com a exigência de submeter a ilegalidade popular a um controle mais estrito e constante. O homem, como limite do direito e fronteira legítima do poder de punir ocupou uma posição estratégica nesta luta, pois é uma idéia central no deslocamento sofrido pelo direito de punir - da vingança do soberano - para a defesa da sociedade. Em nome do homem suavizam-se as penas, mas em verdade controla-se os efeitos de retorno do sofrimento do criminoso em seu suplício, sobre seus juízes ou sobre os espectadores, Controle portanto dos efeitos do poder, efeitos de endurecimento, de ferocidade trazida pelo hábito ou da piedade indevida, infundada ou excessiva. Não é tanto a humanidade do criminoso que é respeitada na suavização dos castigos e sim toda uma concepção da punição como arte dos efeitos que o conceito de homem permite fazer funcionar. A punição não deve mais ser um espetáculo cujo efeito aterrorizante espera-se que reverbere nos sentidos dos espectadores desencorajando a prática do crime.

A arte dos efeitos deve ser compreendida como a arte da diferenciação, a multiplicação e o uso racional dos efeitos. O espetáculo aterrorizador é substituído por um conjunto de sinais obstáculo, uma semiotécnica, cuja eficácia advém da diferenciação que é introduzida no universo do crime, da forma racional e calculada como é atribuída a cada crime uma penalidade específica que com ele se identifica, da certeza de ser punido que deve acompanhar os infratores, da cientificidade do inquérito como garantia de

justiça, do equilíbrio, mas também de sua inevitabilidade.

A semiotécnica procura alcançar uma forma de punição incorpórea. A punição deveria incidir não sobre o corpo, causando dor, mas sobre a representação da dor. A lembrança de uma dor deve ser suficiente para impedir uma reincidência donde que é a representação da pena e não sua realidade corpórea que é maximizada. Almeja-se essencialmente que os homens liguem em seu espírito a idéia de crime e castigo e para tanto é preciso fazer cessar a miopia da ordem jurídica. A realidade do delito precisa ser estabelecida com toda evidência através das mesmas regras que comandam a verificação de qualquer verdade, desse modo, o modelo inquisitorial torna-se semelhante a uma demonstração científica. A punição deve se reduzir ao mínimo de violência corporal. Será através da alma que o corpo será submetido. "Alma, prisão do corpo". A esta arte de punir que repousa sobre uma tecnologia da representação, Foucault chama poder ideológico. Em que consiste essa modalidade de exercício do poder?

"Encontrar para um crime o castigo que convém é encontrar a desvantagem cuja idéia seja tal que torne definitivamente sem atração a idéia de um delito. É uma arte das energias que se combatem, arte das imagens que se associam, fabricação de ligações estáveis que desafiem o tempo. Importa constituir pares de representação de valores opostos, instaurar diferenças quantitativas entre as forças em questão, estabelecer um jogo de sinais obstáculos que possam submeter o movimento das forças a uma relação de poder". (Foucault, 1977a : 94).

A semiotécnica reúne um conjunto de sinais-obstáculo em correlação tão imediata quanto possível, de semelhança, de analogia, de

proximidade com o crime. A punição ideal para cada crime seria aquela que, de tão semelhante, análoga ou próxima, pudesse tornar-se um sinal do crime que castiga:

"os que abusam da liberdade, serão privados da sua; serão retirados os direitos civís dos que abusarem das vantagens da lei e dos privilégios das funções públicas; a multa punirá o peculato e a urusura; a confiscação punirá o roubo, a humilhação, os delitos de 'vanglória'; a morte, o assassinato; a fogueira, o incêndio." (Foucault, 1977a : 95).

Esse jogo de sinais deve inverter a relação de intensidade entre o crime e a punição. A representação da pena, de suas desvantagens deve veicular uma quantidade de desprazer maior que o prazer que o crime e suas vantagens possam proporcionar. O tempo da punição é um fator importante nessa mecânica das forças. Uma pena definitiva é equivalente a um suplício e sofreria da mesma ineficácia preventiva deste. Uma pena que não tem fim equivale a morte na sua intensidade, e a morte não corrige. A correção e a prevenção são os objetivos da penalidade imposta a todo condenado. Daí a quantidade de castigos na forma de obras públicas. Públicas em dois sentidos: por um lado pelo trabalho que o condenado fornece à comunidade e por outro pelos sinais que produz, pelo caráter visível de sua pena.

"Essa lição legível, essa recodificação ritual, devem ser repetidas com toda frequência possível; que os castigos sejam uma escola mais que uma festa; um livro sempre aberto mais que uma cerimônia. A duração que torna o castigo eficaz para o culpado também é útil para os espectadores. Estes devem poder consultar a

cada instante o léxico permanente do crime e do castigo. Pena secreta, pena perdida pela metade. Seria necessário que as crianças pudessem vir aos lugares onde é executada; lá fariam suas aulas cívicas. E os homens feitos lá reaprenderiam periódicamente as leis. Concebamos os lugares de castigos como um Jardim das leis que as famílias visitariam aos domingos". (Foucault, 1977a : 100).

Mas, o século XIX não realizou o projeto de transformar toda a sociedade numa cidade punitiva ou melhor numa escola contra o crime. Por outro lado, a detenção, castigo específico para certos delitos - os que atentam contra a liberdade dos indivíduos, como o rapto, ou que resultam do abuso da liberdade, como a desordem e a violência - torna-se a forma geral de castigo. É verdade que a prisão já estava prevista como condição de possibilidade da execução de certas penas, mas em si mesma é criticada pelos reformadores da lei penal, pois é incapaz de responder à especificidade dos crimes e é desprovida de efeito sobre o público. É preciso levar em consideração que privar alguém de sua liberdade constava entre as práticas ligadas à arbitrariedade do rei contra quem o código penal do século XVIII havia sido elaborado. Como entender nesse contexto que a prisão tenha galgado o status de forma privilegiada de punição?

O poder ideológico incide sobre representações: a representação dos interesses, vantagens, desvantagens, prazer, desprazer, mas não sobre o corpo diretamente. O corpo é antes objeto de representação, um elemento de instrução. A correção individual consiste em requalificar o indivíduo como sujeito de direito ao mesmo tempo que sua correção serve como elemento reforçador do sistema de sinais e das representações do crime e do castigo. A prisão é um aparelho que funciona não para requalificar simples-

mente o indivíduo ao nível do direito, mas para corrigí-lo, transformá-lo profundamente. O ponto de aplicação da pena não é a representação, é o corpo, é o tempo, são os gestos e as atividades de todos os dias. Os instrumentos utilizados são formas de coerção do espaço, do tempo e das atividades do criminoso. A punição é individualizada, não mais no sentido de que a cada crime corresponde uma forma de punição específica, e sim da individualidade do criminoso como medida do castigo. A legislação social afasta-se progressivamente daquilo que é socialmente útil ajustando-se ao indivíduo. Deixa de visar a reparação do dano causado à sociedade e passa a caracterizar a punição como um projeto pedagógico que visa controlar e reformar psicológica e moralmente os indivíduos. A detenção e seus mecanismos punitivos fere portanto o princípio da clara codificação crime-castigo (na medida que no interior da prisão o poder de transformar os indivíduos se exerce com alto grau de autonomia) e também o caráter de publicidade do castigo. A pena individualizada demanda um saber individualizante. De alvo do sistema punitivo, a alma, a vontade, as disposições, o intelecto tornam-se objeto de investigação que deverá determinar se o indivíduo é criminoso ou não. Não é apenas o crime, a materialidade do delito, o conjunto das provas que determinarão a sentença, mas também a personalidade do criminoso, suas intenções, sua normalidade ou anormalidade que serão julgadas, sua periculosidade.

A prisão é uma instituição panóptica; proporciona uma vigilância individual contínua, em forma de controle (punição mas também recompensa), forma e transforma indivíduos em função de certas normas, ao mesmo tempo que constrói pela observação de cada indivíduo um saber.

"O Panóptico de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre, esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia.

Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. (...) A visibilidade é uma armadilha." (Foucault, 1977a : 177).

As instituições panópticas são disciplinares. A disciplina é uma arte do corpo humano. Além de aprofundar a sujeição do corpo humano, aumenta-lhes as habilidades e estabelece entre os dois aspectos uma correlação positiva onde o mais dócil seja também o mais útil. O trabalho sobre o corpo, verdadeira anatomia política do detalhe consiste na manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos: esquadrinhamento, desarticulação e recomposição das forças do corpo. A disciplina como arte do corpo humano é instrumento de um novo investimento político do corpo, uma nova microfísica do poder. Ao mesmo tempo que ela aumenta as forças do corpo, tornando-o corpo economicamente útil, diminui sua força política, docilizando-o.

"Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma 'aptidão', uma 'capacidade' que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acen tuada" (Foucault, 1977 : 127).

Os mecanismos disciplinares incidem essencialmente sobre o espaço, o tempo e as atividades dos indivíduos. O espaço é diferenciado - um lugar para cada atividade - e fechado sobre si mesmo. Cercado, delimitado, o espaço é também quadriculado ou seja, internamente são regiões destinadas a cada corpo. Desse modo evita-se o amontoado de corpos, as multidões anônimas. O quadriculamento do espaço define para cada indivíduo um lugar, desfazendo a massa confusa, impedindo as comunicações inúteis ou perigosas, individualizando, os corpos. A atividade é por sua vez controlada pela regularidade temporal. Os atos são decompostos, colocados numa escala para que gestos e movimentos ajustem-se temporalmente, condição necessária à rapidez. O corpo e o gesto correlacionam-se. Impõe-se a melhor relação entre um gesto e a atitude do corpo, condição necessária à rapidez e à eficácia. O corpo articula-se com os objetos. Entre um e outro procura-se estabelecer uma cuidadosa engrenagem. A disciplina apropria-se também do tempo dos indivíduos. Seu objetivo é acumular a duração, agilizar a engrenagem dos corpos e das forças e inverter em lucro ou em utilidade aumentados. Trata-se de extrair o máximo das forças, das capacidades dos indi-

vídus na menor duração de tempo possível. Ao mesmo tempo tornar o maior tempo possível de suas vidas em tempo de trabalho. São quatro os processos para tornar mais rentável a duração do tempo: Dividir a duração em segmentos sucessivos ou paralelos, dos quais, cada um deve chegar a um termo específico; organizar essas sequências segundo um esquema analítico - sucessão de elementos tão simples quanto possível, combinando-se segundo uma complexidade crescente; finalizar esses segmentos temporais, fixar-lhes um termo marcado por uma prova que tem a função de indicar que o indivíduo atingiu o nível desejado, garantir alguma equivalência entre a aprendizagem de um grupo de indivíduos e diferenciar as aptidões e capacidades de cada um; distribuir os indivíduos por séries cada qual comportando exercícios específicos de acordo com seu nível de complexidade. O tempo se torna tempo evolutivo. Finalmente, a disciplina compõe aquilo que ela diferencia da seguinte maneira: o corpo singular torna-se um elemento, que se pode colocar, mover, articular com os outros; as várias séries cronológicas devem combinar-se para formar um tempo composto onde o tempo de cada um deve ajustar-se ao tempo dos outros de modo a extrair a máxima quantidade de forças de cada um e combiná-las; combinação orquestrada por um sistema preciso de comando, cujas ordens devem ser da maior brevidade e clareza, não devendo ser explicadas ou mesmo formuladas, funcionar através de um sistema de sinais codificados previamente que possibilitem uma pronta reação dos comandados.

"Em resumo, pode-se dizer que a disciplina produz, a partir dos corpos que controla, quatro tipos de individualidade, ou antes uma individualidade dotada de quatro características: é calular (pelo jogo da repartição espacial), é orgânica (pela co

dificação das atividades), é genética (pela acumulação do tempo), é combinatória (pela composição das forças). E para tanto, utiliza quatro grandes técnicas: constrói quadros; prescreve manobras; impõe exercícios; enfim, para realizar a combinação das forças, organiza "táticas". A tática, arte de construir, com os corpos localizados, atividades codificadas e as aptidões formadas, aparelhos em que o produto das diferentes forças se encontra majorado por sua combinação calculada é sem dúvida a forma mais elevada da prática disciplinar. Nesse saber, os teóricos do século XVIII viam o fundamento geral de toda a prática militar, desde o controle e o exercício dos corpos individuais, até a utilização das forças específicas às multiplicidades mais complexas. Arquitetura, anatomia, mecânica, economia do corpo disciplinar;" (Foucault, 1977a : 150).

Donde se conclui que o indivíduo não é uma espécie de núcleo elementar, átomo primitivo, matéria inerte que o poder violenta ou ilude. Aquilo que faz com que gestos, discursos, desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um efeito do poder disciplinar.

"Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos." (Foucault, 1979 : 183).

As disciplinas por sua vez são uma forma de exercício do poder que ao invés de se apropriar ou de retirar as forças do corpo, adestram para multiplicá-las, ligá-las e utilizá-las num todo, para então explorá-las mais e melhor. Seus instrumentos são simples e deslocáveis facilmente, daí sua onipresença.

As técnicas disciplinares produziram o indivíduo ao mesmo tempo que todo um conhecimento sobre ele. Conhecimento que, sem dúvida, é também instrumento da produção dessa realidade que ainda não

não cessou de se produzir, de se modificar, de se sofisticar. O indivíduo é simultaneamente efeito e objeto de poder, efeito e objeto do saber.

É o exame o dispositivo disciplinar que põe em funcionamento dentro de um só mecanismo, relações de poder que permitem obter e constituir saber. Trata-se de uma forma de controle que combina dois outros mecanismos: a vigilância hierárquica e a sanção normalizadora.

A vigilância hierárquica consiste num jogo do olhar, ou seja uma espécie de aparelho onde a coerção se faz pela visibilidade daqueles sobre quem se aplica. A maior ambição deste aparelho seria tudo ver num único olhar e permanentemente. Mais ágil, mais leve que a arquitetura panóptica, o olhar hierárquico organiza-se piramidalmente e não na forma circular, o que significa que multiplicam-se os agentes de controle, aumenta a superfície desse controle, mas também na medida em que o controle está disposto de uma forma hierárquica funcionará como uma rede sem lacuna funcionando em todas as direções. A disciplina cortou a cabeça do rei.

"Organiza-se assim como um poder múltiplo, automático e anônimo; pois, se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e lateralmente; essa rede "sustenta" o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apóiam uns sobre os outros: fiscais perpétuamente fiscalizados. O poder da vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina.

E se é verdade que sua organização piramidal lhe dá um 'chefe', é o aparelho inteiro que produz 'poder' e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo. O que permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda a parte sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar; e absolutamente 'discreto', pois funcionam permanentemente e em grande parte em silêncio. A disciplina faz funcionar um poder relacional que se auto-sustenta por seus próprios mecanismos e substitui o brilho das manifestações pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados. Graças às técnicas de vigilância, a "física" do poder e o domínio sobre o corpo se efetuam segundo um jogo de espaços, de linhas, de telas, de feixes, de graus e sem recurso em princípio, ao excesso e à violência. Poder que é em 'aparência' ainda menos 'corporal' por ser mais sábiamente 'físico'. (Foucault, 1977 : 158).

O sistema disciplinar envolve ainda um mecanismo penal. Este, tem leis próprias ou, mais precisamente, funciona exatamente nas lacunas da lei, qualificando e reprimindo um conjunto de comportamentos que escapam à ordem jurídica propriamente dita. O domínio da disciplina é a norma. Esta é simultaneamente definida no interior do aparelho disciplinar - como resultado dos processos de observação de aprendizagem, da quantificação do tempo e do ritmo dos indivíduos, da especificação e colocação do aprendizado numa escala evolutiva, pela explicitação do que é típico de cada etapa ao mesmo tempo pela codificação dos hábitos próprios ao desenvolvimento individual - basicamente através dos mecanismos postos em jogo a partir da vigilância ininterrupta dos

indivíduos, mas é também aquilo que justifica e obriga a funcionar toda uma infrapenalidade cujo objetivo é reenviar os indivíduos à norma de que teimam em afastar-se.

A punição disciplinar não é principalmente exemplar, repressiva ou violenta. Caracteriza-se pela reprodução dos mecanismos que definem a norma e funciona no interior desses mecanismos. Não é uma forma de castigo exterior ao processo de aprendizagem de vez que é frequentemente apenas mais um exercício. No funcionamento do exercício está presente o artifício destinado a punir, reprimir os desvios, desencorajar a preguiça, a lentidão, a imperfeição, estão incluídos também formas de gratificação expressas no incentivo à perfeição adquirida, ao esforço realizado, ou ao desejo de progredir. A punição disciplinar é portanto corretiva e inscreve-se num processo de construção, de homogeneização (pela definição e pelo esforço de recondução à norma) e também de hierarquização dos indivíduos por referência à proximidade - afastamento da norma. A colocação dos indivíduos numa hierarquia confirma a norma, aponta os desvios ao mesmo tempo que é uma forma de castigo e de recompensa.

"Em suma, a arte de punir no regime do poder disciplinar, não visa nem a expiação, nem mesmo exatamente a repressão. Põe em funcionamento cinco operações bem distintas: relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto, que é ao mesmo tempo campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir. Diferenciar os indivíduos em relação uns aos outros e em função de uma regra de conjunto - que se deve fazer funcionar como base mínima como média a respeitar ou como ótimo de

que se deve chegar perto. Medir em termos quantitativos e hierarquizar em termos de valor as capacidades, o nível, a 'natureza' dos indivíduos. Fazer funcionar, através dessa medida 'valorizadora', a coação de uma conformidade a realizar. Enfim traçar o limite que definirá a diferença em relação a todas as diferenças, ... A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza". (Foucault, 1977 : 163)

No exame, são reunidos os mecanismos disciplinares em sua dupla finalidade. Vigilados, iluminados por uma inversão da visibilidade no exercício do poder, os indivíduos tornam-se sujeitos, dominados por mecanismos de punição - gratificação que os constituem e transformam. Objetos entretanto de um saber que emerge da vigilância ininterrupta. Saber que descreve, mensura, compara, documenta, registra e ordena em biografias individuais, informações, e faz de cada indivíduo um caso. Conhecimento que integra e realimenta as técnicas de sujeição, correção e transformação dos indivíduos contribuindo permanentemente para a produção de mais individualidade.

A história do exame é também a história do nascimento das ciências humanas o que significa dizer que a Pedagogia, a Psiquiatria, a Psicologia e a Psicanálise seriam simultaneamente saberes sobre o homem e instrumentos disciplinares num jogo de constituição recíproca.

Retomando nosso ponto de partida, vamos nos preocupar nas páginas que se seguem com o problema do exercício do poder no domínio da sexualidade. Dissemos que o pressuposto geralmente

admitido é o do sexo reprimido e da conveniência de técnicas destinadas a liberá-lo. Dissemos ainda que o entendimento do significado social e político tanto da repressão quanto da liberação assumiam em Freud e Reich direções distintas. Se para o primeiro, a repressão é condição de possibilidade de toda cultura e civilização, para o segundo a repressão da sexualidade articula-se tão somente com o desenvolvimento do capitalismo, interessado em explorá-la em benefício da produção, propondo simultaneamente uma crítica ao pensamento freudiano comprometido ideologicamente com esta mesma sociedade quando obscurece essa conexão política.

A crítica reichiana sustenta-se, segundo acreditamos, na convicção de que, com o poder, o saber estabelece duas modalidades da relação: ou recusa suas injunções e abre-se para a verdade - por definição estranha ao poder - ou permanece enredado em suas malhas e produz ideologias, falsos saberes, ilusões, obstáculos epistemológicos, comprometidos que são com o desconhecimento, servís que se mostram ao poder. Tanto a verdade quanto o sexo seriam os outros do poder, inimigos por natureza. Historicamente, portanto, o poder atua sobre o sexo como o faz com relação à verdade, ou melhor encobrendo sua verdade, produzindo falsos saberes destinados a impedir sua manifestação espontânea. Expusemos a propósito dessa questão o ponto de vista de que o poder longe de ser o lugar do desconhecimento, engendra formas de conhecimento que não são ideologias, mas positivities, como o próprio conhecimento científico.

Com isso pretendíamos lançar os fundamentos necessários à compreensão da perspectiva foucaultiana da sexualidade.

Não serão os erros, as representações - anteparo, os elementos privilegiados de sua reflexão política, mas a própria economia dos discursos verdadeiros sobre o sexo; trata-se de falar do exercício do poder através da produção da verdade.

Criticamos ainda a idéia de que o poder tem origem no Estado, exerce-se de cima para baixo, seus instrumentos são a ideologia e/ou a repressão; porque não seria capaz de pensar as relações concretas, as formas mais locais o nível micro de exercício do poder. Lugar, onde seriam encontrados mecanismos como a disciplina, cujos instrumentos, a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora integrados na tecnologia do exame, deram origem ao saber das ciências humanas e simultaneamente ao seu objeto: o homem-indivíduo.

Acerca da relação poder-prazer-saber, Foucault opõe três dúvidas: 1. questão histórica - seria a repressão do sexo uma evidência? 2. questão histórico-teórica - a mecânica do poder e em particular a que é posta em jogo numa sociedade como a nossa seria essencialmente repressiva? (ou, serão a interdição, a negação e a censura as formas pelas quais o poder se exerce em qualquer sociedade e infalivelmente na nossa?) 3. questão histórico-política - o discurso crítico que se dirige à repressão não faria parte da mesma rede histórica daquilo que denuncia - mas também disfarça - quando chama de repressão?

A resposta à segunda questão viabiliza responder às duas outras. Será preciso, no entanto, mais uma vez explicitar a mecânica repressiva, pois, no terreno do sexo, ela tem suas particularidades. A relação poder-prazer é pensada de

forma negativa, o que equivale a dizer que, contra o sexo, o poder não pode nada a não ser dizer não (rejeita, oculta, exclui, recusa, barra, mascara). O poder nada produz no domínio do sexo:

"... se produz alguma coisa são ausências e falhas; elide elementos, introduz descontinuidades, separa o que está junto, marca fronteiras. Seus efeitos tomam a forma geral do limite e da lacuna". (Foucault, 1977b : 81)

Com relação ao prazer, o poder seria ainda a instância da regra, aquilo que dita a lei, inscrevendo-o num regime binário: lícito e ilícito, permitido e proibido. Princípio, ainda, de inteligibilidade, pois é a partir da relação do sexo com a lei que seu segredo é decifrado. O poder faz funcionar um ciclo de interdição em torno do prazer cujo objetivo seria condená-lo a existir apenas na sombra e em segredo:

".....não te aproximes, não toques, não consumas, não tenhas prazer, não fales, não apareças" (Foucault, 1977b : 81).

E cujo castigo, por outro lado, não é mais que ainda uma vez a supressão.

"Renuncia a ti mesmo sob pena de ser suprimido; não apareças se não quiseres desaparecer. Tua existência só será mantida à custa de tua anulação. O poder oprime o sexo exclusivamente através de uma interdição que joga com a alternativa entre duas inexistências." (Foucault, 1977c : 81)

A interdição assume essencialmente três formas: afirmar que não é permitido, impedir que se fale, negar que exista. Uma espécie de lógica característica da censura liga o inexis-

tente, o ilícito, e o informulável de modo que cada um é simultaneamente princípio e também efeito do outro:

"do que é interdito não se deve falar até ser excluído do real, o que é inexistente não tem direito à manifestação alguma, mesmo na ordem da palavra que enuncia sua inexistência e o que deve ser calado encontra-se banido do real como interdito por excelência." (Foucault, 1977b : 82)

Estes três mecanismos, lei, interdição e censura resumem as formas de intervenção do poder sobre o sexo em todos os níveis como um dispositivo único, não importando os aparelhos ou instituições em que se efetue:

"...do Estado à família, do príncipe ao pai, do tribunal à quinquilharia das punições cotidianas, das instâncias de dominação social às estruturas constitutivas do próprio sujeito, encontrar-se-ia, em escalas diferentes apenas a forma geral do poder. Essa forma é o direito, como jogo entre o lícito e o ilícito, a transgressão e o castigo. Quer se lhe empreste a forma do princípio que formula o direito, do pai que proíbe, do censor que faz calar, do mestre que diz a lei, de qualquer modo se esquematiza o poder sobre uma forma jurídica e se definem seus efeitos como obediência. Em face de um poder, que é lei, o sujeito que é constituído como sujeito - que é sujeitado - é aquele que obedece. À homogeneidade formal do poder, ao longo de todas essas instâncias, corresponderia, naquele que o poder coage - quer se trate do súdito ante o monarca, do cidadão ante o Estado, da criança ante os pais, do discípulo ante o mestre - a forma geral de submissão. Poder legislador, de um lado e sujeito obediente do outro. (Foucault, 1977b : 82)

Que se pretende que tais pressupostos tenham sido extraídos da psicanálise e dos discursos políticos nela enraizados, parece desnecessário esclarecer. O objetivo do autor, entretanto, parece orientado: "por uma estranha mania de inversão," pois a cada um dos pressupostos faz corresponder o seu oposto. À relação negativa entre poder e prazer, Foucault opõe que sexo é alguma coisa que foi produzida por novos mecanismos de poder.

dade é gerir a vida - e não causar a morte - trata-se de um bio-poder cuja principal característica é causar a vida e não simplesmente deixar viver, por oposição ao direito monárquico e à forma de exercício de seu poder. É no desenvolvimento de capitalismo, lembramos, que se deve buscar a lógica desse poder sobre a vida.

(O desenvolvimento do capitalismo) só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. Mas, o capitalismo exigiu mais que isso; foi-lhe necessário o crescimento tanto de seu reforço quanto de sua utilizabilidade e sua docilidade; foram-lhe necessários métodos de poder capazes de majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isso torná-las mais difíceis de sujeitar; se o desenvolvimento dos grandes aparelhos de Estado, como instituições de poder, garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos de anátomo e de bio-política, inventados no século XVIII como técnicas do poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas (a família, o Exército, a escola, a polícia, a medicina individual ou a administração das coletividades), agiram no nível dos processos econômicos, de seu desenrolar, das forças que estão em ação em tais processos e os sustentam; operaram, também, como fatores de segregação e de hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia; o ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro, foram, em parte, tornadas possíveis pelo exercício do bio-poder com suas formas e procedimentos múltiplos. O investimento sobre o corpo vive, sua valo-

Ao invés de uma característica básica da natureza humana, um dado prévio sobre o qual mais ou menos tardiamente (dependendo da visão do autor) o poder vem intervir, o sexo nasce na articulação dos controles do corpo-máquina e do corpo-espécie, no interior do dispositivo de sexualidade. Este por sua vez, funciona de maneira original. Não será a lei, a interdição ou a censura (característicos do dispositivo de aliança) que reconheceremos ^{em} seu funcionamento mas em técnicas móveis e polimorfias de poder (a colocação em discurso, a incitação à perversão, ou a implantação desta). Não há portanto unidade de dispositivo. Essas conclusões exigem explicação mais extensa e é o que faremos nas páginas que se seguem.

As disciplinas, essa anátomo-política do corpo humano, articula-se, por volta da metade do século XVIII, o exercício de um controle do corpo-espécie, cuja finalidade era a regulação das populações. Enquanto a disciplina centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos; o controle das populações, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade com todas as condições que podem fazê-los variar. Tais processos são assumidos mediante toda uma série de controles reguladores. As disciplinas do corpo ao lado dos mecanismos de regulação das populações, são os dois polos interligados do exercício de um poder cuja finali-

rização e a gestão distributiva de suas forças, foram indispensáveis naquele momento. (Foucault, 1977b: 132-133)

Na articulação entre os dois eixos do poder sobre a vida, o sexo surgiu como foco de disputa política. Faz parte das disciplinas do corpo: adestramento, intensificação e distribuição de suas forças, ajustamento e economia de energias, mas é também instrumento de controle e de regulação das populações: fecundidade, reprodução, saúde conjugal e saúde da prole. O sexo é a via de acesso à vida do corpo e à vida da espécie.

"Servimo-nos dele, como matriz das disciplinas e como princípio das regulações. É por isso que no século XIX, a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes; foi desecavada nas condutas, perseguida até os primeiros anos da infância; tornou-se a chave da individualidade: ao mesmo tempo, o que permite analisá-la e o que torna possível constituí-la. Mas vêmo-la também tornar-se tema de operações políticas, de intervenções econômicas (por meio de incitações ou freios à procriação), de campanhas ideológicas de moralização e responsabilização: é empregada como índice de força de uma sociedade, revelando tanto sua energia política, como seu vigor biológico. De um polo a outro dessa tecnologia do sexo, escalona-se toda uma série de táticas diversas que combinam em proporções variadas, o objetivo da disciplina do corpo e da regulação das populações." (Foucault, 1977c: 137)

A própria idéia de sexo ter-se-ia engendrado no interior do dispositivo de sexualidade.

11

11- Ussel comenta que até os fins do século XVIII ainda não se podia falar de um conceito de sexualidade. Esta palavra não aparece nos dicionários de Grimm, nem de Littré nem em qualquer outra literatura.

Tradicionalmente, pensa-se a relação poder-sexo dentro de um projeto de dominação global onde um único dispositivo de natureza jurídica informa uma estratégia única, válida para toda sociedade e que atinge de maneira uniforme, todas as manifestações do sexo para reduzi-las à função reprodutora, ao prazer heterossexual, legitimados pelo casamento. Este dispositivo que valoriza o casamento legítimo, fixa e desenvolve os parentescos, exclui as uniões consanguíneas, zela pela transmissão dos bens, estrutura-se em torno de um sistema de regras que define o permitido e o proibido, funciona como uma instância da regra, não é descartado por Foucault que chama-o dispositivo de aliança. O exercício do poder no domínio da sexualidade, constituiu um domínio próprio que não coincide com os efeitos do dispositivo de aliança.

"A sexualidade, é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação de conhecimentos, o reforço dos controles das resistências, encadeiam-se uns nos outros, segundo algumas estratégias de saber e de poder." (Foucault, 1977c : 100)

A sexualidade é portanto um dispositivo que, sem anular o dispositivo de aliança, funciona de modo diferente. Enquanto o primeiro reproduz a trama das relações e mantém a lei, o outro por meio de técnicas móveis e polimorfos, conjunturais de poder engendra novos domínios e formas de controle. Vincula-se a uma intensificação do corpo e à sua valori-

zação como elemento das relações de poder,¹² através de quatro linhas de ataque, onde cada uma delas compõe à sua maneira as técnicas disciplinares com os procedimentos reguladores e que desenvolvem dispositivos específicos de saber e poder a respeito do sexo. São elas: a histerização do corpo da mulher, corpo

12. Embora partidário da hipótese repressiva da sexualidade, Ussel (1980) apresenta elementos que coincidem com as idéias de Foucault com relação ao dispositivo de sexualidade e a forma particular de exercício do poder neste do mínio.

"Ao final desta evolução, nos séculos XIX e XX, verificava-se que tanto os jovens quanto os adultos já não ousavam despir-se diante do médico, banhavam-se de camisa e desprezavam a higiene genital (...) Além disso, novos elementos foram acrescentados. Em 1729, La Salle proibia que se falasse das partes do corpo circunscritas pelo pudor, coisa que Erasmo ainda autorizava. Por fim tomaram-se medidas referentes ao vestuário e às roupas íntimas, ao comprimento das saias, das mangas e das meias; à forma do busto, aos decotes, à largura da coxa, dos quadrís, à textura dos tecidos; em suma, a cada tipo de roupa passou a ter seus pequenos tabus (e, ao mesmo tempo sua possibilidade de sedução). (...)

A possível influência de uma educação sexual verbal era menor quando comparada com as centenas de regulamentações relativas ao sentar, andar, ficar de pé, inclinar-se, cruzar as pernas, levantar-se de uma cadeira baixa, vestir-se e despir-se numa ordem dada, poder ficar nú durante um momento determinado, olhar para os outros para si próprio e admirar obras de arte. Uma das consequências não previstas disso tudo foi o constante estado de 'alerta', que os jovens se viram obrigados a manter, o que significava ficar sempre recordando do que era considerado indecente.

O perigo a combater suscitava, portanto, um interesse maior do que seria de se esperar em circunstâncias liberais e sem regulamentação." (Ussel, 1980 : 86)

O que distingue um autor do outro, é um problema ligado a intencionalidade das estratégias políticas. Para Ussel os fenômenos correlatos da repressão da sexualidade: in citação a valorização do corpo e do prazer são absolutamente inesperados, inúteis e até contraditórios com os efeitos que se desejava obter :

"(...) foi de forma totalmente involuntária que a sociedade burguesa provocou o aparecimento da erotização ." (Ussel, 1980 : 60-61)

definido como integralmente saturado de sexualidade, estratégia pela qual a mulher torna-se pela sua patologia, perpétua cliente da medicina, que regulando sua fecundidade assegura a preservação do corpo social e a quem no espaço familiar se atribui uma responsabilidade biológico moral pela vida e educação das crianças - enfim produziu-se a mãe e a mulher nervosa; a pedagogização do sexo das crianças, manifestada sobretudo na perseguição ao onanismo; socialização das condutas de procriação, econômica através dos freios e incitações à fecundidade, política pela responsabilização moral dos casais diante do corpo social e médico pelo valor patogênico atribuído às práticas de controle, de nascimento para o indivíduo e a espécie; a psiquiatrização do

O mesmo não acontece com relação à repressão, esta se fez necessária em virtude da 'inutilidade' do sexo nesta sociedade:

"A sexualidade ao contrário, não traz nada, não é rentável, é contrária à produção." (Ussel, 1980 : 67)

Para Foucault, os efeitos de erotização e hipersensibilização fazem parte da mesma trama que urdiu as táticas repressivas. Repressão e incitação sexual não se excluem pelo contrário, articulam-se de maneira complexa, como aliás é complexa a relação entre capitalismo e sexualidade de no pensamento deste autor.

prazer perverso, pelo isolamento de um instinto sexual e das anomalias que podem afetá-lo, pela atribuição ao instinto de uma capacidade de normalização e patologização de toda a conduta e pelo estabelecimento de uma técnica para corrigi-lo. Quanto às técnicas de constituição desse domínio a que se chamou sexualidade, nenhum parentesco com uma relação negativa, nenhuma redução à censura ou à interdição. Longe de ter reduzido o sexo ao silêncio, o dispositivo da sexualidade, colocou-o em discurso.¹³ Das práticas religiosas do exame de consciência, à constituição de uma Scientia Sexualis, o poder no ocidente não cessou de exigir que se falasse de sexo. Discursos mentirosos, ideológicos, falsificadores da verdade do sexo, destinados a barrar-lhes acesso à consciência ou ao conhecimento científico? Ao contrário, pesa sobre o sexo há pelo menos três séculos, uma insaciável exigência de verdades produzindo, aperfeiçoando aparelhos para dizer, para revelar e permitir recolher e reconhecer essa verdade. No século XIX, a confissão articula-se aos esquemas de regularidade científica, fazendo aparecer a sexualidade enquanto verdade do sexo

-
13. Ussel, (1980) fala da "indiscrição do silêncio" que pesa sobre o vocabulário sexual.

"A sexualidade também se dissimula nos bastidores da linguagem. O tabu estendeu-se a princípio, à alusão direta: as cenas do coito ou a função dos genitais não deviam ser verbalizadas. Depois, as partes sexuais deixam de ser explicitamente nomeadas. Muito mais tarde, outras partes do corpo vieram a tornar-se tabu. Os escritores serviam-se do silêncio 'por amor à decência', mas a reserva prometida era às vezes tão insistente que parecia quase indiscreta. Esse comportamento recordava a incômoda folha de parreira dos artistas clássicos." (Ussel, 1980 : 92)

O mesmo autor menciona ainda a substituição gradual do vocabulário sexual cotidiano pela linguagem científica.

e possibilitando a partir desse ponto a formação de uma teoria geral do sexo. Foram os seguintes, os procedimentos que tornaram possível essa passagem: Combinou-se a confissão com o exame. A narração de si mesmo pode articular-se com o desenrolar de um conjunto de sinais e de sintomas decifráveis, produzindo uma codificação clínica da confissão. Postulou-se uma causalidade geral e difusa do sexo; que autoriza ou exige o dever de dizer tudo e, ao mesmo tempo, o poder de tudo interrogar. Confissão que procura arrancar não somente aquilo que o sujeito gostaria de esconder, mas também aquilo que se esconde do próprio sujeito. Porque o funcionamento do sexo é obscuro e escapar faz parte de sua natureza e de sua energia assim como os mecanismos ^{para} esquivar-se (porque a sexualidade é intrínsecamente latente). Duplicando-se a revelação da confissão pela decifração daquilo que ela diz - a verdade não está unicamente no sujeito que a revela pronta e acabada ao confessá-lo, mas deve passar, para validar-se cientificamente, pela relação com aquele que escuta - através do método da interpretação. Finalmente, medicalizando os efeitos da confissão, o que se realiza pela transposição do domínio do sexo então inscrito no registro da culpa e do pecado, do excesso e da transgressão, para o de normal e do patológico. À medida que o sexo é definido como factível de uma fragilidade patológica e superfície de repercussão para outras doenças, centro de uma nosografia própria do instinto, das tendências, das imagens, do prazer e da conduta - torna-se indispensável ao diagnóstico e por si mesma à cura, a prática da confissão.

Também não é alimentando um monótono ciclo de interdições que funciona o dispositivo da sexualidade. Articuladas

à confissão, mecanismos de excitação e incitação à perversão, longe de interditá-la - embora até pensem reprimí-la aqui ou ali - implantam-nas no real ao invés de excluí-las, encravam-nas nos corpos ao invés de extirpá-las. Processo que se dá na passagem da confissão ao exame ou, antes, no momento da re codificação por um saber médico e uma intenção pedagógica da prática da confissão em prática de exame. Neste processo a sexualidade conjugal, então saturada de prescrições, recomendações, e permanentemente exigida a se revelar á provisóriamente esquecida. Por outro lado, toda a multiplicidade confusa dos desvios em relação às regras de aliança, até este momento abandonados à violência intermitente e lacunar da ordem jurídica e por isso mesmo sujeita ao descontrole, será convidada a falar. A escuta médica e os esforços pedagógicos tomarão a si este domínio. Será a sexualidade periférica e não a conjugal que interrogarão, num primeiro momento, operando uma distinção entre elas, não mais a nível jurídico (da lei de alianças), mas ao nível médico-pedagógico, da norma. A sexualidade passa a conhecer a heterogeneidade entre os desvios da genitalidade e os desvios com relação às regras de aliança. Quatro procedimentos distintos da interdição estão ligados à constituição dessa diferença. O poder instalou múltiplos dispositivos de vigilância e armadilhas para forçar confissões. Produziu discursos para a correção e a reforma moral. Estabeleceu uma rede de poderes que não se limitaram à enunciação de uma lei ou à prescrição de uma penalidade, mas que objetivaram adestrar para um combate interminável. Perseguiu sem destinar à extinção, o onanismo das crianças, a homossexualidade dos adultos, para fazer delas um modo de estabelecer linhas de penetração infinitas ca-

pazes de ampliar a superfície de controle do corpo e dos prazeres. Especificar os indivíduos, incorporar neles tão profundamente a perversão, fazer dela aquilo que enuncia a sua verdade. Por exemplo enquanto o sodomita era tão somente um reincidente ao nível do direito, um desviante das regras de aliança, o homossexual é uma invenção do dispositivo de sexualidade, é um personagem, um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida e também uma morfologia, uma anatomia, uma fisiologia específica, não é um indivíduo que transgride mais ou menos sistematicamente uma proibição; a totalidade do indivíduo é a sua homossexualidade:

"Como são espécies esses pequenos perversos que os psiquiatras do século XIX entomologizam atribuindo-lhes estranhos nomes de batismo: há os exibicionistas de Lasègue, os fetichistas de Binet, os zoófilos e zoorastas de Kraft-Ebing, os autonomossexualistas de Robleder; haverá os mixoscopófilos, os ginecomastos, os presbiófilos, os invertidos sexoestéticos e as mulheres disparênicas". (Foucault, 1977b : 44)

Será todo esse conhecimento, instrumento ideologicamente utilizado por uma sociedade para reprimir a sexualidade perversa, interdita-la e prescrevê-la definitivamente do campo social?

"A mecânica do poder que ardorosamente persegue todo esse despropósito só pretende suprimi-lo atribuindo-lhe uma realidade analítica, visível e permanente: encrava-o nos corpos, introduz-lo nas condutas, torna-o princípio de classificação e inteligibilidade e o constitui em razão de ser e ordem natural da desordem. Exclusão dessas milhares de sexualidade aberrantes? Não, especificação regional de cada uma delas. Trata-se, através de sua disseminação, de semeá-las no real e de incorporá-las ao indivíduo." (Fouchault, 1977b : 44)

A medicalização do insólito sexual é ao mesmo tempo efeito e instrumento de um jogo de proximidade física que produz sensações intensas, pois coloca em contacto, expõe ao olhar, intensifica regiões e eletriza superfícies corporais.

"O exame médico, a investigação psiquiátrica, o relatório pedagógico e os controles familiares podem, muito bem, ter como objetivo global e aparente dizer não a todas as sexualidades errantes ou improdutivas mas, na realidade, funcionam como mecanismos de dupla incitação: prazer e poder. Prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espreita, espia, investiga, apalpa, revela; e, por outro lado, prazer que se abrasa por ter que escapar a este poder, fugir-lhe, enganá-lo, ou travestí-lo. Poder que se deixa invadir pelo prazer que persegue e, diante dele, poder que se afirma no prazer de mostrar-se, de escandalizar ou de resistir. Captação e sedução; confronto e reforço recíprocos: pais e filhos, adulto e adolescente, educador e alunos, médico e doente, e o psiquiatra com sua histérica e seus perversos, não cessaram de desempenhar esse papel desde o século XIX". (Foucault, 1977c : 45)

A implantação da perversão contou ainda com espaços e ritos saturados de sexualidade: a sala de aula, o dormitório, o consultório, a visita e, principalmente, a família, desde o momento em que constitui-se simultaneamente como célula monogâmica e conjugal mas também rede de prazeres-poderes saturada de sexualidades múltiplas, fragmentárias e móveis e de mecanismos de incitação e multiplicação.

O dispositivo de sexualidade desenvolveu-se à margem da família, embora, historicamente tenha se formado a partir e em torno do dispositivo de aliança. Apoiado no dis-

positivo de aliança, o dispositivo de sexualidade desenvolveu seus principais elementos: o corpo feminino, o onanismo infantil, o controle da natalidade e, ainda que em menor proporção, a especificação dos prazeres. Esse acontecimento dependeu principalmente de uma reorganização das relações no espaço familiar, de um estreitamento dos vínculos marido-mulher, pais-filhos, de uma revalorização das antigas funções exercidas no dispositivo de aliança.

"Esta fixação do dispositivo de aliança e do dispositivo na forma da família permite compreender certo número de fatos: que a família se tenha tornado, a partir do século XVIII, lugar obrigatório dos afetos, de sentimentos, de amor; que a sexualidade tenha, como ponto privilegiado de eclosão, a família; que, por esta razão, ela nasça 'incestuosa'. Pode ser muito bem que, nas sociedades onde predominem os dispositivos de aliança, a interdição do incesto seja uma regra funcionalmente indispensável. Mas, numa sociedade como a nossa, onde a família é o foco mais ativo da sexualidade e onde são sem dúvida, as exigências desta última que mantém e prolongam sua existência, o incesto, por motivos inteiramente diferentes, e de modo inteiramente diverso, ocupa um lugar central; é continuamente solicitado e recusado, objeto de obsessão e de apelo, mistério temido e segredo indispensável. Aparece como altamente interdito na família, na medida em que representa o dispositivo de aliança; mas é, também, algo continuamente requerido para que a família seja realmente um foco permanente de incitação à sexualidade." (Foucault, 1977c : 103)

A família contemporânea não tem por objetivo excluir a sexualidade ou dela reter tão somente suas funções úteis. Ela é o permutador da sexualidade com a aliança; transporta a lei e a dimensão do jurídico para o dispositivo de sexualidade; mas também, a economia do prazer e a intensidade das sensações para o

regime da aliança. Nisto reside a importância estratégica da família, permitir aliviar o paradoxo de uma sociedade que não cessa de inventar tecnologias de poder diferentes do direito, mas que, por outro lado, teme suas proliferações e efeitos e tenta recodificá-las ao nível jurídico. Mas isto não é tudo. A família ao constituir-se como suporte permanente da sexualidade, institui, os pais, os cônjuges como os principais agentes desse dispositivo que no exterior se apóia primeiro nos médicos e pedagogos, mais tarde nos psiquiatras, para que no interior venham duplicar e psicologizar ou psiquiatrizar as relações de aliança. Que valor teria tido atravessar as relações de aliança de novas táticas de poder ?

O dispositivo de sexualidade, no interjogo com o dispositivo de aliança, lembramos, inscreve-se numa política mais geral de problematização da saúde e de suas condições de funcionamento. Trata-se, não de uma repressão da sexualidade, mas de uma intensificação dos cuidados com o corpo, do vigor, da longevidade, da primogenitura, e da descendência das classes burguesas, que desse modo pode constituir-se e auto-afirmar-se. Nisso consiste a finalidade do novo dispositivo, garantir força, a perenidade, a proliferação do corpo burguês e, por isso mesmo, a burguesia demorou a reconhecer um corpo e uma sexualidade no operário. E quando o fez, foi para atenuar conflitos com respeito ao espaço urbano - coabitação, proximidade, contaminação, epidemias, como a cólera de 1832 ou a prostituição e as doenças venéreas - urgências de natureza econômica - desenvolvimento de uma indústria pesada, necessidade de uma mão de obra estável, competente, obrigação de controlar o fluxo de popula-

ção e de obter regulações demográficas. Mas também foi preciso esperar que surgisse a possibilidade de instaurar toda uma tecnologia de controle que permitisse manter sob vigilância esse corpo e essa sexualidade que finalmente se reconhecia neles, como foi o caso da escola, da política habitacional, da higiene pública, das instituições de assistência e previdência, da medicalização geral das populações; em suma, todo um aparelho administrativo, técnico, que permitiu importar sem perigo o dispositivo de sexualidade para a classe explorada, pois ele continuava a desempenhar o papel de afirmar a hegemonia da classe burguesa.

A disseminação do dispositivo de sexualidade fêz-se através de táticas invertidas em relação àquelas que marcaram o processo de constituição da classe burguesa. Não foi a intensificação da proximidade, do vínculo pais e filhos ou do convite ao incesto que se lançou mão, mas da caça sistemática às práticas incestuosas, da eliminação das proximidades dúbias em razão da falta de espaço, dos hábitos de devassidão e do primitivismo selvagem ou da degenerescência. Uma política de proteção à infância, com o objetivo de enfraquecer o poder dos pais sobre os filhos instituiu tutelas de menores em perigo ao invés de buscar o fortalecimento do vínculo parental.

Nesse momento, a burguesia recoloca a questão de sua sexualidade como marca distintiva de classe auto-proclamando-se reprimida ¹⁴. A teoria da repressão engendrada pela psicanálise

14. "Para combater a insegurança com relação ao corpo humano, começou-se a incentivar uma nudez consciente. Este movimento se fundou principalmente em argumentos higiênicos. Lorde Monboddo, juiz escocês do século XVIII e pioneiro das idéias modernas, propagou o nudismo, a que deu o nome

recobre, pouco a pouco, o dispositivo de sexualidade dando-lhe um sentido de interdição generalizada e cumpre uma dupla finalidade: por um lado justifica a disseminação do dispositivo alegando que toda sexualidade deve ser submetida à lei, por outro lado compensa essa difusão pela afirmação que o excesso de interdição a que foi submetida a burguesia é patogênico e é patogênico e é isso que a distingue e que exige que redobre os cuidados com seu corpo e com seu sexo, através de uma busca de liberação.

"A história do dispositivo de sexualidade, assim como se desenvolveu a partir da época clássica, pode valer como arqueologia da psicanálise. Vimos, efetivamente, que ela desempenha vários papéis simultâneos nesse dispositivo: é mecanismo de fixação da sexualidade sobre o sistema de aliança; coloca-se em posição adversa em relação à teoria da degenerescência; funciona como elemento diferenciador na tecnologia geral do sexo. Em torno dela, a grande exigência da confissão que se formara há tanto tempo, assume novo sentido, o de uma injunção para eliminar o recalque. A tarefa da verdade vincula-se, agora, ao questionamento da interdição." (Foucault, 1977b : 122 - 123)

Desde a psicanálise não cessamos de dizer que somos reprimidos e reclamar a liberação. Menos por insistência de Freud, a propósito bastante cético à respeito deste assunto, e mais por termos cedido aos apelos de Reich. Estes últimos sem dúvida estava na trilha certa quando vinculou capitalismo e in

de 'airbaths'. No princípio do século XIX, Jean Paul escreve que as crianças deveriam correr e brincar nuas como nos tempos antigos dos germanos e dos gregos. Em sua opinião, o principal motivo seria desenvolver a resistência física. Mas, nas experiências pedagógicas do fim do século passado, a nudez já era recomendada como terapêutica e meio de informação. Em 1913, em Berlim, fundou-se um círculo Monboddo, para cultura harmoniosa do corpo e do espírito. A nudez tornou-se o privilégio e o sinal distintivo de uma certa elite." (Ussel, 1980 : 82) grifo nosso.

tervenção sobre a sexualidade. Fê-lo de tal modo no entanto que parece ter nos emaranhado ainda mais profundamente na trama que submeteu a um controle cerrado toda a sexualidade com vistas a familiarizar o desejo. Por que dizemo isto ? Por que acreditamos que através da Psicanálise (e mais claramente de Reich) foi possível à sociedade burguesa familiarizar o desejo abrindo mão no entanto de uma moral sexual estrita, demasiadamente óbvia, facilmente identificável como uma coerção "externa" por indivíduos tão ciosos de sua privacidade e autonomia. Fala-se que a família está em crise. Pretende-se que os liames que mantinham unidos seus membros tenham sido destruídos. Acredita-se hoje que a psicanálise colocou a autonomia dos indivíduos e seus desejos singulares em posição de prioridade com relação às "necessidades sociais": o casamento, a família, a procriação, a educação dos filhos. Teria aberto espaço para a realização dos desejos sexuais fora dos limites do casamento (arrefecendo as barreiras contra as relações pré-conjugais, a masturbação e a poligamia), e possibilitando a instalação do caos sexual, a anomia. O indivíduo antes da sociedade seria o lema da cruzada psicanalítica. Entretanto, só por ingenuidade ou por uma leitura apressada dos textos de Freud e principalmente de Reich a esse respeito seria possível enveredar por um raciocínio como este. Reich não combateu a moral sexual burguesa para deixar a descoberto o terreno da regulação da sexualidade. Não foi para tornar a prostituição, o sadismo, o masoquismo, a homossexualidade, o exibicionismo e a poligamia alternativas de satisfação sexual plausíveis, com estatuto social e respeitabilidade idênticas à da sexualidade conjugal. Quando Reich questiona a monogamia

vitalícia sua crítica não se dirige à monogamia e sim ao caráter vitalício que lhe emprestam a sociedade civil e a religião católica. Do mesmo modo, quando critica a repressão à masturbação do adolescente deixa claro que o faz por acreditar que esta é uma forma de satisfação sexual transitória, uma etapa na direção da única sexualidade, a adulta, a genital. Da mesma forma, sua tolerância com relação a todas as sexualidades perversas se deve unicamente à certeza de que são doenças neuróticas, e para a doença, a solução consiste no tratamento e não na repressão dos indivíduos. Seu objetivo é por isso mesmo substituir a regulamentação moral da sexualidade (à qual Reich atribui a gênese da neurose) pelo auto-governo sexual-econômico. A regulamentação moral é uma espécie de coerção absurda, exagerada, e porque exterior aos indivíduos além de fundamentalmente desnecessária (a não ser para aqueles que querem tratar a sexualidade como o cavalo da anedota alemã - c.f Freud, 1910a (1909) : 50-51). Se o objetivo da regulamentação moral é reter a sexualidade no âmbito do relacionamento heterossexual, monogâmico e altruísta o suficiente para receber e desejar filhos, então é desnecessária pois a própria natureza biológica estabeleceu esses objetivos como vocação natural da vida sexual sadia. Se entretanto, a regulamentação moral pretende ser tão ambiciosa a ponto de tornar inaceitável o prazer que o casal obtém na sexualidade, vitalícia e compulsiva uma monogamia que não se funda em outra forma de coerção que não o imperativo interior do sentimento, obrigatória a procriação que de direito deve ter origem no desejo do casal; então o preço é muito alto, a vocação sadia para a genitalidade dá lugar às deturpações do instinto. A regulamentação moral é, paradoxal-

mente, o agente que impedindo a satisfação sexual normal, intensifica e reforça as formas pré-genitais de sexualidade e os impulsos anti-sociais. Paradoxo que justifica outra inversão: a liberdade sexual não conduz como se poderia pensar à eclosão da diferença individual, e sim à homogeneidade.

"A chamada diferença individual entre os homens é hoje, preponderantemente, à manifestação de maneiras de comportamento transbordante, neurótico. Chama agora a atenção o fato de que, no decorrer desse processo de convalescença tal diferença individual se diversifica grandemente, dando lugar a uma simplificação no comportamento geral. Tal simplificação faz que os convalescentes se tornem parecidos entre si nos seus traços básicos, sem no entanto perderem as suas características individuais." (Reich, 1978 : 38).

A saúde, ao contrário do que poderíamos pensar é o reencontro dos valores combatidos, não mais, é claro, como uma imposição vinda do exterior mas como puro desejo:

"Fica demonstrado que pessoas que adquirem a capacidade de satisfação orgástica se tornam muito mais capazes de relações monogâmicas do que aqueles cuja capacidade de descontraimento se encontra perturbada. No entanto, seu comportamento monogâmico não se baseia na inibição dos impulsos poligâmicos ou em considerações morais, mas no princípio sexual - econômico de experimentar o verdadeiro prazer e satisfação sexual sempre de novo e com o mesmo parceiro. (...) Pensamentos e desejos por outros parceiros ou não aparecem ou não são postos em ação, em virtude do interesse no parceiro." (Reich, 1978 : 40)

A satisfação das "necessidades genitais básicas" é o único verdadeiro desejo do homem adulto sadio. A genitalidade retira sua força de acordo com Reich do fato de ser a forma de satisfação capaz de produzir o maior prazer, de totalizar a utilização da capacidade orgástica humana. E com isso todas as demais formas de prazer perdem completamente seu encanto:

"As relações sexuais com uma prostituta tornam-se impossíveis; as fantasias sadistas perdem sua força e significado. Forçar um parceiro ou violentá-lo para o amor torna-se estranho e inconcebível. O mesmo acontece com os impulsos porventura ainda existentes de desencaminhar crianças. Perversões anais exibicionistas e outras cedem completamente e com isso desaparecem também os sentimentos de medo e culpa sociais. A ligação incestuosa aos pais ou irmãos fica destituída de interesse, e assim se liberta também a energia que ela anteriormente havia suprimido. Numa palavra, os fenômenos aqui descritos devem na sua totalidade ser considerados indícios de que o organismo mental se auto-governa." (Reich, 1978 : 39)

Foucault, considera que o sucesso da crítica reichiana talvez advenha do fato de que se trava no interior do dispositivo de sexualidade e não fora ou contra ele. É possível compartilhar esse ponto de vista se encaminharmos o seguinte raciocínio:

1. Reich não contesta, pelo contrário fortalece a crença de que aquilo que somos, nossa verdade é inteligível a partir da forma como amamos e odiamos. Não oferece portanto resistência alguma à aquilo que efetivamente define a psicanálise, ou seja a idéia de que

"o comportamento sexual de um ser humano frequentemente constitui o protótipo de suas demais reações ante à vida." (Freud, 1908d, vol 9: 203)

2. Se Freud, cautelosamente, restringiu seu escopo de intervenção terapêutica às "deturpações da vida instintiva" voluntariamente conduzidas ao seu consultório particular, Reich procurou estender as suas, às "verdadeiras causas" da neurose e da perversão, isto é a sociedade repressiva através da família autoritária.
3. A solução da problemática sexual dos indivíduos (que é também a solução da própria existência) deve incidir sobre a transformação dos vínculos familiares. As relações fami-

liares devem abandonar seu padrão calcado em papéis sociais claramente marcados e buscar modelos diferenciados que privilegiem o desejo, a autonomia, as diferenças dos indivíduos. A ordem familiar deve estar apoiada menos nas obrigações sociais de um membro para com o outro e mais nos sentimentos recíprocos. A crítica à repressão sexual conserva e fortalece o vínculo entre a sexualidade e a verdade dos indivíduos, entre investimentos afetivos familiares e desejo sexual. A liberação sexual, ao contrário do que uma análise apressada do movimento possa levar a deduzir, passa por uma sexualização ainda mais intensa dos vínculos familiares.

Em primeiro lugar, é preciso interrogar porque motivos a família moderna é tão permeável a críticas como as que Reich fez. Como entender que a liberalização dos vínculos familiares, acontece simultaneamente a um aumento da demanda de atendimento psicoterapêutico ? Não deveriam estar os indivíduos mais infensos às neuroses, às angústias e ao desconforto existencial ? Como será que esse mesmo desconforto vem a ser canalizado para as diferentes formas de psicoterapia em busca de solução ? Essas são questões que nortearão o segundo e terceiro capítulos.

II- Família e Psicanálise

Berger e Luckmann (1966) propõem que a realidade social é construída. Justificam essa asserção apoiados na desestruturação dos instintos humanos (que torna o homem ao mesmo tempo capaz de sobreviver em qualquer ambiente, sem estar biologicamente preparado para sobreviver em nenhum). São os hábitos que fornecem a direção e a especialização da atividade humana que faltam ao seu equipamento biológico. Situações sociais duradouras são propícias à formação de hábitos e de tipificações da conduta (repetições na conduta de alguém que facultam a atribuição de um significado por parte daquele que observa) e são indispensáveis para a orientação dos indivíduos no mundo e nas suas relações uns com os outros.

Toda ordem socialmente produzida supõe, para ter continuidade, a internalização pelas novas gerações, quando então adquire o caráter objetivo (ou seja, perde seu caráter de realidade construída, são reificados). Para crianças, o mundo socialmente construído de seus pais é o único mundo possível e, por um efeito de espelho, essa percepção infantil contribui para tornar tal mundo objetivo também para seus criadores. A linguagem apreende a realidade socialmente construída e objetivada, ao mesmo tempo que colabora para produzi-la continuamente. Por este motivo, a conversa é a forma primordial de produção e manutenção da realidade social. A apreensão da realidade socialmente objetivada na linguagem possibilita que uma ação e seu sentido possam ser apreendidos independentemente dos desempenhos individuais, ou seja, não é preciso que cada indivíduo percorra ele mesmo os caminhos que levaram a produção de determinados hábitos e instituições. Estes últimos incorporam-se à experiência por meio de papéis. A socialização é o processo

ontogenético pelo qual as novas gerações assumem o mundo social mediante o desempenho de papéis institucionalizados. Neste momento, a realidade social é apreendida como algo em si, e em seguida, é reintrojetada na consciência individual.

O processo de socialização se faz em duas etapas: A primeira delas é a socialização primária, que, experimentada no decurso da infância, caracteriza-se por uma aprendizagem em circunstâncias carregadas de emoção. A ligação com outro significativo (pais, parentes próximos, babás) propicia um processo de identificação no qual a criança absorve papéis e atitudes dessas pessoas, tornando-os seus. Através da abstração progressiva de papéis e atitudes em geral, o indivíduo não mais identifica-se com sujeitos concretos, adquirindo a noção de um outro generalizado, que, a grosso modo, corresponde à sociedade. A segunda etapa coincide com qualquer processo subsequente capaz de introduzir o indivíduo em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade. Toda sociedade onde exista algum nível de divisão social do trabalho (e, conseqüentemente, algum nível de divisão social do conhecimento) requer a socialização secundária para que o indivíduo interiorize um dado submundo institucional.

O mesmos autores levam em conta a possibilidade da criança interiorizar mundos diversos dependendo do lugar social ocupado pelos outros significativos responsáveis por sua socialização. Afirmam que com a cristalização do outro generalizado na consciência, estabelece-se uma relação simétrica entre realidade objetiva e subjetiva. A simetria, no entanto, nunca é completa porque há sempre mais realidade objetiva "disponível"

do que a efetivamente interiorizada na consciência individual. O conteúdo da socialização é determinado pela distribuição social do conhecimento. Logo, em sociedades como as ocidentais, nas quais a divisão social do trabalho e, concomitantemente, a divisão social do conhecimento é muito grande, o indivíduo só tem acesso a um determinado recorte do mundo social. Que recorte será esse e que extensão ele terá dependerão naturalmente da posição dos pais na divisão social do trabalho.

O fato de estar interiorizando apenas uma das realidades possíveis não chega, entretanto, à consciência do indivíduo. Como a criança não escolhe os outros significativos (estes lhe são apresentados como um fato consumado), identifica-se automaticamente com eles. Por isso a interiorização do recorte, por eles apresentada, é quase inevitável. A criança não interioriza o mundo dos outros como um dos sub-mundos possíveis, mas como o mundo, o único existente e concebível, mundo tout court.

É possível conceber uma sociedade que não tivesse outra socialização depois da primária. Uma tal sociedade, evidentemente teria um cabedal de conhecimentos muito simples. Todo conhecimento seria partilhado, sendo que os indivíduos difeririam apenas em relação à sua perspectiva com relação a ele. Toda sociedade onde exista algum nível de divisão social do conhecimento tem necessidade da socialização secundária.

A socialização secundária é a interiorização de "sub-mundos" institucionais. A extensão e o caráter desses sub-mundos, ou seja, a medida em que eles procuram aniquilar-se mutuamente, cooperarem entre si ou se ignorarem uns aos outros, depende da complexidade da divisão social do trabalho e do conhe-

cimento (conhecimento como resultado da divisão do trabalho e cujos portadores são institucionalmente definidos). Ela é a aquisição do conhecimento de funções específicas, funções essas direta ou indiretamente enraizadas na divisão do trabalho. Para isso ela exige a aquisição de vocabulários específicos às funções desempenhadas, o que significa em primeiro lugar a interiorização de campos semânticos que estruturam significações, interpretações e condutas de rotina em uma área institucional.

Os processos formais da socialização secundária são determinados por um problema fundamental que é o da pré-existência da socialização primária. Daí a necessidade de um mínimo de coerência entre uma e outra. Algumas das crises que ocorrem depois da socialização primária são causadas, na verdade, pelo reconhecimento de que o mundo dos pais não é o único mundo existente e que, pelo contrário, tem uma localização social muito particular.

As funções das pessoas dedicadas à socialização secundária têm um alto grau de anonimato sendo, portanto, facilmente destacáveis dos executantes individuais. O mesmo conhecimento ensinado por um professor poderia ser ensinado por outro. As relações afetivas não são tão importantes para a transmissão desse conhecimento. Em consequência, os conteúdos veiculados na socialização secundária não têm a inevitabilidade subjetiva dos da socialização primária. A realidade transmitida na socialização secundária é facilmente colocada entre parênteses. No entanto, são necessários graves choques no curso da vida para que a maciça realidade interiorizada na socialização primária seja desintegrada.

A socialização secundária cumpre um importante papel no desenvolvimento da personalidade, pois a realidade interiorizada nesse momento permite destacar uma parte da personalidade, fazendo com que ela só tenha importância funcional específica. É o desenvolvimento da capacidade de "esconder-se". A capacidade de "esconder-se" advém da distância entre a esfera íntima¹⁵ da personalidade e os papéis desempenhados pelo indivíduo. Essa distância entre o "eu" e os papéis só é possível com relação aos conteúdos interiorizados na socialização secundária. Não é possível colocar entre parênteses os conteúdos interiorizados na socialização primária.

A realidade original é a casa e, em relação a ela, todas as demais são artificiais. Daí a necessidade de técnicas pedagógicas que tornem reais os conteúdos da socialização secundária para que eles sejam interiorizados com mais firmeza. Em geral, o tom de realidade é dado pela aproximação com a casa do indivíduo ou pela mobilização constante dele durante o aprendizado. Essas técnicas se destinam a intensificar a carga afetiva do processo de socialização secundária.

A realidade subjetiva da socialização secundária será tanto mais frágil quanto for a competição entre as várias instituições de definição da realidade. Quanto mais disparatadas forem essas definições, mais difícil será a interiorização pacífica de uma realidade particular e mais necessária a intervenção de "mecanismos de manutenção do indivíduo dentro do univer-

15. Para Berger e Luckmann a "esfera íntima" da personalidade coincide com os conteúdos internalizados na socialização primária.

so simbólico". Tais mecanismos são de dois tipos. O primeiro deles é o da aniquilação. A aniquilação se faz por intermédio de discursos que tenham por objetivo, verdadeiramente ou não, desvalorizar os outros universos simbólicos para os quais o iniciante poderia se sentir inclinado a emigrar. Uma ordem religiosa poderá convencer os candidatos a ela de que a vida ascética, embora penosa é menos dolorosa que o inferno que aguarda os que gozam dos prazeres terrenos dessa vida e, desse modo, desencorajar os iniciantes de abandonar a vida religiosa. O outro mecanismo, o terapêutico, consiste na aplicação do "aparelho legitimador" aos casos individuais. Uma vez que toda sociedade teme a dissidência individual, pode-se admitir que a terapêutica, para ocupar-se dos desvios às definições "oficiais" da realidade, deve criar um mecanismo conceitual para explicar esses desvios e conservar as realidades que foram ameaçadas. Isso requer um corpo de conhecimento que inclui uma teoria da dissidência, um aparelho de diagnóstico e um sistema conceitual para a "cura das almas". Os dispositivos vão do exorcismo à psicanálise, dos programas de aconselhamento pastoral aos programas de aconselhamento pessoal. Uma comunidade que institucionalizou o homossexualismo militar, terá no indivíduo obstinadamente heterossexual um candidato seguro à terapêutica.

A competição entre sistemas de socialização secundária é problemática para o indivíduo, na medida em que gera a ansiedade de escolha, mas também porque fragiliza a credibilidade de tudo que o indivíduo já internalizou. Por este motivo, toda realidade humana exige um processo constante de validação para manter-se verossímil. Esta, embora possa ser produzida

pelo sujeito, requer a interação com os outros que com ele cohabitam o mesmo mundo. A privação de relações com outros significativos pode conduzir a um sentimento de "confusão" e de perda de referenciais. Por outro lado, a presença de outros significativos proporciona a sensação inversa, que é de coerência e consistência, pois favorece a validação da realidade na qual o sujeito se acha inserido.

O principal modo de validação é a conversa, embora as ações dos outros também sejam importantes. Isso é feito através do silêncio que cerca certas definições tomadas como inquestionáveis (bases ou premissas da conversa) enquanto se conversa sobre assuntos coerentes com as definições fundamentais. A plausibilidade e a estabilidade do mundo tal como foi socialmente definido é dependente da força e da continuidade das relações significativas nas quais a conversa sobre o mundo pode ser constantemente mantida. Também a força organizadora e produtora de realidade social que as relações humanas possuem é dependente do seu grau de proximidade, ou seja, do grau em que ocorrem em situações face-a-face (sendo consideradas pelos indivíduos como dotadas de significação primária).

Em sociedade urbanas, observa-se, simultaneamente, uma intensificação do papel dos pais (no máximo de parentes próximos) na socialização primária, e um distanciamento desses mesmos agentes socializadores quando a criança entra na adolescência, engendrando o que se conhece como o sentimento de confusão, de perplexidade "típico" dessa faixa etária. Passaremos a examinar como, segundo Bott (1976), o modo de estruturação da rede de relações familiares na socialização da criança acentua ou di-

minui a descontinuidade entre essas duas formas de socialização. Ao mesmo tempo, tentaremos mostrar como um certo tipo de família, cada vez mais frequente em nossa sociedade, engendra a descontinuidade, propiciando um sentimento de anomia no indivíduo e criando a necessidade de recursos terapêuticos que permitam fixá-lo a algum universo simbólico.

De acordo com Bott, as famílias apresentam uma série de características que permitem classificá-las como constituindo dois tipos de rede de relações. De um lado temos as famílias cujo grau de conexidade de suas redes de relação (extensão em que as pessoas conhecidas por uma família se conhecem e se encontram umas com as outras, independentemente da família) é muito alto. A essas famílias Bott denominou de famílias de rede de malha estreita. Tais famílias apresentam as seguintes características:

1. alto grau de segregação de papéis conjugais, ou seja, o casal leva a cabo o menor número possível de tarefas conjuntas.
2. apresentam atividades familiares, na sua maior parte, complementares (atividades diferentes, ajustadas para formar um todo) e independentes (tarefas levadas a cabo sem ligações umas com as outras).
3. com relação às relações sociais externas, tendem a formar um todo social mais abrangente, tendo objetivos comuns, papéis interdependentes e uma cultura peculiar.
4. o alto grau de conexidade da rede facilita o consenso no que diz respeito a normas e valores, de modo que os indivíduos exercem uma pressão informal consistente uns sobre os outros, o que os impermeabiliza para relações com institui-

ções "estrangeiras" para o grupo.

5. a satisfação afetiva que pode ser obtida pela presença constante de amigos, parentes e vizinhos impõe um afastamento relativo do casal, que não exige tanta satisfação afetiva dos dois parceiros.
6. a função do pai como chefe de família e agente ativo da manutenção das regras é mais semelhante ao que chamamos de "exercício de um poder autoritário".
7. O papel da mãe se caracteriza, claramente, como de gerência de atividades domésticas.

No outro extremo, temos as famílias de rede de malha frouxa, que se caracterizam por um baixo grau de conexão da rede de relações familiares, ou seja, a maior parte das pessoas que interagem com o casal não se conhecem ou não ^{mantêm} relações sociais independentes do casal. Essas famílias se caracterizam por:

1. pouca segregação dos papéis conjugais, ou seja, casais que participam de tarefas, tanto quanto possível, compartilhadas.
2. as unidades componenciais da rede de relações externas do casal não mantêm entre si muitas relações e não tendem a formar um todo social mais abrangente.
3. predomina uma organização conjunta nas atividades dos membros da família (relacionamento de papel conjunto, o que significa que a mesma atividade pode ser levada a cabo por ambos os cônjuges, juntos ou separadamente).
4. a baixa conexão da rede determina uma dispersão nas relações que dificulta o consenso no que diz respeito a nor-

mas e valores, produzindo simultaneamente um reforço no relacionamento afetivo do casal (que depende muito mais um do outro) e propicia uma experiência de anomia, o que, por sua vez, abre espaço para a busca de mecanismos que intensifiquem o tom de realidade de seu universo simbólico (estreitamento da relação afetiva entre pais e filhos) ou que propiciam uma alternação (conversão a um aparelho legitimador) através dos mecanismos conceituais de manutenção da realidade subjetiva oferecidos pela sociedade (como a psicanálise e as psicoterapias)

O casal de malha frouxa geralmente reside em local diferente do local de trabalho. Seus parentes, não necessariamente residem próximos ao casal, determinando pouca interferência e pouca ajuda mútua. Os amigos de trabalho de um e do outro cônjuge, em geral, não são vizinhos nem parentes, de modo que as relações de trabalho, parentesco e vizinhança não se superpõem. Normalmente, as famílias de origem de cada um dos cônjuges não se conhecem antes do casamento.

Do ponto de vista da organização interna da família, o pai não apresenta um papel de autoridade tão marcante. Por outro lado, os filhos são mais regrados e os pais mais autoconscientes de seu papel de "educadores". Existe um maior reconhecimento da infância como distinta da idade adulta e, por outro lado, um maior distanciamento entre pais e filhos, muito embora os pais se esforcem sempre para conversar com seus filhos e para sentir prazer na companhia deles.

A relativa independência dos vínculos do casal dá lugar a uma experiência de anomia (perda de referentes ou regras indiscutíveis ou, na linguagem de Berger, perda do "tom

de realidade", da realidade subjetiva) que se deve ao contacto com uma multiplicidade de universos simbólicos nem sempre coerentes entre si, produzida pela dispersão de relações.

O enfraquecimento dos laços de solidariedade com o grupo de parentesco, vizinhança e trabalho produz descontinuidade entre a realidade da infância e a realidade da socialização secundária. O número de relações parciais mantidas pelo indivíduo nessa situação é muito grande, o que permite um maior distanciamento dos papéis representados na esfera pública (eu público) daqueles que o indivíduo não consegue colocar entre parênteses (eu privado) e que correspondem à realidade internalizada na infância. Essa dissociação eu público - eu privado praticamente não existe quando o indivíduo só contacta pessoas que partilham da sua visão de mundo e que exercem sobre ele uma pressão informal constante. A experiência dessa descontinuidade é marcada por fortes sentimentos de angústia, de estranhamento de si mesmo, de perplexidade diante da vida e principalmente de perda da capacidade de regular e gerir o próprio cotidiano. Chamemos essa experiência de desmapeamento.¹⁶

São necessárias nesse momento tecnologias do self, ou instrumentalidades produtoras de nomos¹⁷ que confirmem aos indivíduos desmapeados um suporte existencial que lhes devolva a capacidade de locomover-se no mundo e algum bem estar e auto-confiança.

16. Mapa, no caso é uma metáfora que se refere ao conjunto de procedimentos, experiências físicas e emocionais que é lícito atualizar em situações críticas (adolescência, casamento, gravidez, educação de filhos) que são tradicionalmente fornecidas nas famílias extensas. (Figueira, 1978:66-77)

17. Para utilizar a expressão cunhada por Foucault e a de Berger-Kellner

Este objetivo é atingido mediante o conhecimento de si mesmo em duas instituições sociais que examinamos em outro trabalho, o casamento e a psicanálise:

1. em nossa sociedade, o processo psicanalítico comunga com o casamento (...) uma função de re-educação ou pos-educação;
2. do ponto de vista afetivo, estas duas espécies de pos-educação lançam mão de um recurso semelhante que é a relação diádica marcada por um alto grau de exclusividade. Embora o façam de maneira diferente (e não pretendemos desvalorizar essa diferença), fazem-no com o mesmo objetivo que é intensificar a relação afetiva para dar um 'tom de realidade' mais intenso aquilo que será 'descoberto' ou produzido na relação." (Russo e Santos, 1981: 279-280)

O conteúdo da verdade emerge mediante uma problematização da sexualidade (entendida no sentido amplo ou seja, aquele que lhe é conferido pela psicanálise) tanto no casamento moderno como no tratamento psicanalítico. Processó tornado possível em virtude do vínculo saturado de afeto numa e noutra instituição. Ou para usar a linguagem psicanalítica examinaremos o problema sob o ângulo da relação transferencial :

"Casamento e psicanálise são dois exemplos de situações nas quais o tom afetivo (da socialização primária) é revivido, contribuindo, portanto, para produzir a coerência entre as duas socializações. Além da reprodução do tipo de afetividade que marcava as relações importantes da primeira infância, ambas as relações implicam uma releitura ou redefinição do passado do sujeito (cônjuge ou analisando). Isso significa que as definições de realidade internalizadas na socialização primária não são abandonadas e sim remanejadadas de modo a adequar-se a novas definições possivelmente conflitantes. A dissociação passa a ser vivida como uma espécie de continuidade.

Seguindo esse tipo de raciocínio, podemos

dizer que o que torna possível a psicanálise é o clima intensamente carregado de afeto, indispensável para seu bom termo. Em linguagem psicanalítica, a relação transferencial. A transferência é a situação na qual o "paciente vê nele (no analista) o retorno, a reencarnação de alguma importante figura saída de sua infância ou do passado, e consequentemente transfere para ele sentimentos que indubitavelmente aplicam-se a esse protótipo" (Freud, 1940 (1938), p. 202). Enquanto a transferência é positiva ela serve aos propósitos reeducativos, pois 'altera a situação analítica, empurra para o lado o objetivo racional que o paciente tem de ficar livre de seus achaques. Em lugar disso surge o objetivo de agradar o analista e de conquistar seu aplauso e amor'. (Freud, 1940 (1938), p. 202).

O modo de aparecimento da transferência na análise é muito próximo, quando não idêntico, ao enamoramento real - o paciente, em maior ou menor grau, se apaixona por seu analista. Ao contrário do casamento onde as pessoas apaixonam-se e depois contratam-se, na psicanálise o paciente contrata o analista e depois se apaixona. Talvez a grande diferença entre a situação transferencial analítica e a que conduz ao casamento esteja na maneira como é encarado esse amor nos dois casos. O amor que leva ao casamento é tratado como uma coisa nova e real, ao passo que os sentimentos do paciente pelo seu analista são encarados como meras reedições de reações que servem à resistência, ou seja, ali estão para impedir a lembrança do passado. Para os candidatos ao amor conjugal, seus sentimentos se destinam exclusivamente à pessoa escolhida, e seria totalmente absurdo pensar neles como reedição de sentimentos infantís, principalmente se levarmos em conta que o casamento é uma das vias preferenciais de afastamento da família de origem." (Russo e Santos, 1981 : 289-290).

São duas as questões que nos interessam. Em primeiro lugar como pode o casamento tornar-se o lugar privilegiado de emergência da afetividade? Por que casamento e psicanálise puderam surgir como instrumentalidades produtoras de nomos?

Alguns autores, Ussel, (1980), Ariés (1978), Flan-drin (1979), entre outros, tratam da história da família, do parentesco e da sexualidade na sociedade pré-capitalista, fornecendo elementos importantes para a compreensão desses fenômenos típicos das relações familiares atuais.

A sociedade tradicional (como é comumente tratada a sociedade pré-capitalista entre esses autores) apresenta um conjunto de características que inviabilizam uma clara distinção entre esfera pública e privada de existência. A arquitetura das casas, a amostra extremamente diversificada de pesoas que vivem no seu interior, tudo fala em favor de um tipo de sociabilidade estranha ao homem moderno. A privacidade, o isolamento da célula conjugal e sua prole na intimidade da casa, a compartimentação do espaço privado (que determina clivagens no espaço privado da família) são as expressões mais significativas de uma diferenciação nítida e inexorável entre o mundo lá fora e a intimidade do lar.

Ariés apresenta um conjunto de ilustrações da fraca delimitação dessas duas esferas ainda no século XVIII:

A casa grande desempenhava uma função pública. Nessa sociedade sem cafés, public houses, ela era o único lugar onde os amigos, clientes, parentes e protegidos se podiam encontrar e conversar. Aos servidores, clérigos e empregados que aí residiam permanentemente é preciso acrescentar a yaga incessante de visitantes. Estes últimos não deviam preocupar-se com a hora e nunca eram despachados, ...Essas visitas não eram apenas de amizade ou mundanas, eram também profissionais. Mas elas eram muito mal distinguidas umas das outras. Os clientes do cartório durante muito tempo também foram os amigos do notário, e também seus devedores. Não havia locais profissionais, nem para o juiz, nem para o comerciante, nem para o banqueiro, nem para o negociante. Tudo se passava nos mesmos cômodos em que viviam com sua família." (Ariés, 1978 : 258-259)

Também Ussel menciona essa indiscriminação acentuando o efeito de rarefação que a intensa sociabilidade externa tinha sobre os vínculos familiares:

"A fraca sociabilidade no interior da família, opunha-se uma espessa trama de relações sociais fora da família.
No trabalho, no bairro onde se mora, na estalagem,

em numerosas festas populares de que participavam todas as classes da sociedade, no campo, na cidade, com tactos vivos eram cultivados. A casa conservava um caráter mio público, que mais tarde se transmitiu ao café, ao cercle privé e ao clube. Os criados, os amigos, os parentes, os aprendizes e os visitantes eram ali, albergados e alimentados. A própria família perdia-se nesta sociedade." (Ussel, 1980 : 106).

Alguns outros dados, como por exemplo a estrutura arquitetônica das casas testemunham em favor da falta de privacidade e de intimidade no seu interior.

"Esses cômodos, porém, não eram mais especializados do ponto de vista doméstico do que profissional. Eles se comunicavam entre si, e as casas mais ricas eram formadas no andar nobre de galerias e salas enfileiradas. Nos outros andares, os cômodos eram menores, mas igualmente dependentes uns dos outros. Nenhum deles tinha destinação precisa, com exceção da cozinha, e, ainda assim muitas vezes se cozinhava na lareira maior da sala... Vivia-se em salas onde se fazia de tudo. Nelas se comia, por exemplo, mas não em mesas especiais: a famosa 'mesa de jantar' não existia." (Ariés, 1978 : 259)

É possível relacionar ainda: o caráter público da cama, onde dormiam pessoas da família, criados, hóspedes; a inexistência de vestuário noturno específico (o que juntamente com o caráter luxuoso das roupas tornava a nudez um hábito); além da falta de pudor que cercava o banho e os hábitos de excreção :

"In 1665 the court of Charles II fled from the great plague in London, and took refuge in the Oxford Colleges. They did not go back to London until early next year, 'leaving at their departure their excrements in every corner, in chimneys, studies, coal-houses, cellars'." (Stone, 1977 : 62).

Em decorrência dessa quase inexistência de uma vida familiar privada, mas também de um conjunto de outros aspectos que será preciso levar em conta mais adiante, inexistia o "sentimento de família", tal como o conhecemos hoje. Com isso, o que queremos dizer é que o amor entre marido e mulher, pais e

filhos, não era um dado importante na constituição de uma família, não se reconhecia e exaltava o valor da convivência, da intimidade entre seus membros. Não que o amor não existisse, é bem provável que sim. Entretanto, não se esperava que fosse o esteio, o autêntico suporte da união do grupo. Não se depositava no afeto entre as pessoas uma expectativa tão grande. Flandrin, comentando um texto de um confessor, Antoine Blanchard chama a atenção para o fato de que o amor, o afeto, aparecem através de seus contrários, ódio e indiferença.

"La palabra 'amor' brilla por sua ausência, y la palabra 'amar' solo aparece una vez. Y entonces de manera negativa, y a propósito de relaciones padres e hijos: 'Hábeis pegado a alguno de vuestros hijos, con exceso e sin causa, por mal honro porque no lo amais?'.
(Flandrin, 1979 : 198).

O casamento por seu turno era um contrato de razão. Montaigne considerava a mistura do amor apaixonado com os sentimentos familiares como uma espécie de incesto¹⁸. A maior parte das famílias constituía-se, não por razões subjetivas, como os interesses e os desejos do próprio casal, mas com fins objetivos como a assistência material e a educação dos filhos. Na escolha do cônjuge, prevalecia o volume dos bens, a importância social e até mesmo a idade do futuro cônjuge (posto que as mulheres morriam cedo era preciso escolher as mais jovens). A ausência de intimidade e de afeto dessas uniões fica evidenciada na enorme tolerância com as relações extraconjugais.

"Nas classes superiores, se uma mulher não tinha um amante era porque carecia de atrativos ou estava socialmente comprometida. Um homem sem amante era impotente ou estava financeiramente arruinado."
(Ussel, 1980 : 105).

18. cf. Ussel, 1980

Nos primeiros anos do século XVIII o costume exigia que marido e mulher se tratassem por "Madame" e "Monsieur". Além do mais, o marido não costumava mostrar-se em público com sua mulher. Esses são outros tantos dados do distanciamento afetivo que caracterizava essas relações. Distanciamento que se estendia à prole. As crianças não mobilizavam em torno delas as atenções e os cuidados que conhecemos nas famílias contemporâneas (ao menos nos extratos mais altos da sociedade brasileira) Tão logo nasciam, eram, nas famílias abastadas entregues a amas de leite encarregadas de amamentá-las no mínimo até dois anos de idade, Isto significava um período de separação da mesma magnitude entre mãe e filho. A aprendizagem das crianças confundia-se com o trabalho doméstico, na Idade Média. Ariés diz que a criança aprendia na prática e essa prática não parava nos limites de uma profissão, ainda mais que na época não havia, limite entre profissão e a vida particular. Era através do serviço doméstico que o mestre transmitia a uma criança, não ao seu filho, mas ao filho de outro homem, a bagagem de conhecimentos, a experiência que possuísse. Este era paradoxalmente um aspecto a mais no distanciamento pais e filhos, porque:

"As pessoas não conservavam as próprias crianças, em casa, enviavam-nas a outras famílias, com ou sem contrato, para que com elas morassem e começassem suas vidas, ou nesse novo ambiente, aprendessem as maneiras de um cavaleiro ou um ofício, ou mesmo para que frequentassem a escola e aprendessem as letras latinas." (Ariés, 1978: 228-229)

Nas famílias coloniais no Brasil o poder quase

irrestrito do pai¹⁹ era responsável por uma grande indiferenciação de desejos e aspirações individuais. Além de reforçar o distanciamento afetivo, esse tipo de exercício de autoridade reforçava a solidariedade do grupo coibindo o isolamento dos indivíduos impossibilitando o desenvolvimento da interioridade.

"família colonial fundou sua coesão num sistema piramidal cujo topo era ocupado pelo homem, em sua polivalente função de pai, marido, chefe de empresa e comandante da tropa. Do homem era exigida toda iniciática econômica, cultural, social e sexual. Os demais membros do grupo ligavam-se mutuamente e ao pai de modo absolutamente passivo (...) Este gênero de solidariedade desestimulava todo ele afetivo que incentivasse motivações e vontades individuais. O convívio familiar não devia nem podia ordenar-se de modo a privilegiar a escuta, atenção e realização de desejos e aspirações particulares. A estabilidade da família antiga dependia dessa indiferenciação de interesses individuais." (Costa, 1979: 95)

Com base nessas reflexões, este autor hipotetiza uma extroversão psicológica na sociedade colonial brasileira.

"Os membros da família antiga eram destituídos daquilo que poderíamos chamar modernamente de 'profundidade psicológica'. Eles eram, por assim dizer, psicologicamente extrovertidos, sentimentalmente centrífugos. Nada, em suas intimidades afetivas, evocaria a representação que o indivíduo urbano moderno tem de suas necessidades psíquicas. O gosto pela exploração, reconhecimento e cultivo das peculiaridades emocionais não só era estranho ao universo familiar, mas incompatível com a solidariedade do grupo." (Costa, 1979:96-97)

Se consideramos ainda o ângulo econômico, a casa grande representava uma unidade de produção autônoma, pois tu

19. Conforme nos relata Ussel: "A família compreendia de três a quatro gerações; acrescentando-lhes o pessoal, obtinha-se a 'casa'. À cabeça encontrava-se o 'pai da casa', por oposição ao nosso atual 'chefe de família'. Nas orações dizia: 'eu e minha casa'. Na tradução grega da Bíblia, empregava-se a expressão oiko-desnotes; em latim vulgar paterfamilias na tradução de Lutero, nausvater (textualmente: pai dacasa). O pai tinha patria potestas, quer dizer, uma autoridade teórica quase absoluta sobre sua mulher, filhos e pessoal. Era o representante de Deus ou do princípio absoluto; era quem administrava e dirigia a comunidade, velava pela propriedade, sendo o princípio da unidade e da ordem." (Ussel, 1980:103)

do que era necessário ao consumo do grupo era produzido no seu interior. A divisão social do trabalho e, conseqüentemente, do conhecimento, era pouco diferenciada, determinando pouca descontinuidade entre socialização primária e secundária. Ou, se focalizarmos sob outro ângulo, chegamos ao mesmo ponto. A continuidade entre vida social e privada não permitia uma diferenciação entre esses, para nós hoje, dois planos da existência. Disto decorre, que tal organização social não comporta a emergência de indivíduos voltados para sua própria interioridade e capazes de discriminá-la de seus papéis sociais. Em outras palavras, a dissociação eu público - eu privado não poderia ter sido produzida dentro de uma estrutura social, econômica e familiar como a que foi descrita acima.

Será preciso portanto interrogar o que mudou e porque mudou no plano social, econômico e familiar, de modo a dar lugar ao indivíduo que hoje conhecemos. Pesquisador insaciável de si mesmo, curioso com relação ao seu passado, consumidor voraz de arqueologias que desenterrem nas cinzas do seu passado sua verdade desconhecida. Procuraremos antes de mais nada caracterizá-lo mais minuciosamente juntamente com as circunstâncias em que se produziu.

A racionalização e a fragmentação dos processos de produção, tornou a área econômica progressivamente mais segregada da vida social. A esfera de produção complexificada comportava ao nível do trabalho especializações funcionais (surge a profissão) que diferenciaram num primeiro momento o trabalho manual e o comércio e secundariamente acentuaram-se com o processo de industrialização. O surgimento da especialização funcional inviabiliza a aprendizagem doméstica que caracterizava a unidade

econômica da casa grande. Em consequência disto, o papel socializador das famílias se restringe às crianças menores e instituições externas (principalmente a escola) passam a se responsabilizar pela educação para o trabalho, pelo ensino de habilidades específicas ao exercício de uma profissão. Socialização primária e secundária se diferenciam nesse momento. A todo este processo Ussel (1980) dá o nome de aburguesamento da sociedade e observa que foi acompanhado de mudanças no ritmo e na qualidade dos contatos sociais. A nova solidariedade entre os indivíduos é orgânica, torna possível contactar um número maior de pessoas. Mas são mais superficiais esses contactos, pois apenas aspectos parciais dos indivíduos entram em relação. O contato homem a homem, possível num grupo social onde a dependência mútua era pequena (solidariedade mecânica), é substituído por interações funcionais, instrumentais, e contratuais, necessárias em virtude da intensa dependência mútua. O distanciamento entre eu público e eu privado decorrerá portanto da dissociação na esfera de socialização e da diferenciação da esfera do trabalho da esfera da vida familiar que, por sua vez, sofrerá um processo de privatização através do recuo da família da vida social.

"O distanciamento em relação a si mesmo está ligado ao distanciamento em relação ao outro, e pode-se facilmente observar a partir do século XVI e sobretudo depois do século XVIII, um processo de dessociabilização." (Ussel, 1980 : 54).

A dissociação eu público e eu privado corresponde a um movimento de introversão psicológica, de interiorização que se articula com transformações no tipo de exercício de poder. O poder autoritário é lentamente substituído pelo poder disciplinar (sobre o qual já se falou no primeiro capítulo).

"Em outras formas de sociedade que não a sociedade burguesa, competia às autoridades vigiar o aspecto social da vida dos instintos. Por meio de controles exteriores, de um aparelho policial e através da força física, chegasse a uma certa conformidade. Era o reino da imposição exterior. Os regulamentos editados eram heterônomos(...). Numa sociedade complexa, este sistema de macrodomínio exterior, ineficaz e às vezes enfraquecido, devia ser substituído por um microsistema interior, eficaz e durável. Partimos da imposição exterior para chegar à imposição interior (auto-coação). A imposição interior significa que se exerce diretamente uma imposição anônima, suprapessoal, inconsciente e invisível, que deve garantir a boa marcha da sociedade." (Ussel, 1980 :58).

Enquanto que a infração à lei desperta, numa sociedade fundada na imposição exterior, sentimentos de vergonha, as infrações à norma engendram sentimentos de culpa numa sociedade onde o controle reside na auto-coerção. Por isso, o homem burguês é caracterizado por um grande domínio de si mesmo; dele se espera que estrangule os seus movimentos espontâneos, que domine seus afetos, e os regule, assim como os seus instintos. As manifestações diretas de desejos, de raiva e de tristeza são inoportunas na esfera pública. A organização, a moderação de hábitos, a economia, traços esculpido mediante severa disciplina são os mais característicos do homem burguês. O centro da vida deve ser o trabalho. A ociosidade é a mãe de todos os vícios. A virtude está no equilíbrio, na difícil arte de conter todo excesso. Semelhante privatização dos sentimentos e encarnação disciplinar teriam requerido para sua constituição profundas transformações na organização familiar, na estrutura do poder no seu interior e nas suas relações com a sociedade.

É muito discutida entre os historiadores, a constituição típica da família antiga. Há quem privilegie em suas análises a família de estrutura patriarcal (Ussel, 1980). Ou

tros discutem que essa seja a forma mais disseminada e valorizam as diferenças entre famílias pobres e ricas, patriarcais e "frérèches", extensas (que reúnem duas, três e até quatro gerações) e nucleares. (Como Shorter, 1977; Store, 1979; Ariés, 1978 e Flandrin, 1978). Entretanto, é consenso entre os autores consultados a tendência à nuclearização na família nos últimos séculos (alguns localizam no século XVI os primeiros indícios desse movimento, outros a situam nos séculos posteriores).

A estrutura espacial das casas testemunha a retração da família da vida social. A antiga permeabilidade casa-rua cede a um espessamento das fronteiras:

"A porta principal da casa, que se podia transpor mesmo sem ser esperado - conforme a hospitalidade daqueles tempos - foi fechada à chave. Para os amigos instaurou-se o caminho mais longo, menos direto, da porta de serviço. Mais tarde instalou-se uma aldrava ou uma campainha. Finalmente, todos passaram a ter que anunciar sua visita. No interior da casa, tudo o que recorda as relações homem-mulher, o corpo e as suas funções, passou a dissimular-se atrás de bastidores psíquicos; atrás de bastidores de linguagem, atrás de paredes e sob o vestuário. A cama escondida num compartimento especial." (Ussel, 1980 : 63).

"Pouco a pouco desapareceu o caráter semi-oficial do quarto de dormir e da cama. Eram zonas perigosas e foram privatizadas. Afastavam-se delas as visitas. Os criados-de-quarto e os próprios cama-reiros, que antes dormiam com o patrao ou a patroa desapareceram. (...) o quarto de dormir foi separado do mundo exterior por cortinas sempre mais numerosas e mais espessas." (Ussel, 1980 : 76).

As barreiras erguidas contra o mundo exterior tornam-se inteligíveis quando olhar se volta para o interior. A família se reduziu de modo a comportar tanto quanto possível a célula conjugal. A contrapartida da dessociabilização é o florescimento do sentimento da família. Ariés, comenta que quando as relações de trabalho, vizinhança e parentesco se retraem, o senti-

mento familiar substitui outros sentimentos como o de fidelidade, de serviço e torna-se preponderante quando não exclusivo. Os progressos do sentimento de família acompanham a expansão da vida privada e da intimidade doméstica, desvitaliza-se, entretanto, quando a casa é completamente permeável ao exterior.

O que Ariés chama de sentimento de família, é alguma coisa que compreende transformações em dois planos: no da relação conjugal, no que se refere à natureza de seu contrato; no da criança, no que concerne à percepção que se tem dela. O contrato conjugal é cada vez menos fundado em questões jurídicas e econômicas (dispositivo de aliança) e cada vez mais procura se apoiar no amor, no sentimento entre duas pessoas (dispositivo de sexualidade). Cresce a intensidade e a frequência do contato face-a-face entre os casais no interior de uma arquitetura doméstica que pretende justamente funcionar como um aparelho intensificador da intimidade conjugal. É o que significa, por exemplo, a segregação do quarto de casal no interior do espaço doméstico, a cama compartilhada e exclusiva do casal (e, mais recentemente, o banheiro exclusivo das suites modernas). São detalhes arquitetônicos que revelam a importância concedida à sexualidade conjugal e o caráter de privilégio, de exclusividade, que lhe é emprestado. Registrou-se simultaneamente uma menor disparidade etária entre marido e mulher.

O momento do casamento deixou de marcar para a mulher o momento de ingresso na família do marido, passando a significar para ambos um movimento de distanciamento da família de origem e de enclausuramento no novo núcleo. A sexualidade extraconjugal foi cada vez mais intolerantemente perseguida (para mantê-la a burguesia do século XIX e ainda no século XX precisaria

lançar mão da chamada dupla moral). Por outro lado a sexualidade conjugal foi mais do que exaltada. Erigida em norma de saúde - por motivos que será preciso discutir mais adiante - e fomentada como instrumento de preservação do casamento, é percebida como garantia de bem-estar, de felicidade para o casal e de segurança afetiva para os filhos (assim resguardados da rejeição ou do excesso de amor). O amor deverá caracterizar a partir da Idade Média a relação com as crianças. Estas não eram até então percebidas como um grupo que merecesse tratamento distinto do dispensado às pessoas adultas.

"Na sociedade medieval, que tomamos como ponto de partida, o sentimento da infância não existia -- o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia." (Ariés, 1978 : 156).

Nas camadas superiores da sociedade nos séculos XVI e XVII aparece a primeira forma de reconhecimento da infância. A criança é percebida nesse momento como um brinquedo, uma coisinha encantadora que desperta prazer com suas maneiras ingênuas, seus sapateados, brincadeiras e bobagens. As crianças seriam daí em diante "paparicadas". Sensibilidade que se expressa também pelo seu oposto, as crianças, para outros tornaram-se fonte de irritação e exasperação. De formas diferentes, as atitudes de idolatria ou de exasperação diante de crianças revelam a percepção da diferença. Os adultos não mais se misturam com elas. Um segundo sentimento da infância desenvolve-se fora do meio familiar elaborado por eclesiásticos, homens

da lei e moralistas preocupados com a disciplina e a racionalidade dos costumes. Criticarão os que consideram as crianças brinquedos encantadores. Viam nelas frágeis criaturas que é preciso preservar, educar, disciplinar.

Ariés considera que no século XVII esses dois sentimentos da infância aparecem associados a um elemento novo: a preocupação com a saúde física e com a higiene. A criança não só se torna um elemento central na família como também se define como um brinquedo divertido, objeto de medidas educativas e disciplinares. Possui uma fragilidade que deve ser preservada da mistura exagerada com os adultos e da doença pelo cuidado com a saúde e a higiene.

Donzelot (1980) confere às autoridades pedagógicas e à medicina higiênica um papel muito mais decisivo - do que é possível entrever no relato de outros historiadores - no processo de nuclearização da família. Pedagogos e médicos higienistas possibilitaram articular a solução de uma difícil questão que se coloca no momento da derrubada do regime monárquico: a da definição liberal do Estado. Definição esta que conflita num primeiro instante com a organização do poder no Antigo Regime e que é na verdade um "governo das famílias". O que se quer dizer com isso? Que a organização social se parecia de fato com aquela que Reich dizia estar disposto a combater. Nada distingue o registro do Estado do registro da família. O poder se exerce a nível de Estado do mesmo modo que a nível familiar. Os dois níveis se remetem reciprocamente. A inscrição direta na vida pública, a distribuição interna do poder, o plexus de relações indissociavelmente privadas e públicas que a constituem, fazem da família a menor organização política. A adminis-

tração pública fornece apoio jurídico para que ela "use" seus membros pois sustenta o poder quase discricionário do chefe de família que deve mantê-los a todos na ordem pública. As letres de cachet de familles, petições que, tendo origem na família, exigem da administração pública medidas de reforço da autoridade do chefe de família, são um bom exemplo da indissociabilidade dos dois registros.

A família não era, como a encaramos hoje, a "esfera privada" por oposição à "esfera pública" do Estado e de suas instituições. Essa dissociação seria exatamente a solução encontrada para dismantelar os laços de dependência e solidariedade que faziam da família, reprodução e conseqüentemente sustentáculo da ordem monárquica. Essa separação teria dado ensejo, no final do século XVIII, a discussões (que bem poderiam ser atuais). Por um lado, partidários de um Estado coletivista - os socialistas - defendem a dissolução dos vínculos familiares e o encargo pelo Estado da manutenção dos indivíduos. Mito do Estado-Família. De outro, liberais que defendem uma definição liberal do Estado organizado em torno da família e da propriedade privada. Recíprocamente, acusam-se de totalitaristas ou conservadores, do mesmo modo que já é clássica a oposição entre "revolucionários coletivistas" e "reacionários familiaristas". Tem origem nessas discussões o hábito de pensar a conservação da família como a prova de resistência à mudança social e como instrumento de perpetuação das diferenças sociais e dos privilégios de classe. Segundo Donzelot, a família teria sido uma forma positiva de solução dos problemas que planavam sobre uma definição liberal do Estado e não uma resistência negativa à mudança social e justifica essa assertiva com os seguintes ar-

gumentos:

"Ora, o mínimo que podemos dizer é que esse esquema (a oposição revolucionários versus conservadores) é muito pobre para compreender tanto o atual perfil da família, quanto a natureza do apego que lhe devotam os indivíduos das sociedades liberais. Não explica por que o sentimento de família é associado ao da liberdade, por que a defesa da família pode ser feita de modo eficaz em termos de salvaguarda da esfera de autonomia das pessoas. Se a família atual fosse um simples agente de repercussão do poder burguês e, portanto, inteiramente dominada pelo estado 'burguês', por que os indivíduos, inclusive e sobretudo os membros das classes não dirigentes investiriam tanto na vida familiar? Afirmar que isso ocorre sob efeito de uma impregnação ideológica é o mesmo que dizer pudicamente que se trata de imbecis e equivale a mascarar mais ou menos habilmente uma carência de interpretação. Também não explica por que a família moderna organiza seus vínculos de uma forma tão flexível e tão oposta à antiga rigidez jurídica. Se ela fosse exclusivamente para a burguesia, o meio de aferrar-se à defesa da ordem, estalecida, por que permitiria ela que os quadros jurídicos que consagram o seu poder se afrouxassem a tal ponto? Dizer que se trata de uma contradição entre ideologia liberal e os interesses da burguesia é o mesmo que supor que uma reforma só pode ser mentira ou confissão e nunca uma solução positiva de um problema." (Donzelot, 1980 : 53) (grifos nossos).

Acolher a dissolução dos vínculos familiares, conforme o desejo dos atingidos pelo arbítrio do chefe de família representaria abrir caminho para as reivindicações coletivas das classes populares. Conservá-la, no entanto, significaria manter o jogo de alianças políticas, solidariedades e privilégios que inviabilizaria a expansão da economia liberal conforme o interesse das classes burguesas. O que Donzelot chama de estratégia familiarista é justamente uma solução original do impasse pela transformação da família que nem se conservou, nem se destruiu). É nesse ponto que a intervenção da medicina higiênica e da pedagogia revelou-se a grande saída. Coube-lhes empreender essa transformação. A família foi definida nesse momento como "esfera privada" - o que era essencial

para despossuí-la de sua inscrição política. Desse modo o Estado e suas instituições puderam ser reconhecidos como a "esfera pública" e autônoma com relação ao poder familiar. A distinção entre privado e público é essencial para garantir a neutralidade necessária a um Estado liberal. A autonomização da família, reconhecida como esfera privada teria sido bem recebida na medida em que foi acompanhada de táticas destinadas a reduzir a autoridade do chefe de família e expandir a autonomia da mulher e dos filhos. Sem dissolvê-la foi possível amainar a insatisfação. As autoridades médico-pedagógicas empreenderam esse saneamento dos vínculos familiares posto que definido como "o público", o Estado não podia ferir a autonomia familiar intervindo diretamente no seu interior. Foi necessário despolitizar a intervenção - autorizando-a sob a chancela da ciência - para que ela se tornasse aceitável.

Com relação às camadas populares, o ressurgimento da família no cenário pós-revolucionário cumpriria uma dupla finalidade. De um lado fazer refluir para ela os indivíduos que interpe-
lavam o Estado exigindo assistência, educação e trabalho.

Coerente simultaneamente com sua definição liberal e pública o Estado devolveria o problema dos indivíduos às suas famílias, mas não sem antes articular por outras vias, exteriores ao seu domínio, táticas para fortalecer as famílias populares para que pudessem reter e controlar seus membros.

A intervenção das autoridades médico-pedagógicas far-se-á, num primeiro momento, através da criança. Surge em meados do século XVIII toda uma literatura à propósito da

conservação das crianças que põe em cheque os costumes educativos do século. Costumes que seriam responsáveis de um lado - no que diz respeito às crianças ricas - por uma má economia do corpo e logo por uma "estiolagem das elites"; e de outro - no que concerne às crianças pobres ou sem família - por uma economia social infeliz cujo saldo seria um índice inacreditável de mortalidade infantil, antes mesmo que pudessem tornar-se "úteis à nação". A crítica à economia do corpo das classes superiores incide sobre a educação corporal orientada para o prazer, para o adorno, como é revelado pelo hábito de enfaixar crianças, confinar as adolescentes e mesmo envolvê-las em cintas apertadas, conforme padrões estéticos que terminavam por enfraquecê-las. O costume de confiar as crianças pequenas a amas de leite será responsabilizado por toda espécie de malefícios à saúde infantil. Através do leite seriam transmitidas "taras" às crianças, "um fundo de maldade e baixeza que às vezes se percebe em filhos de pais honestos e virtuosos", o que de outro modo não teria explicação. E ainda:

"os maus hábitos podem ser transmitidos através da amamentação, estina Pallexerd, 'sobretudo se, mirrada pelo trabalho, arrazada pelo cansaço, a nutriz apresenta à criança um seio fumegante de onde sai um leite azedo e ardido". (Donzelot, 1980 : 17).

Pela difusão da medicina doméstica, o médico se torna aliado da mãe. Aliança que difunde um conjunto de conhecimentos e técnicas no espaço doméstico operando uma melhoria na qualidade de vida burguesa, na sua saúde, principalmente, que será no exterior da família o que a distinguirá enquanto classe social e o signo visível de seu privilégio - e no interior um instrumento eficaz no enfraquecimento da autoridade paterna.

A irracionalidade da administração dos hospícios de menores, a economia social ausente e evidente na mortalidade infantil dão ensejo a críticas à administração pública por sua incapacidade de empreender a "formação e a conservação das populações" para o trabalho, que não foi objetivo do Estado até o momento em que ele deixa de ser a finalidade da produção para ser seu meio.

Critica-se o desperdício de gasto público sem proveito para a produção, mas também o egoísmo do regime familiar que, através de sua dupla moral (casamentos de razão), engendra bastardos e através de sua ambição (o direito de primogenitura que visava tornar a propriedade indivisa) engendra deserdados (por sua vez impedidos de casar geram mais bastardos), alimentando os depósitos públicos de "indesejáveis" da ordem familiar. Um segundo eixo orientou-se para a conservação das crianças abandonadas em hospícios (de um modo geral filhos das camadas populares) inspirado na ambição do Estado de utilizá-los. Mas é principalmente para evitar o abandono que se procurará trabalhar. Como? Incentivando a preservação da família popular e a solidificação de seus vínculos.

A filantropia foi a solução encontrada. Estratégia deliberadamente despolitizante face a instauração de equipamentos coletivos, pode ocupar uma posição equidistante da iniciativa privada e do Estado. Organizou-se em dois pólos: o polo assistencial e o médico-higiênico. O primeiro deles utiliza-se do Estado como meio formal para divulgar um certo número de conselhos e preceitos de comportamento a fim de transformar uma questão de direito político (aumento das prerrogativas do Estado na assistência e educação dos sem recursos) numa

questão de moralidade econômica (pois a assistência filantrópica remete para a esfera privada questões que lhe são formuladas em termos de direito ao trabalho e à assistência).

A lógica deste procedimento será a oposição entre uma sociedade autoritária e a sociedade liberal que se quer edificar após a queda do poder monárquico. Como todos são iguais e a hierarquia social deixou de existir, não se deverá reivindicar, de direito, o encargo pelo Estado, mas também não se deverá recusar seus conselhos de vez que não são ordens (um bom exemplo é a instituição da poupança). O segundo pólo utiliza o Estado como meio material para conjurar os riscos de destruição da sociedade através do enfraquecimento físico e moral da população. Ao contrário do pólo assistencial não procura reprimir a demanda inflacionária do Estado, mas utilizá-la como instrumento. Sua função deve ser inspirar as intervenções do Estado onde a liberalização da sociedade econômica ameace inverter-se no contrário. As medidas de higiene pública e privada, de educação e de proteção dos indivíduos terão efeito ao nível dos problemas colocados para a economia pela gestão ampliada da população: a conservação e a integração - esta última nascida da necessidade de reduzir o impacto sobre as classes burguesas do convívio com uma população de hábitos diversos e perigosos. Para preservar a sociedade liberal pela adaptação positiva dos indivíduos a seu regime, os higienistas incitaram o Estado a intervir através da norma na esfera do direito privado. Descobre-se assim o tema no interior do qual pode-se tornar aceitável o necessário aumento dos equipamentos coletivos sem que atentem contra a definição liberal do Estado. A intervenção normalizadora baseada no aconselhamento e na trans

missão de ensinamentos úteis substitui a repressão e a "caridade humilhante" do antigo regime, sem ferir o contrato liberal.

A verdadeira caridade só os "incuráveis" farão jus. Aos pobres tratar-se-á de fornecer conselhos e somente providenciar socorros na medida em que permitam a penetração de mais conselhos. O essencial, no que diz respeito ao deslocamento da antiga caridade para a beneficiência filantrópica, consistirá numa atualização de novas modalidades de atribuição dos socorros que com o objetivo de discriminar o "índigente factício" da "verdadeira pobreza" mediante o exame e a prestação de socorros condicionada à observação e à inspeção da vida do socorrido. Além disso o socorro deve promover o reerguimento da família. Por isso é preciso descobrir e evidenciar em todo pedido de socorro a falta moral que o determina, a parte de preguiça e devassidão que existe em toda miséria. Deve-se dar conselhos e não bens. O conselho é o ato que melhor caracteriza a igualdade. É uma forma de influência que não resulta em medo ou esperança por parte de quem recebe.

De outro lado, a estrutura interna da família rigidamente hierarquizada sofreu intervenções da parte de novos poderes assistenciais e médico pedagógicos, de forma a subtrair parcelas do poder patriarcal. Os novos poderes não podiam ser, entretanto, identificados como uma intrusão do Estado na esfera dos contratos privados (a sociedade conjugal, os filhos que resultam dessa união), de vez que, agindo sob a chancela da ciência, revestem-se de um caráter de neutralidade. Assim estimulou-se a concorrência entre marido e mulher na gestão dos filhos (via aliança com o médico nos extratos mais altos e via ordem jurí

dica que confere à mãe direitos idênticos aos do pai, no que concerne aos filhos, nos extratos mais baixos).

No final do século XIX emerge um terceiro pólo filantrópico que opera na confluência dos dois primeiros: a preocupação com a infância reunindo no mesmo alvo "aquilo que pode ameaçá-la" e "aquilo que pode torná-la ameaçadora para a sociedade". Depois de 1840 (na França) até o final do século XIX, as leis que editam normas protetoras da infância multiplicaram-se. Leis ao mesmo tempo sanitárias e políticas. Evitam o abandono e a exploração das crianças e, simultaneamente, rompem os vínculos iniciáticos adulto-criança, a transmissão autárquica dos saberes práticos, a liberdade de movimento de agitação (que resultava do afrouxamento das antigas coerções comunitárias com a ruptura dos laços de solidariedade da antiga família patriarcal) e acentuam a já reduzida capacidade sócio-política da população. A família, através da criança, torna-se vigiada, pois é colocada na obrigação de vigiar e reter seus filhos se não quizer ser objeto de vigilância e disciplina das entidades filantrópicas. Por exemplo: estendendo-se à mãe o direito jurídico de correção - direito que autorizava o pai a solicitar ordem de prisão para qualquer de seus filhos - procurou-se provocar a controvérsia entre marido e mulher, As contradições entre eles tornavam necessários processos de verificação que implicavam em inquéritos junto à criança e vizinhos, expondo a família a uma ampliação não desejada da intervenção solicitada. A suspensão do poder patriarcal permitiria o estabelecimento de um processo de tutelarização que aliava os objetivos sanitários e educativos aos métodos de vigilância econômica e moral (redução da autonomia familiar).

Inverte-se a relação de convivência. A família torna-se campo de intervenção direta sob o tema da prevenção. Mas, por outro lado, tem início uma liberalidade inusitada na contratação de uniões conjugais fora das antigas exigências de família e dos grupos de pertinência. Liberdade também de romper tais contratos, mas que foi paradoxalmente fomentada com intuito de induzir os indivíduos a uma maior autonomia e a uma observância mais estrita das normas que garantem a utilidade social dos membros da família.

"A família transforma-se em relê em suporte obrigatório ou involuntário dos imperativos sociais, segundo um processo que não consistiu em abolir o registro familiar, mas em exacerbar seu caráter, em tirar o máximo de suas vantagens e inconvenientes aos olhos dos seus próprios membros, a fim de unir, em dois tipos de ligações, uma positiva e a outra negativa, as exigências normativas e os comportamentos econômicos-morais. Ligação negativa: a ausência de autonomia financeira, a demanda de assistência funciona com um índice de imoralidade geradora de carências educativas e sanitárias, que justificam uma tutela econômica destinada a fazer reinar essas normas. Mas, por outro lado, o não cumprimento dessas exigências sanitárias pode justificar uma ação preventiva, cujo meio material será igualmente a fórmula da tutela. Em nome do prejuízo suposto que atinge seus membros através de uma ou outra dessas carências, a família é objeto de um governo direto. Apoiando-se na defesa de seus membros mais frágeis (crianças e mulheres), a tutela permite uma intervenção estatal corretiva e salvadora, mas às custas de uma despossessão quase total de direitos privados. Ligação positiva: a família, pode entretanto, conservar e aumentar essa autonomia que não é mais garantida. Conservá-la utilizando sua capacidade eco

nômica, o controle de suas necessidades, a fim de resolver na esfera privada de seus intercâmbios contratuais, os problemas que podem se colocar no plano da normalidade de seus membros; será, por exemplo, para uma família rica, a faculdade de gerir, através de uma psicoterapia, o problema de um menor que, numa família popular, seria ocasião de uma pressão social reforçada sobre ela. Aumenta-la, fazendo com que a apropriação de normas sirva ao êxito familiar: a possibilidade de constituir um ambiente próspero e resistente às crises e aos fracassos, como também de procurar melhores combinações educativas e conjugais, através da livre contratualidade." (Donzelot, 1980 :87) grifos nossos.

Através do terceiro polo filantrópico é reencontrado o objeto de gestão dos dois primeiros. Aquilo que ameaça a infância e que pode torná-la ameaçadora são a mesma coisa: a desestruturação familiar, as carências familiares (de ordem física, econômica, alimentar, moral e afetiva). O casal, ou mais propriamente, a relação conjugal, a sexualidade do casal, seria o foco irradiador (por suas insuficiências mais do que por seus excessos conforme observou Costa, 1978) dos males que agredem a infância e que podem torná-la agressiva para com a sociedade. Para lidar com a criança delinquente surge no cenário a psicanálise, onde a ordem judiciária e a ordem psiquiátrica lidavam insuficientemente com a questão. Insuficiência que produziu uma tensão, favorecendo a entrada em cena de um saber capaz de propor regras de equivalência e tradutibilidade entre as exigências do Estado e os critérios da psiquiatria.

"Tudo se passa então, como se a psicanálise registra se essa ausência de equivalência e propusesse substituir-lhe um novo sistema de flutuação, criando conceitos teóricos e práticos necessários a esse

novo estado de coisas.(...) Ora, em que a psicanálise garante essa flutuação bastante especial que a psiquiatria não poderia proporcionar? Segundo Donzelot, seu papel fundamental foi o de fazer flutuar as normas públicas e os princípios privados, as perícias e as confissões, os testes e as lembranças, graças a todo um jogo de deslocamentos, condensações, simbolizações ligados a imagens parentais e às instâncias psíquicas que a psicanálise mobiliza." (Deleuze, 1980: 7)

A psicanálise enquanto estratégia que procura dar conta do efeito de desmapeamento produzido pela retração do núcleo familiar opera produzindo discursos permutadores que funcionam remetendo o Público ao privado, o Estado à família, o Direito à Medicina.

Como pode a psicanálise ocupar o espaço desmapeado das angústias existenciais, dos conflitos e das perplexidades dos indivíduos produzidos pela família nuclear? Acompanhando o raciocínio de Donzelot é possível pensar que a psicanálise não o ocupa, contribui para constituí-lo uma vez que, inscreve-se numa linha de continuidade com os saberes e discursos que engendraram a família nuclear moderna com sua problemática afetiva e sexual. Seria preciso abandonar a crença de que os conflitos familiares e a problemática sexual (latu sensu) dos indivíduos preexiste ao campo das profissões que se esforçam em resolvê-las. De outro modo, vamos pensá-las como "congênitas". A questão colocada ao espaço ocupado pela psicanálise deve ser modificada substancialmente: "do que essa crise da família e essa proliferação dos 'psi' são conjuntamente solução? (Donzelot, 1979: 197)

A rigor, não se pode falar em 'crise' da família popular. Ao contrário, são os assistentes sociais, os psicólogos, os juízes de menores e todos que lidam com as institui-

ções carcerárias, que se encontram permanentemente "em crise" diante do abandono de menores, da fragilidade dos vínculos conjugais, da fixação insuficiente e frágil ao trabalho que caracterizam as classes populares. Equilibram-se com dificuldade no estreito limite de suas atribuições que é promover a integração social desses indivíduos sem recorrer ao "paternalismo" aberto nem à exclusão definitiva do espaço social.

A crise da família foi ou é ainda o tema pregnante para as classes burguesas. O casamento é acusado de sufocar a "individualidade" dos parceiros bem como a família a das crianças. Questionou-se o casamento de "papel passado", a "dupla moral", a "intervenção da família de origem na escolha do parceiro". Entretanto a supressão de todos esses signos de coerção não sossegaram a angústia frente a usurpação da "individualidade" que representam as relações duradouras. Cada vez mais procura-se apoiar o casamento apenas no sentimento de afeto, no prazer sexual. Vive-se um momento de intenso questionamento de todas as formas de autoritarismo e coerção nas relações humanas: entre marido e mulher, amigos, pais e filhos, professor-aluno. Significará esse movimento que os controles interpessoais estão se extinguindo? Num certo sentido isso é verdade, afinal o modelo de relação que se procurar estabelecer como ideal é o da valorização da autonomia dos indivíduos, do respeito às diferenças, da discriminação nas relações sociais e afetivas. Será que se abriu definitivamente mão do controle ou prevalecerão outras formas de controle que não são entretanto identificadas enquanto tais? Tomemos por exemplo a relação de casal. O homem vem sendo progressivamente privado (com sua anuência frequentemente) do poder "patriarcal" sobre a mulher. Os signos

dessa transformação são a igualdade de direitos e deveres, a equivalência a nível de trabalho, a contribuição equilibrada para o orçamento do casal, a divisão das tarefas domésticas das responsabilidades pelo cuidado e educação dos filhos etc.. Se, por hipótese, a segregação de papéis tinha por objetivo preservar o casamento, ter-se-iam a igualdade e os papéis conjuntos se implantado por motivos diferentes? É interessante observar como uma mesma instituição pode ser preservada a partir de princípios e regras de convivência inteiramente opostas. A relação de casal procura se apoiar cada vez menos nos papéis sociais de homem e mulher, transferindo o peso de sua manutenção para a esfera dos sentimentos, da sexualidade, e da complementação no plano da conversa das definições de mundo e da troca de experiências. Já houve quem dissesse que a independência da mulher teria levado o casamento à crise. É impossível negar que nessa transformação da relação conjugal "as baixas" foram muitas, casamentos de anos se desfizeram, ligações mais recentes têm vida curta e o prognóstico a cada novo casamento não é propriamente favorável à sua duração. Entretanto, é preciso não subestimar o peso dos novos controles. Enganam-se os que vêm nessas mudanças uma ameaça a conservação do casamento. Ao contrário, acreditamos que são transformações que vêm emprestar a essa instituição uma continuidade em bases novas e com propósitos diferentes. Mais ainda, foram transformações empreendidas com esse objetivo (entre outros). As perdas fazem parte da luta, não são sintomas de que o caminho apontado seja necessariamente outro. A relação pais e filhos perdeu nitidamente seu contorno autoritário, repressivo, a procriação já não tem o caráter de obrigatoriedade

de compulsão social. Acaso isso quiz dizer que o caráter educativo ou a procriação se desvalorizaram? Pelo contrário, a crítica aos pressupostos que norteavam essas práticas se fez ao mesmo tempo que novos suportes para esses valores se erguiam, conferindo a elas uma importância muito maior que a que lhes era dada anteriormente. A maternidade é hoje encarada como uma realização pessoal, um processo que envolve o "amadurecimento" da mulher como ser humano. Engaja o homem com um vigor inaudito, "os pais ficaram grávidos". Educar os filhos já deve ser uma tarefa extenuante e sim um processo de troca e de diálogo, enriquecedora para ambas as partes. Não se deve usar mais categorias como certo e errado, feio e bonito, padrões pré-estabelecidos, metas ou objetivos definidos. Ao contrário, deve se buscar a promoção da criança enquanto indivíduo liberá-la das coerções perigosas para sua autonomia, promover o aproveitamento e a exploração de suas potencialidades afetivas e cognitivas, fomentar a auto-regulação. Não são mais as crianças que são rebeldes, mal-educadas, desobedientes, perversas; mas os pais que amam em demasia ou insuficientemente. Excesso ou falta que sempre remete à relação do casal. Mãe superprotetora, mulher sexualmente insatisfeita, pai omissivo. Princípio que revela um fundo de rejeição por trás de todo excesso afetivo. Mãe rejeitadora, mulher dependente, pai autoritário. (Cobra do filho o amor que não encontra na relação com o marido, princípio que revela uma necessidade de amor antes que uma falta por detrás da rejeição). De todo lado a família abre-se à intervenção "psi", em busca de novos ~~mapas~~, preceitos educativos, regras de relacionamento conjugal, entendimento e solução de seus problemas e angústias. Os profissionais da área por seu turno promovem median

te os órgãos de divulgação como as revistas femininas, jornais, programas de televisão, a divulgação de seus conhecimentos que simultaneamente desestabiliza os leitores, no sentido de que abre o questionamento do estilo de vida, dos valores, das condutas educativas e relacionais, e canaliza essa demanda para o atendimento especializado. É preciso recordar ainda o papel fundamental da escola e que profissionais, psicólogos ou pedagogos, promovem também a desestabilização e a canalização da demanda de cuidados "psi".

Por que motivo todo esse processo se dá ? É preciso examinar a questão por dois ângulos diferentes. De um lado temos uma sociedade àvida de valores individuais, pois seus projetos se alimentam do empreendimento privado, da vontade individual, da ambição isolada e fortemente competitiva. Para isso, ela produz e aciona mecanismos de promoção da "individualidade", da "autonomia" dos indivíduos e de seus "sonhos solitários". De outro, é preciso pensar porque as famílias aceitam tão bem esse projeto, porque incessantemente demandam intervenções no seu espaço ? É preciso levar em conta que tal demanda não deve ser pensada separadamente da demanda de cuidados médicos, odontológicos, boa educação, colégios caros, livros, enfim todos os instrumentos que promovem a qualidade do corpo, da saúde, da inteligência e por que não da regulação afetiva burguesa ? Chamemos a todos esses cuidados de preocupação com a qualidade de vida. Não será essa preocupação com a qualidade de vida a preocupação da burguesia com a manutenção de seu status, não estará ligada à luta pela conquista de posições sociais de maior reconhecimento. Não são as crianças um capital sobre o qual os pais especulam ? A crise da família, a desestabiliza-

ção de seus vínculos e o recurso à intervenção "psi" não seriam portanto um dos eixos por onde passa a ambição das famílias burguesas, seu desejo de promoção social ou de manutenção de seus privilégios?

III-Psicanálise e Feminismo - um estudo dos efeitos da penetração do discurso psicanalítico através de preocupações feministas sobre o papel da mulher .

Um grande número de artigos em revistas femininas ou destinadas à orientação de pais vêm sendo assinados há pelo me- nos duas décadas por profissionais em psiquiatria, psicanálise e psicologia. Esse fato provavelmente explica de que modo indi- víduos leigos vêm a se tornar clientes de um tratamento psico- terapêutico. Certamente, tanto médicos quanto psiquiatras têm uma participação ativa na seleção de pacientes para esse tipo de tratamento. Entretanto, é bem possível que a difusão de co- nhecimentos de psicologia e psicanálise instrua o público no sentido de identificar-se como cliente. Devemos supor, ten- do em conta uma análise sociológica do desmapeamento (conforme o pensamento de Berger e Luckmann) que a demanda de atendimen- to - embora inespecífica - preexista à difusão de conhecimentos especializados. A leitura de Donzelot possibilita prosseguir nesse raciocínio , indagando: em que medida a tarefa de difun- dir conhecimentos de psicologia limita-se a responder uma deman- da (até então inespecífica) que lhe é formulada? Seria um pro- cesso mecânico de canalização dos indivíduos desmapeados para atendimento ? Consistiria, esse processo, em indicar através da transmissão de conhecimentos úteis, o caminho que levará à solu- ção dos problemas colocados pelos indivíduos? Pensamos, que a di- fusão de conhecimentos não se limita a " preencher a curiosidade de quem quer que seja", seu papel é mais que canalizar, pois o

conhecimento transmitido desestabiliza a organização que os lei-
tores conferem ao seu vivido, transforma-a e recodifica-a tor-
nando-a psicanaliticamente inteligível .

Consolidamos essas hipóteses no decorrer da leitura de setenta exemplares da Revista Claudia , trinta da década de 60 e quarenta da década de 70 e dos anos 80 e 81 . Nas análises que se seguem utilizamos citações extraídas principalmente da seção "A Arte de Ser Mulher" de autoria de Carmem da Silva, psi-
canalista que passou a assinar a coluna em setembro de 1963. Até então a seção vinha sendo assinada por "Dona Letícia", aparente-
mente uma conselheira sem qualquer formação técnica conforme de-
preendemos a partir de dados como a inexistência de qualquer re-
ferência à qualificação da autora seja por parte dela mesma, se-
ja por parte da revista. Elegemos essa seção em virtude da esta-
bilidade ao longo de vinte anos de edição, o que não quer dizer
que não tenhamos nos valido de material extraído de outras seções.

A leitura da revista revelou, ao menos na superfície, uma surpreendente homogeneidade temática. Aparentemente, nos úl-
timos vinte anos as mulheres preocuparam-se com os mesmos assun-
tos: moda, conservação da saúde e da beleza do corpo; casamento,
relacionamento conjugal, conflitos e fidelidade, natureza femi-
nina e masculina; trabalho da mulher fora do lar e educação dos
filhos. A abordagem conferida a esses temas, a articulação pres-
suposta entre eles, emprestaram significações diversas a esses

assuntos. Para além da homogeneidade superficial dos temas foi possível encaminhar diferentes visões do homem, da mulher, do amor, do casamento, da criança, da maternidade e do trabalho feminino. Por exemplo: Será a mesma coisa - frente à queixa de uma mãe, atormentada com a inapetência de seu filho - recomendar-lhe que "faça pratos mais coloridos" e instrumentá-la com conhecimentos psicanalíticos para que se interrogue à respeito de seus sentimentos como mãe? Uma coisa é atribuir a inapetência da criança à comida sem atrativos, outra coisa é conferir aos sentimentos da mãe, o poder de determinar o comportamento de seu filho. A segunda interpretação não se limita a responder a pergunta que lhe é formulada, ou melhor, a resposta desorganiza o conteúdo da pergunta devolvendo-a ao interlocutor. A mãe que pergunta o que fazer para que seu filho se alimente é interrogada: que espécie de mãe é você?

Estimulados pelo trabalho de Donzelot procuramos a articulação do tema "crise no casamento" com a perfusão de conhecimentos psicanalíticos nos artigos que examinamos. Os elementos que prefiguram esse tema estão presentes no discurso do público leitor e da conselheira leiga. Não prenunciavam entretanto nenhuma crise, porque não remetiam às interpretações que vão configurá-la. Tomemos como ponto de partida a referência à angústia, vazio e solidão da mulher casada que atravessa um número considerável de artigos em 1961. Em 1962, um artigo de D. Letícia à

respeito das "Tentações de uma jovem espôsa" fala de "uma rotina da vida matrimonial" e de "um vago sentimento de desilusão e cansaço" que "muitas vezes criam na jovem espôsa, a justificativa psicológica para tentar (...) uma evasão". Previne as incautas de que "ceder na esperança de encontrar alguma coisa nova, constitui erro gravíssimo." O artigo vincula a infidelidade feminina, à insatisfação com o casamento, mas não é capaz de proceder um aconselhamento eficaz na solução do problema. O único recurso de que a autora lança mão é uma tentativa de demonstrar que o amor fora do casamento não satisfaz. Basicamente, por que não é capaz de apreender o significado dessa "angústia flutuante" para além do quadro em que ela se apresenta.

"(...) mas, ainda que esse encontro seja chamado de amor não o é na realidade. É antes uma necessidade de reviver toda a gama de emoções que vão do primeiro olhar ao primeiro beijo e que - por mais profundo e verdadeiro que seja, o sentimento as segue - 'são ir-repetíveis'. O amor não é um sentimento estático: descreve uma parábola, e por isso vai mudando sempre."

(Revista Cláudia, Ano I, nº 5)

Na tentativa de demover as incautas da pretensão de trair seus maridos, prevê que a infidelidade pode conduzir à promiscuidade.

"(...) bem depressa perceberá (...) - para ter alguma sensação precisará recomeçar sempre." (Revista Cláudia Ano I, nº 5)

Quando somos levadas a perguntar porque algumas mulheres traem seus maridos, a resposta embora bem articulada e coerente não conduz a uma saída. É por pura nostalgia que elas agem assim, "para reencontrar o clima de namoro", por não aceitarem as mudanças na qualidade do amor conjugal. O que fazer, não obstante, diante do problema ?

Claudio Araújo Lima, médico, em artigo de 1963: "Garota Zona Sul", adverte que a "angústia" feminina costuma conduzir a dois tipos de tentativa de dissolvê-la : a infidelidade e o trabalho fora do lar. Situa no mesmo plano, conferindo-lhes um mesmo princípio de explicação, o trabalho extradoméstico e a infidelidade. São ambos meios de evadir-se das autênticas responsabilidades femininas.

"A angústia leva a mulher ao bovarismo sistemático, que acaba por conduzi-la ao trabalho fora do lar, mesmo que o marido possa prover as necessidades domésticas, e que mal chega a ganhar o quantum necessário para pagar uma doméstica que a livre de suas responsabilidades de criar os filhos, de assistir o marido e de zelar pelo seu lar." (Revista Claudia, Ano II, nº 23)

Em consequência desse fundo de imoralidade, de irresponsabilidade de que o autor suspeita cercar o trabalho feminino, vaticina desfechos terríveis, tanto para o casamento como para os filhos.

"As atividades de assistência social onde ela vai cuidar dos filhos alheios enquanto que os seus ficam adontados em casa mal alimentados pelas babás mercenárias que tantas vezes, os iniciam nas primeiras aberrações sexuais. Ao jogo de buraco, em sessões que começam às três da tarde e varam noites, à força de comprimidos de benzedrina que são oferecidos como bombons, aos componentes da mesa. Ao amor extra-conjugal, que acaba por ser a única porta de saída para a decepção da vida íntima com os maridos angustiados pelas dívidas que asfixiam o orçamento inflacionado. Também o recurso aos tranquilizantes ou aos longos colóquios nos consultórios médicos, onde vão buscar mais do que tratamento médico propriamente dito, o alento para o seu comportamento pseudo-neurótico, em forma de sucedâneo simbólico para os namorados que os maridos já deixaram de ser¹." (Revista Claudia, Ano II, nº 23)

Não se pode dizer que o autor não proponha uma solução para a angústia feminina. Em poucas palavras ele "manda as mulheres de volta para casa". Remete a origem da "angústia" a um problema de natureza moral, diagnóstico de bem pouca eficácia para transformar a situação.

Ainda em 1963, Carmem da Silva, escreve seu primeiro artigo : "A protagonista". O tema é ainda o mal-estar feminino. Quanto àquilo que o determina a reviravolta é surpreendente. O motivo da insatisfação feminina reside em depositar em circunstâncias externas : o amor ou o trabalho ; a expectativas de realização pessoal. Como solução para essas dificuldades "nem ficar em casa, nem sair". A solução consiste numa mudança de atitude.

de diante da vida. Esta deve ser encarada como resultado de um esforço consciente e intencional . Toda satisfação deve ser produto de uma tarefa , de uma construção .

"O amor de outrem, o trabalho e a carreira, não dão nada: constituem apenas, instrumentos que nos ajudam a construir o que desejamos."

Por que as mulheres não compartilham essa visão da vida e da felicidade ?

"Alguns séculos de educação altamente restritiva e baseada em conceitos falsos deixaram às mulheres um peso do lastro de inibições, receios, hábitos de dependência e rotina mental . Mas, o mundo evoluiu (...) E as mulheres acham-se despreparadas , não sabem como enfrentar o desafio." (grifos nossos)

À crítica da educação feminina, Carmem da Silva atrela uma proposta de solução . Não uma solução concreta, um conselho, uma saída : Fiel ao estilo psicanalítico, diante da "angústia" e contra ela , só um questionamento mais profundo. A resposta da autora ao problema da angústia é ainda mais desestabilizadora .

"A protagonista de sua própria vida opta, resolve e conquista a partir de si mesma , isto é conta com um centro de gravidade interno, um eixo em redor do qual giram suas decisões e seus atos." (Revista Claudia, Ano II, nº 23)

Em resumo : a mulher é apresentada como insatisfeita no casamento por D. Leticia, infiel e irresponsável por Claudia A. Lima , Carmem da Silva não desconfia da queixa de angústia e de vazio.

Não suspeita de sua procedência. Prontamente a generaliza, admitindo-a como "o problema da mulher". Siqueira defende o sexo feminino das acusações de infidelidade, bovarismo, irresponsabilidade. Cuidadosamente, entretanto, evita um diagnóstico que pudesse justificar uma maior tutelarização da mulher pela família ou pelo marido. A insatisfação, a infidelidade, a irresponsabilidade provém de uma causa mais profunda e mais geral, que atinge inclusive às mulheres que não são infiéis, nem irresponsáveis, nem insatisfeitas. A passividade feminina, sua falta de autonomia verdadeira no mundo em que vive, são o motivo das condutas infantís da mulher. Propõe um novo eixo, o eu, como condutor das expectativas de satisfação das necessidades femininas. Com isso, a autora contorna a delicada questão do trabalho fora do lar, combatido como elemento capaz de colocar em "crise a família" pelo elemento de irresponsabilidade e fuga das tarefas domésticas que é suspeito de conter além do perigoso parentesco com a infidelidade. O valor político da "interpretação" de Carmen da Silva do "vazio e da angústia" da mulher advém justamente da possibilidade de voltar o "feitiço contra o feiticeiro". De um só golpe, dirimir as suspeitas que pesavam sobre o trabalho da mulher e relançá-lo dentro de uma perspectiva mais ampla de transformação do papel feminino na sociedade. No que diz respeito ao perigo da infidelidade, sob o pretexto de combatê-lo, lançar-se á numa crí

tica da forma feminina de amar :

"Seja como for, não só as divas mas todas as mulheres - ou melhor, todos os seres humanos normais - desejam satisfazer as aspirações de ser amados. Nada mais louvável, por certo ; o erro consiste em exagerar a nota e se auto-mutilar no leito de Procusto de um ideal alheio." (Revista Claudia, Ano II, nº 24)

Evitando rivalidades desnecessárias com os homens, adverte contra os perigos e malefícios da maneira feminina de amar para a autonomia e a individualidade dos seus maridos :

"Vimos três tipos de amor que têm em comum o fato de aspirar a identidade, em vez de contentar-se como seria lógico com a complementação. As três modalidades só se distinguem pelos métodos postos em prática para atingir o objetivo; as diferenças essenciais e inevitáveis entre os dois membros do par, no primeiro caso são negadas; no segundo, são (ou pretendem ser) modificadas; e no terceiro, são interpretadas como agressão." (Revista Claudia, Ano II, nº 24)

Para além da dependência passiva que aspira negar as diferenças entre si própria e o companheiro, identificar-se com ele, sufocá-lo ; que se manifesta na tendência a atribuir à agressão ou ao desamor as atitudes tipicamente masculinas ; Carnem da Silva aponta como causa última o egoísmo da mulher .

"De onde provém essa compulsão de nivelar, de igualar o que é diverso (...) esse anelo de identidade, revela um amor defeituoso. Um amor como o de narciso, que se apaixonou por sua imagem refletida no espelho das águas (...) porque não era capaz de uma genuína entrega a outrem." (Revista Claudia, Ano II, nº 24)

E prossegue, explicando o significado do termo narcisismo, entendendo uma aula de psicanálise :

"Na sua aceção corrente, a palavra narcisismo costuma aplicar-se aos vaidosos, aos egocêntricos ; na aceção científica que é o que nos interessa assim se define o narcisismo: 'Estado psíquico, atitude espontânea de se escolher a si mesmo, em lugar de escolher os outros, como objeto de amor. Não se trata de aversão pelos demais, de egocentrismo ou de querer todos os bens para si, mas sim de estar e namorado de si mesmo, procurando constantemente um espelho para admirar e cortejar a própria imagem.' (Zilboorg, Dicionário Enciclopédico de la Psique , de B. Székely)." (Revista Claudia, Ano II nº 24)

Esse procedimento bem caracteriza aquilo que chamamos de canalização da demanda . A "angústia e a insatisfação" femininas com o casamento podem desse modo "descobrir" o caminho da resolução . Deste modo não se impõe tratamento a quem não o deseja, não se designa autoritariamente o sadio e o doente ; esta tarefa é deixada quase que inteiramente nas mãos do interessado. Apreendendo uma "angústia" ainda "sem norte", que entretanto corre o risco de ser apropriada por discursos que oscilam entre a impotência (as patéticas tentativas de D. Letícia de demover as adúlteras dessa prática) e o autoritarismo (a exortação de Claudio A. Lima para que as mulheres voltassem ao lar), o modo psicanalítico de compreensão, estabelece uma configuração diferente, que permitirá que dela se faça,

o principal argumento em favor do feminismo . O que é o feminis-
 mo de fundamentação psicanalítica ? É antes de mais nada, uma
 espécie de sistema de atribuição diferencial de responsabili-
dade, que distribui críticas às mulheres e à sociedade. Trata-se
 de uma complicada tarefa, que como no consultório, procede a um
 exaustivo exame de queixas , Objetiva encontrar em cada uma de-
 las a "falta" que a constitui, o fundo de preguiça, dependência,
 vontade de não mudar (ainda que desconhecida do sujeito) . Ao
 mesmo tempo quer verificar "o que" na sociedade pode engendrar
 as situações de que se queixam os indivíduos. Evita deste modo,
 depositar sobre os indivíduos um excesso de responsabilidade pa-
 ralizante , sem por outro lado isentá-los de culpa . Dessa posi-
 ção advém sua pretensão de neutralidade .

O combate às resistências da mulher à transformação de
 seu papel , utiliza como arma elementos extraídos da própria
 queixa : a ameaça de vazio e a infidelidade masculina . A angús-
 tia, ao sentimento de vazio e decepção relatados pelas mulheres,
 foi possível articular esta outra queixa - da infidelidade mascu-
lina - e utilizá-la como ameaça , dirigida a todas quantas se
 acovardem diante das tarefas e dos esforços que precisarão em-
 preender em suas vidas . É tematizada em dois momentos distintos:
 pelas leitoras em busca de aconselhamento para resolver o pro-

blema que já se instalou em suas vidas; e pela própria Carmem da Silva, que vê nela, a consequência de características femininas que as tornam objetos de desprezo, desconsideração, de ódio ou de esquivas - conforme o caso - por parte de seus maridos. Instrumento da crítica à passividade feminina, a infidelidade do homem, servirá ainda para promover a superposição da sexualidade e do amor conjugal. Em julho de 1963, D. Leticia, respondeu a uma leitora, mulher casada e com filhos, que se queixava de seu marido - inconformado de ter entrado na idade madura - "Ele era infiel".

"Suporte-o pelos seus filhos. Procure apenas controlá-lo, exercendo uma discreta e firme defesa de seus direitos, enquanto dura essa fase lamentável na vida de todos os homens." (Revista Claudia, Ano II, nº 22)

É surpreendente. Nem uma única referência à sexualidade do casal. Nenhuma suspeita do desempenho sexual da mulher traída. A fidelidade é um direito, não é ainda alguma coisa que se conquista pela intensificação da sexualidade conjugal. O diálogo que se segue travou-se entre D. Leticia e uma leitora bastante experiente em relacionar-se com homens casados. Observe-se o sentido conferido ao amor conjugal.

"As razões pelas quais eles cedem, geralmente na da têm a ver com fatores como: esposa que não quer acompanhá-lo, esposa que não é boa dona de casa, etc.. isto é com as culpas que são sempre imputadas às esposas. Essas culpas podem às vezes agravar a infidelidade.

dade dos maridos; mas a sorte das espôsas 'não culpadas' não é melhor do que a das culpadas. (...) De qualquer forma, o resultado é este, o homem casado cansa-se da rotina; cansa-se de estar preso às convenções sociais (...); ele se cansa de estar preso a uma mulher; ele se cansa da responsabilidade (...) é que o homem não é feliz casado." (Revista Cláudia, Ano I, nº 7)

É ainda apoiada na diferença masculina e atrelando amor à rotina, que D. Letícia responde :

"(...) mas quando você diz que no casamento o amor ou morre ou é superado pela rotina, falta-lhe autoridade. Pelo menos você revela a falta de experiência da espôsa, a experiência de toda uma vida em comum. Esse amor a que você se refere, é o amor como só uma outra o compreende : sexo. O amor conjugal longe de ser superado pela rotina, cristaliza-se com o hábito, transcende do sexo, estende-se da mulher para os filhos, para a casa, para isso que é chamado lar. A maior prova você mesma a teve: apesar de ter 'conquistado' tantos maridos, não reteve um sequer." (Revista Claudia, Ano I, nº 7)

Foi possível verificar, o caráter ambíguo da infidelidade masculina nos textos dessa época. Atribuimos essa ambiguidade à inscrição dessa tendência entre os traços admirados e fomentados nos homens : independência, espírito empreendedor, tenacidade, ambição e auto-confiança. D. Letícia, em artigo intitulado "Não, isto eu não tolero" explica às espôsas como se conduzir de forma a não sufocar em seus maridos, justamente o que deve defini-los como homens.

"Todos os homens têm dentro de si um diabinho extravagante que os arrasta fora dos trilhos traçados. São pequenas manias, 'hobbies', viciozinhos que é sempre perigoso contrariar (...) Temos que admitir que existe por parte da mulher uma implacabilidade espantosa, cega, funesta. Dir-se-ia que incapazes de obter uma liberdade e independência tão desejadas, elas vingam-se sobre o homem matando nele a faculdade típica de seu sexo, de pertencer, mesmo que em pequena parte só a si próprio."
(Revista Claudia, Ano I nº 1)

Homem e mulher são criaturas essencialmente diferentes, é o que se depreende dos artigos desta autora. Diferença que explica e autoriza seus papéis segregados. Fundamentam-se na diversidade de suas inclinações naturais. Não será esse o sentido conferido à palavra diferente nos textos que se seguirão, de autoria de Carmem da Silva. Quando esta autora fala das "diferenças essenciais entre os dois membros do par" não quer com isso significar a diferença essencial entre o homem e a mulher mas a diferença inevitável entre dois seres humanos e que decorre de suas individualidades. Quando fala das diferenças entre pessoas, o termo serve para distinguir o que na essência permanece igual. Tomar o homem e a mulher como iguais significará admitir para ambos as mesmas perspectivas de vida, as mesmas ambições, os mesmos ideais e as mesmas oportunidades. Nesse contexto, a infidelidade masculina sofrerá um tratamento bem menos tolerante do que lhe era dado. Em "Carta ao Homem Brasileiro", Carmem da Silva assim se

dirige aos homens : "você e o privilégio de exercer seus instin-
tos sem limites" , "você, e essa falta de preparo para o cotidia-
no"; "você, e a liberdade que lhe permite não resistir às tenta-
ções, não passar por bobo". Critica a posição de macho-senhor
que ele ocupa numa sociedade patriarcal . Aponta para a socieda-
de que discrimina a mulher, confere-lhe um lugar secundário, es-
craviza-a às funções de esposa e mãe para excluí-la ; situando-
a como o lugar da injustiça . Com isso a mulher, perde sua indi-
vidualidade , vê achatadas suas perspectivas de crescimento e
realização pessoal , torna-se um reflexo da identidade, da vida,
e do crescimento do homem . Em virtude do que ela se torna desin-
teressante para o marido, despreparada para a vida , presa facil-
de todo tipo de influência (principalmente dele) por falta de
experiências que lhe propiciem opiniões próprias e convicções
profundas . Pelo mesmo motivo, a mulher torna-se personagem de
um mundo de fantasia , falta-lhe compromisso com os verdadeiros
desafios da realidade . O homem então lhe é infiel . Contudo, po-
deria ser diferente ? Desprestigiada socialmente, relegada a um
papel menor , curvada pela aceitação historicamente consolidada
de um desrespeito à sua pessoa . A mulher então seria uma víti-
ma ? De jeito nenhum . A mulher escolhe aquilo que a oprime con-
duzida por uma tendência ao masoquismo .

"muitíssimas pessoas parecem escolher a dedo justamente a senda que leva ao fracasso, à derrota, à frustração. (...) Já falei muito sobre masoquismo, isto é, a necessidade de auto-castigo para aplacar a angústia proveniente de um super-ego cruel e exigente que nunca se contenta e reclama doses cada vez maiores de sofrimentos para conceder em troca, um momento de alívio." (Revista Claudia, Ano XII, nº 142)

O discurso sobre o masoquismo feminino bem poderia ser tomado como reafirmação da diferença essencial entre as personalidades masculina e feminina. Entretanto, a análise histórica dessa característica das mulheres, remete sua gênese para a sociedade patriarcal, para a exploração do sexo feminino pelos homens que esta sociedade tem por objetivo produzir. Ao situar a "causa" do masoquismo na história, na sociedade, na cultura, impede que se rearticule o discurso da diferença essencial entre homens e mulheres. Com isso, a crítica ao masoquismo feminino será o principal instrumento na produção da igualdade, por sua vez obstáculo definitivo à segregação de papéis.

O principal objeto da crítica ao masoquismo é a educação feminina, responsável pelos comportamentos, expectativas, e atitudes que carregam sofrimento. A mulher seria levada a valorizar excessivamente o casamento, posto que este seria colocado na sua educação como a única possibilidade de ser feliz. Disso decorre que no afã de casar-se, torna-se presa fácil de homens pouco qualifi-

lificados para a tarefa, portanto escolhe mal o parceiro . Ainda que escolhesse bem, sua educação não a prepara para a realidade conjugal . A mulher é preparada para o casamento, mas não para o casamento real e sim para um mundo de fantasias românticas à respeito da relação entre duas pessoas e que cedo conduzi-la-ão à angústia pela frustração de suas expectativas .

"A fantasia do casamento como objetivo supremo alcançado de uma vez por todas situa-se no plano do pensamento mágico, obedecendo ao desejo inconsciente de negar a realidade, coagular o tempo, no bojo de uma situação ideal que só é possível, precisamente na fantasia."
(Revista Claudia, Ano XVI, nº 190)

É possível depreender deste trecho que a mulher é responsabilizada, ao menos em parte, por sua própria desgraça. A linguagem em que isto é feito remete essa responsabilidade para o plano do desconhecimento . As mulheres são inconscientemente responsáveis por seus padecimentos. Como ligar a apologia do esforço pessoal, intencional e consciente à superação de uma dificuldade que é inconsciente? Parece que é justamente aí que a designação para atendimento psicológico ou tratamento psicanalítico ganha sentido. É preciso jogar com duas alternativas . Por um lado, aconselhar o esforço, a luta , a transformação de si mesmas para aquelas que reúnam condições para tanto . Será o masoquismo dessas mulheres menos inconsciente ? Isso não importa. O importante parece

ser não fazer do atendimento psicológico ou psicanalítico uma muleta ou uma espécie de solução para todos os males, que termine enfraquecendo os confrontos da mulher na sociedade .

Sociedade que por sua vez é chamada à responsabilidade no que concerne a condição feminina de passividade e infantilismo. Através da educação alienante - que objetiva "preservar a mulher para o casamento" - promove sua subtração do mundo real. De que realidade se quer alienar a mulher ? É principalmente das experiências sexuais e dos conhecimentos que lhe possibilitariam uma vida independente dos pais ou dos maridos. No que diz respeito à sexualidade :

"deve manter-se casta, resistir e recusar, reservando sua sexualidade para o grande amor de sua vida, a escolha definitiva, enfim : o marido. Muitos namoros prejudicam-lhe a reputação; um só que dure muito deve desembocar no casamento, pois de outro modo representaria tempo perdido e oportunidades jogadas fora, inclusive o risco de ficar marcada como a 'garôta do fulano', o que sem dúvida, afastaria outros pretendentes." (Revista Cláudia, Ano XVI , nº 190)

Porque não é preparada para o trabalho extradoméstico, a mulher :

"com o mesmo ânimo anódino ouve música, vai ao teatro, ao cinema. Enfim as coisas transcorrem, o mundo evolui, a sociedade apresenta novos interrogantes e novas exigências, enquanto ela se limita ao papel de expectadora." (Revista Claudia, Ano II, nº 142)

A educação engendra o masoquismo para produzir submissão :

"Já nas meninas os dotes mais apreciados são a graça, a delicadeza, o 'bom comportamento' em termos de juízo, ponderação, bons modos, respeito às convenções, inclusão precoce no mundo adulto: (...) A menina por sua vez, deve cultivar a meiguice, a gentileza, a sua vidade, a sedução, o sorriso que desarma (...) Não aceita desafio, não entra em brigas e não deve agredir nem sequer em auto-defesa; (...) e a outra para a delicadeza e a diplomacia; se uma deve aceitar, amolar-se, ser passiva enquanto cabe ao outro impor-se, afirmar se, exigir, dominar ; (...)" (Revista Claudia, Ano XVI, nº 190)

O masoquismo ativamente reproduz a "inferioridade" feminina porque promove a escolha de situações de vida que tragam sofrimento, prejuízos, desrespeito, pois são oportunidades de exercer a feminilidade. Com isso, a mulher só encontra no casamento decepção, angústia, vazio. Incapaz de movimentar-se no sentido de realizar alguma coisa que possa promovê-la como pessoa, torná-la mais interessante para seu companheiro, termina por perder seu amor. O comportamento da mulher frente ao casamento é cúmplice da educação que estabelece diferentes padrões de comportamento para o homem e para ela. O masoquismo feminino revitaliza o comportamento sexual masculino semeado pela educação. A mulher passiva só poderia corresponder um homem infiel.

A força do discurso sobre o caráter masoquista da mulher advém do fato de que permite articular simultaneamente uma críti-

ca à mulher e à sociedade. Produz uma ligação estrutural profunda entre: sociedade (através da educação), sexualidade (através da dupla moral) e trabalho extradoméstico (através da lógica da preparação para o casamento). É a educação em função do casamento que promove tanto o cerceamento da experiência sexual quanto o esvaziamento da preparação para qualquer atividade profissional . O resultado dessa educação seria a produção de uma personalidade passiva, submissa, masoquista que sustaria qualquer iniciativa de esforço, realização sexual ou profissional . A infidelidade masculina é o símbolo da desigualdade . Sobre todas quantas, por inércia, covardia, acomodação, recusem atrelar sua felicidade ao trabalho fora do lar e a realização sexual antes ou durante o casamento, a traição pesará como ameaça. É ainda em função do homem que se estrutura o feminismo psicanalítico de Carmem da Silva. É como arma para retê-lo no casamento que seu discurso se organiza. O grande problema da mulher continua sendo o casamento .

Dito assim, parece que a psicanálise não teria trazido para o casamento qualquer alteração. Ter-se-ia limitado a produzir instrumentos para conservá-lo ? Depende do que se entende por conservação. O casamento se conservou às custas de transformações radicais na relação entre os cônjuges e entre pais e filhos . Transformações responsáveis por um estado permanente de

"crise" no casamento e na família que tornou a todos consumidores de atendimento psicoterapêutico. Que casamento é esse, que se produziu? Trata-se de um casamento onde os papéis fixos e inutáveis de homem e mulher, de pai e de mãe se dissolveram. Posto que o casamento e a família não deverão ser, como chamou Carmen da Silva, uma arma para assassinar a personalidade dos cônjuges e dos filhos, colocou-se em questão toda espécie de expectativas de conduta, toda forma generalizada de ação conforme um papel socialmente estabelecido. Com isso, em que se deve basear a relação entre duas pessoas? Na semelhança, no que é possível compartilhar e não na diferença, no que é possível justapor. Isso porque:

"Um pouco mais tarde equipadas inclusive, com as valiosíssimas contribuições da psicanálise, após aparar-lhe certas arestas culturais - as feministas começaram a pôr a boca no mundo: homens e mulheres vivem doentes de frustração social, intelectual, emocional, sexual e elas de nenhum modo estão dispostas a cruzar os braços e aceitar as múltiplas mutilações como fatalidade natural ou maldição divina." (Revista Claudia, Ano XVI, nº 190)

Qual a origem desta doença?

"(...) quando a educação mutila vastos setores da personalidade de cada um." (Revista Claudia, Ano XVI, nº 190)

O que deverá curá-la? De um lado, a educação das crianças não deverá reproduzir a desigualdade entre os sexos. As diferenças deverão tanto quanto possível reduzir-se à conformação dos órgãos genitais. Homens e mulheres tornam-se parecidos de fato;

ao cabo de transformações como estas. Com isso, o casamento ter se-ia tornado menos conflitivo ? O que aconteceu com o casal , quando ele já não é mais "condicionado a não coincidir em nada desde o berço ? Quando ao contrário, pode-se coincidir em quase tudo ? Os papéis conjugais passaram a ser compartilhados, isto é, não existem funções pré-estabelecidas e diferenciadas a serem desempenhadas pelo homem ou pela mulher. Ao menos tende-se para isto . Tende-se a dividir as tarefas sem distinção de sexo, a compartilhar o lazer , os amigos. Cresce o desprezo pelos pa péis institucionalizados, e na falta de apoios externos que lhes proporcionem mapas, pautas de conduta, suportes nômicos para orientá-los na vida ou no casamento, voltam-se um para o outro . É maior a distância com relação à família de origem , ativamente fomentada inclusive pelos próprios parceiros . Atitudes como morar juntos sem papel passado simbolizam a ruptura com a família de origem. Cada vez mais o casamento parte de uma ruptura nômica. O parceiro conjugal torna-se o outro significativo por excelência. Todas as definições que os parceiros têm de si mesmos e da realidade que os cerca sofrem uma dramática mudança. Os cônjuges li quidam pela conversa as definições de mundo que não foram forjadas e revalidadas pela conversa do casal. O casamento moderno é cada vez mais intimista, fechado sobre si mesmo, de modo que a conversa marital ganha predominância sobre todas as outras .

Dada essa estrutura do casamento moderno, acreditamos que a cri se não é alguma coisa que sobrevenha como resultado de problemas

de ajustamento do casal ao longo de sua convivência. A crise é a própria essência do casamento moderno. A perpétua instabilidade dessas relações não é a marca de sua fragilidade. Ao contrário, é o instrumento de sua consolidação, pois o casamento moderno parece ser dotado dessa tarefa paradoxal, a qual chamamos crise. Ao mesmo tempo que deve funcionar como instrumentalidade produtora de normas, deve preservar a individualidade dos parceiros. Por isso todo casamento representa simultaneamente para os indivíduos uma via de amadurecimento, de crescimento pessoal (entendidos como ampliação de sua individualidade); e um risco perpétuo de simbiose, de perder-se no outro. O estado de crise serve perfeitamente para equilibrar essas exigências paradoxais. Por um lado aciona um processo de definição e contra-definição da identidade de cada um, promovendo sua individualização; por outro mantém um certo distanciamento afetivo, alguma suspeita, um certo suspense que controla as tendências a se misturar, a se identificar e anular a diferença. A crise mantém o casal em reflexão permanente sobre a relação. Reflexão que se apoia e incentiva a auto-observação, a reflexão sobre si mesmo. É através desta última que se acredita poder resolver as dificuldades da relação.

Quando o processo de auto-regulação do casal já não é suficiente para manter a crise num estado respirável, o tratamento psicoterapêutico surge como solução. Isto porque, confor

me já dissemos, o modo peculiar de resolução de conflitos nos casamentos modernos privilegia a procura de si mesmo, o autoconhecimento, a maior individualização como instrumentos. Possivelmente porque deste modo os indivíduos podem garantir sua plena adesão ao casamento por vontade própria, sem coerções exteriores (família, sociedade, convenções sociais, instituições) sem regulamentos que procurem fixá-los. Deste modo, torna-se uma contingência natural que um, ou mesmo os dois membros do casal, procurem formas diversas de psicoterapia na tentativa de conhecer seus desejos, legitimar suas ações, escolhas, alianças, e desafetos perante si próprio.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Antonio D. (1975a), "Introdução", in: Reich, W., O combate sexual da juventude, Porto, Dinalivro/Textos Marginais
- ALTHUSSER, Louis (1970), "Idéologie et appareils idéologiques d'Etat (notes pour une recherche)", La Pensée, nº 151
- ALTHUSSER, Louis (1970), Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado, Lisboa, Ed. Presença, s/d.
- ARIÉS, Philippe (1978), História social da criança e da família, Rio de Janeiro, Zahar Ed.
- ARIÉS, Philippe (1977), História da morte no Ocidente, Rio de Janeiro, Francisco Alves Ed.
- BERGER, Peter L. e KELLNER, Hansfried (1970), "Marriage and the construction of reality", in: Breitzel, H.P. (org.) Recent sociology, nº 2, New York, The Macmillan Co.
- BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas (1978), A construção social da realidade, Petrópolis, Ed. Vozes.
- BERGER, Peter L. (1980), "Para uma compreensão sociológica da psicanálise", in: Figueira, S.A. (org.) Psicanálise e ciências sociais, Rio de Janeiro, Francisco Alves Ed.
- BERNSTEIN, Basil (1980), "Classe social, sistemas de fala e psicoterapia", in: Figueira, S.A. (org.) Psicanálise e ciências sociais, Rio de Janeiro, Francisco Alves Ed.
- BOLTANSKI, Luc (1979), As classes sociais e o corpo, Rio de Janeiro, Ed. Graal
- BOTT, Elizabeth (1976), Família e rede social, Rio de Janeiro, Francisco Alves Ed.

- CASTEL, Robert (1978), O psicanalismo, Rio de Janeiro, Ed. Graal
- CASTEL, Robert (1978), A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo, Rio de Janeiro, Ed. Graal
- COSTA, Jurandir F. (1979), Ordem médica e norma familiar, Rio de Janeiro, Ed. Graal
- DONZELOT, Jacques (1980), A polícia das famílias, Rio de Janeiro, Ed. Graal
- DREITZEL, H.P. (org.) (1970), Recent sociology, nº 2, New York, The Macmillan Co.
- ENGELS, Friedrich (1974), A origem da família, da propriedade privada e do Estado, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira
- FIGUEIRA, Sérvulo A. (1978), "Notas introdutórias ao estudo das terapêuticas I: Lévi-Strauss e Peter Berger", in: Figueira, S.A. (coord.) Sociedade e doença mental, Rio de Janeiro, Ed. Campus
- FIGUEIRA, Sérvulo A. (org.) (1980), Psicanálise e ciências sociais, Rio de Janeiro, Francisco Alves Ed.
- FIGUEIRA, Sérvulo A. (1981), O contexto social da psicanálise, Rio de Janeiro, Francisco Alves Ed.
- FLANDRIN, Jean-Louis (1979), Origens de la familia moderna, Barcelona, Ed. Critica
- FOUCAULT, Michel (1977a), Vigiar e punir, Petrópolis, Ed. Vozes
- FOUCAULT, Michel (1977b), História da sexualidade, Rio de Janeiro, Ed. Graal
- FOUCAULT, Michel, (1978), A verdade e as formas jurídicas, Rio de Janeiro, Cadenos da PUC

- FOUCAULT, Michel (1979), Microfísica do poder, Rio de Janeiro, ' Ed. Graal
- FREUD, Sigmund, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro, Ed. Imago, 1970 ss
- FREUD, Sigmund, (1908d), "Moral sexual 'civilizada' e doença nervosa moderna", Ed. Stand., vol. IX
- FREUD, Sigmund (1910a), Cinco lições de psicanálise, Ed. Stand., vol. XI
- FREUD, Sigmund (1911-15), O caso Schreber e Artigos sobre técnica, Ed. Stand., vol. XII
- FREUD, Sigmund (1916-17), Conferências introdutórias sobre psicanálise, Ed. Stand., vol. XV-XVI
- FREUD, Sigmund (1921c), "Psicologia de grupo e a análise do ego" Ed. Stand., vol. XVIII
- FREUD, Sigmund (1923b), O ego e o id, Ed. Stand., vol. XIX
- FREUD, Sigmund (1924d), "A dissolução do complexo de Édipo", Ed. Stand., vol. XIX
- FREUD, Sigmund (1924f), "Uma breve descrição de psicanálise", Ed. Stand., vol. XIX
- FREUD, Sigmund (1930 a), "O mal-estar na Civilização", Ed. Stand. vol. XXI
- FREUD, Sigmund (1937d), "Construções em análise", Ed. Stand., ' vol. XXIII
- FREUD, Sigmund (1940a), "Esboço de psicanálise", Ed. Stand., vol. XXIII
- HIGGINS, M. e RAPHAEL, C.M. (1970), "Prólogo", in: Reich, W., ' Reich habla de Freud, Barcelona, Ed. Anagrama

- HARNECKER, Marta (1974), Los conceptos elementales del materialismo histórico, Buenos Aires, Siglo Veintiuno Ed.
- LAPLANCHE J. e PONTALIS, J.-B. (1976), Vocabulário da Psicanálise, Lisboa, Moraes Ed.
- MACHADO, Roberto et alli (1978), Denação da norma, Rio de Janeiro, Ed. Graal
- MACHADO, Roberto (1979), "Por uma genealogia do poder", in: Foucault, M., Microfísica do poder, Rio de Janeiro, Ed. Graal
- REICH, Wilhelm (1970), Reich habla de Freud, Barcelona, Ed. Anagrama
- REICH, Wilhelm (1974), A revolução sexual, Rio de Janeiro, Zahar Ed.
- REICH, Wilhelm (1975a), O combate sexual da juventude, Porto, Di-nalivros/Textos Marginais
- REICH, Wilhelm (1975b), Materialismo dialético e psicanálise, Lisboa, Ed. Presença
- RUSO, Jane A. e SANTOS, Tania C. (1981), "Psicanálise e casamento", in: Velho, G. e Figueira, S.A. (org.) Família, psicologia e sociedade, Rio de Janeiro, Ed. Campus
- SALEM, Tania (1980), O velho e o novo, Petrópolis, Ed. Vozes
- SHORTER, Edward (1977), Naissance de la famille moderne, Paris, Ed. du Seuil
- STONE, Lawrence (1979), The Family, sex and marriage in England, 1500-1800, Harmondsworth, Penguin Books
- USSEL, Jos van (1980), Repressão Sexual, Rio de Janeiro, Ed. Campus
- VELHO, G. e FIGUEIRA, S.A. (orgs.) (1981), Família, psicologia e sociedade, Rio de Janeiro, Ed. Campus

Revistas

- "As duas faces do casamento: o prazer e a mutilação", Rádice, ano 3, nº 12, Rio de Janeiro, março de 1980
- "Como vai o casamento", Rádice, ano 3, nº 12, Rio de Janeiro, março de 1980
- D. LETÍCIA, "Não, isto eu não tolero", Cláudia, ano I, nº 1, São Paulo, outubro de 1961
- D. LETÍCIA, "Que fazer com o marido infiel?", ano I, nº 2, São Paulo, novembro de 1961
- D. LETÍCIA, "Tentações de uma jovem esposa", Cláudia, ano I, nº 5, São Paulo, fevereiro de 1962
- "Gestalt, Felicidade", Rádice, ano 3, nº 11, Rio de Janeiro, s/d.
- LIMA, Alceu A., "As faces do amor", Cláudia, ano II, nº 23, São Paulo, agosto de 1963
- LIMA, Cláudio A., "Garota zona sul", Cláudia, ano II, nº 24, São Paulo, setembro de 1963
- MASCARO, Sonia A., "O que você vai ser quando seus filhos crescerem?", Cláudia, ano XVII, nº 197, São Paulo, fevereiro de 1978
- NUCCI, Alexandre, "A crise no casamento", Cláudia, Ano XVI, nº 181, São Paulo, outubro de 1976
- "O preço de qualquer carece é muito alto", Rádice, ano 2, nº 8, Rio de Janeiro, s/d.
- "Porque sexo", Rádice, ano 2, nº 8, Rio de Janeiro, s/d.
- QUINTILIANO, Tânia, "Como não se tornar uma Clotildes na vida: a supermãe", Cláudia, ano XVIII, nº 209, São Paulo, fevereiro de 1979

- REVISTA CLÁUDIA, São Paulo, Ed. Abril, nºs 1 a 236, 1961 a 1981
- SAMPAIO, Alice, "Maternidade: nem tão doce como idealizamos, nem tão difícil quanto se diz", Cláudia, ano XX, nº 236, São Paulo, maio de 1981
- SERVÁDIO, Emílio, "A outra", Cláudia, ano I, nº 7, São Paulo, abril de 1962
- SILVA, Carmen da, "A protagonista", Cláudia, ano II, nº 24, São Paulo, setembro de 1963
- SILVA, Carmen da, "Camor", Cláudia, ano 2, nº 25, São Paulo, outubro de 1963
- SILVA, Carmen da, "A rainha triste", Cláudia, ano III, nº 26, São Paulo, 1963
- SILVA, Carmen da, "Amor: morte e ressurreição", Cláudia, ano III, nº 27, São Paulo, dezembro de 1963
- SILVA, Carmen da, "Carta ao homem brasileiro", Cláudia, ano IX, nº 103, São Paulo, abril de 1970
- SILVA, Carmen, "Você pode manter seu casamento feliz", Cláudia, ano XII, nº 142, São Paulo, julho de 1973
- SILVA, Carmen da, "As solteironas", Cláudia, ano XII, nº 149, São Paulo, fevereiro de 1974
- SILVA, Carmen da, "Rosa: um exemplo para todas nós", Cláudia, ano XIII, nº 153, São Paulo, junho de 1974
- SILVA, Carmen da, "Os problemas da mulher no mundo", Cláudia, ano XIII, nº 151, São Paulo, maio de 1974
- SILVA, Carmen da, "Nem só de beleza vive a mulher", Cláudia, ano XIV, nº 161, São Paulo, fevereiro de 1975
- SILVA, Carmen da, "Norma Bengell: de vedete a Feminista", Cláudia, ano XIV, nº 163, São Paulo, abril de 1975

- SILVA, Carmen da, "Conversa de salão", Cláudia, ano XIV, nº 166, São Paulo, julho de 1975
- SILVA, Carmen da, "A inimiga", Cláudia, ano XV, nº 173, São Paulo, fevereiro de 1976
- SILVA, Carmen da, "A felicidade", Cláudia, ano XV, nº 179, São Paulo, agosto de 1976
- SILVA, Carmen da, "Carta aberta aos homens", Cláudia, ano XV, nº 180, São Paulo, setembro de 1976
- SILVA, Carmen da, "Porque sou feminista", Cláudia, ano XVI, nº 181, São Paulo, outubro de 1976
- SILVA, Carmen da, "A mulher italiana ainda é 'Mamma'", Cláudia, ano XVI, nº 182, São Paulo, novembro de 1976
- SILVA, Carmen da, "Falta um homem na cozinha", Cláudia, ano XVI, nº 183, São Paulo, dezembro de 1976
- SILVA, Carmen da, "Violência", Cláudia, ano XVI, nº 186, São Paulo, março de 1977
- SILVA, Carmen da, "Afimial, quem é o réu?", Cláudia, ano XVI, nº 187, São Paulo, abril de 1977
- SILVA, Carmen da, "Considerações em torno da carta de um homem", Cláudia, ano XVI, nº 188, São Paulo, maio de 1977
- SILVA, Carmen da, "Desconfie do homem que se diz feminista (é mais um truque do machão)", Cláudia, ano XVI, nº 189, São Paulo, junho de 1977
- SILVA, Carmen da, "A crise do casamento", Cláudia, ano XVI, nº 190, São Paulo, julho de 1977
- SILVA, Carmen da, "Divórcio: um caminho para a maturidade", Cláudia, ano XVI, nº 191, São Paulo, agosto de 1977

- SILVA, Carmen da, "Divórcio, mais um desafio para a mulher, Cláudia, anoXVI, nº 192, São Paulo, setembro de 1977
- SILVA, Carmen da, "Será que Amélia é a mulher de verdade ?", ano XVII, nº 193, São Paulo, outubro de 1977
- SILVA, Carmen da, "Cuidado: até nosso sexo está sob controle", Cláudia, ano XVII, nº 194, São Paulo, novembro de 1977
- SILVA, Carmen da, "Cara-metade: você gosta de ser chamada assim?", Cláudia, anoXVII, nº 195, São Paulo, dezembro de 1977
- SILVA, Carmen da, "Pare ele, ela quer rua e liberdade", Cláudia, ano XVII, nº 203, São Paulo, agosto de 1978
- SILVA, Carmen da, "Você se acha independente?", Cláudia, ano XVII nº 204, São Paulo, setembro de 1978
- SILVA, Carmen da, "O Brasil debate o sexo. Os inimigos já se movimentam", Cláudia, ano XVIII, nº205, São Paulo, outubro de 1978
- SILVA, Carmen da, "O homem está condicionado a mandar. Mas ... e a mulher?", Cláudia, ano XVIII, nº 207, São Paulo, dezembro de 1978
- SILVA, Carmen da, "O sexo está em liquidação. É só apanhar, usar e ... chorar", Cláudia, ano XIX, nº 227, São Paulo, agosto de 1980
- "Tratamento especial", Rádice, ano 2, nº 8, Rio de Janeiro, s/d.
- "Ven aí um novo tempo que não pede promessas", Rádice, ano3, nº 12, Rio de Janeiro, março de 1980
- "Viver comunidades", Rádice, ano 3, nº 11, Rio de Janeiro, s/d.

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da
PUC/RJ, fazendo parte da Banca Examinadora os seguintes
professores :

Circe Navarro Vital Brazil

Circe Navarro Vital Brazil
PUC/RJ- Deptº Psicologia

Jubandir Freire Costa

Psicanalista

Anamaria R. Ferrão Coutinho

Anamaria Coutinho

PUC/RJ - Deptº Psicologia

Visto e permitida a impressão

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1982

Vera Maria Ferrão Candáu

Vera Maria Ferrão Candáu.

Coordenadora dos Programas de
Pós-Graduação do Centro de
Teologia e Ciências Humanas